

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

TATIANA AMARAL SILVA

A EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:
Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro

ILHÉUS – BAHIA

2009

TATIANA AMARAL SILVA

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:
Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
mestre em Cultura e Turismo, à Universidade
Estadual de Santa Cruz – UESC.

Área de Concentração: Memória, Identidade e
Representações Culturais

Orientador: Dr. Paulo César Pontes Fraga

Co-orientador: Dr. Marco Aurélio Ávila

ILHÉUS – BAHIA
2009

TATIANA AMARAL SILVA

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:
Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Cultura e Turismo, à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Área de Concentração: Memória, Identidade e Representações Culturais

Orientador: Dr. Paulo César Pontes Fraga
Co-orientador: Dr. Marco Aurélio Ávila

Ilhéus – BA, 03/04/2009

Dr. Paulo César Pontes Fraga – UESC
(orientador)

Dr. Marco Aurélio Ávila – UESC
(Co-orientador)

Dr. André Moysés Gaio - UFJF

Aos meus pais, Eduardo e Maria de Lourdes, por me incentivarem a seguir em busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz e à Fapesb, por viabilizar a realização deste estudo.

Ao orientador, Dr. Paulo César Pontes Fraga, pela atenção e disponibilidade.

Ao co-orientador, Dr. Marco Aurélio Ávila, pelo apoio.

À minha irmã Carol Amaral e avó Josefa Amaral, pelo carinho e incentivo.

Ao meu amor Lauro Ladeia, por me motivar a seguir em frente.

À Andréa Borba, pelos conselhos e ajuda em muitos momentos.

Aos meus queridos amigos Ramiro, Kátia, Priscila, Wolney e Cassiana Gabriele que, de alguma forma, foram importantes neste percurso.

Ao Major Serpa, da Polícia Rodoviária Estadual, e ao Capitão Vagner, da 1ª Companhia Independente de Polícia Rodoviária Estadual, por tornarem possível a pesquisa de campo em Porto Seguro.

Aos representantes das instituições que fazem parte da rede de enfrentamento, por cooperarem com este estudo.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:
Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro

Autora: TATIANA AMARAL SILVA
Orientador: PROF^o. DR. PAULO CÉSAR
PONTES FRAGA
Co-orientador: PROF^o. DR. MARCO
AURÉLIO ÁVILA

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a rede de enfrentamento contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Porto Seguro – Bahia, buscando discutir a articulação da mesma, seus limites e possibilidades quanto à capacidade de contribuir para a diminuição dessa grave violação de direitos humanos. O trabalho incorpora o debate sobre a globalização do turismo e sobre como o turismo sexual tornou-se prática comum em vários países. Além disso, tal estudo busca considerar as políticas públicas como principal instrumento para o combate a determinadas práticas criminosas no Estado Democrático de Direito, apontando o envolvimento da sociedade civil como fator preponderante para a sua efetividade. As técnicas para a realização desta pesquisa foram a quali-quantitativa, a análise de conteúdo e a análise de redes sociais.

Palavras-chave: Exploração sexual. Turismo. Redes sociais.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO:
Uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro

Autora: TATIANA AMARAL SILVA
Orientador: PROFº. DR. PAULO CÉSAR
PONTES FRAGA
Co-orientador: PROFº. DR. MARCO
AURÉLIO ÁVILA

ABSTRACT

This dissertation analyzes the net of confrontation against the sexual exploitation of children and adolescents in the city of Porto Seguro, Bahia, searching to argue the articulation of the confrontation net, their limit and possibilities as the capacity to contribute for the decrease of this serious violation of human rights. The work incorporates the debate about the globalization of the tourism and how the sexual tourism has become common practice in several countries. The study attempts to consider the public politics as main instrument for the combat to certain criminal practices in the Democratic State of Law, pointing the involvement of the civil society as preponderant factor for its effectiveness. The methodologies used were the qualitative-quantitative, the content analysis and the analysis of social nets.

Keywords: Sexual exploitation. Sexual tourism. Nets.

LISTA DE GRÁFICOS

1	Perfil da instituição.....	96
2	Perfil da instituição – Locais de atuação.....	98
3	Perfil da instituição – Equipamentos e meios de transporte.....	99
4	Perfil da instituição – Áreas de Atuação.....	100
5	Perfil da instituição – Mantenedores.....	102
6	Perfil da instituição – Parcerias institucionais.....	103
7	Perfil do atendimento – Tempo de atuação na área da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.....	105
8	Perfil de atendimento – Número de atendimentos em 2007.....	106
9	Perfil do atendimento – Ministério Público.....	108
10	Perfil de atendimento – CREAS/Sentinela.....	109
11	Perfil do atendimento – Comparação dos atendimentos realizados mensalmente pelo Conselho Tutelar 1, durante os anos de 2006 e 2007.....	110
12	Perfil de atendimento – Denunciantes.....	113
13	Perfil do atendimento – Número de profissionais.....	114
14	Perfil do atendimento – Nível de escolaridade dos profissionais que atuam nas instituições entrevistadas.....	115
15	Fluxograma – Encaminhamentos realizados em casos de Exploração sexual de crianças e adolescentes.....	118
16	Perfil de atendimento - Dificuldades das instituições.....	119
17	Instituições mais citadas.....	121
18	Diagrama de redes da relação de conhecimento mútuo entre as instituições.....	124
19	Relações de parcerias entre as instituições.....	130

LISTA DE TABELAS

1	Dados de casos de exploração no Brasil.....	76
2	Perfil das redes de conhecimento.....	123
3	Parcerias	129

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS	SIGNIFICADO
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
CECA	- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CECRIA	- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes na América Latina e Caribe
CEDECA	- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Yves de Rossan
CDDPH	- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CHAME	- Centro Humanitário de Apoio à Mulher
CONANDA	- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMDICA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CPMI	- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DCA	- Direito da Criança e do Adolescente
DEAM	- Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher
DELTUR	- Delegacia de Proteção ao Turista
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
ECPAT	- End Child Prostitution, Child Pornography and Child Trafficking for Sexual Purposes
ESCCA	- Matriz Referencial sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
FIZ	- Centro de Informação para as Mulheres da Ásia, Suíça e África
HIV	- Human Immunodeficiency Virus
FECRIANÇA	- Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente
FSM	- Fórum Social Mundial

IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
NEIM	- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização não-governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OMT	- Organização Mundial de Turismo
PAIR	- Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra a Criança e Adolescente
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
POMAR/USAID	- Prevenção Orientada aos Meninos e Meninas em Risco/ Prevention Oriented to At-Risk Youth
PL	- Projeto de Lei
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEAS	- Secretaria do Estado de Assistência Social
SEBRAE	- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SETRE	- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes
SMM	- Serviço à Mulher Marginalizada
SJDH	- Secretaria da Justiça e Direitos Humanos
SPDCA	- Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
SUS	- Sistema Único de Saúde
UDN	- União Democrática Nacional

UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UNB	- Universidade de Brasília
UNEB	- Universidade Estadual da Bahia
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	- United States Agency for International Development
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	V
<u>ABSTRACT</u>	VI
<u>LISTA DE GRÁFICOS</u>	VII
<u>LISTA DE TABELAS</u>	VIII
<u>LISTA DE SIGLAS</u>	IX
<u>1 INTRODUÇÃO</u>	1
<u>2. REVISÃO DE LITERATURA</u>	6
2.1 ASPECTOS DO TURISMO NA ATUALIDADE: GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	6
2.1.1 – OUTROS ASPECTOS NEGATIVOS DO TURISMO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE	12
2.1.2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL.....	19
2.2 -TURISMO SEXUAL: UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO?.....	19
2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS..	42
2.3.1 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E TURISMO SEXUAL: ALGUNS EXEMPLOS.....	62
<u>3. METODOLOGIA</u>	78
3.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
3.2 – TIPO DE PESQUISA.....	76
3.3 – DESCRIÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO	80
3.4 – SELEÇÃO DA AMOSTRA	86
3.5 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	86
3.6 – TRATAMENTO DOS DADOS	88
<u>4.RESULTADOS OBTIDOS</u>	92
4.1 - ANÁLISE DE REDES.....	120

<u>5. REFLEXÕES FINAIS</u>	132
<u>6. REFERÊNCIAS</u>	135
<u>ANEXO I</u>	145

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação destaca-se pelo pioneirismo na discussão sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e a forma de articulação da rede de enfrentamento atual em um município de relevância turística na Bahia. Este estudo possui relevância tanto acadêmica como social, pois trata de uma questão não muito aprofundada no meio acadêmico – mesmo que existam pesquisadores dedicando-se a essas discussões, ainda são poucos os resultados, como livros e artigos publicados nesta área, por exemplo. No âmbito social, o aprofundamento sobre o tema também é fundamental, pois este problema existe e incomoda a toda sociedade, pois trata-se de crianças e adolescentes que estão sendo exploradas por turistas estrangeiros e nacionais, onde o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas e a rede de prostituição estão presentes.

O turismo tem passado por profundas mudanças com a globalização da comunicação, que possibilita a participação intensiva das agências de viagens e a existência dos sites de turismo, responsáveis pela modernização dos processos de organização e venda de pacotes turísticos. Na realidade, estas mudanças favorecem o crescimento do turismo interno e das viagens internacionais, sendo uma das motivações principais, por exemplo, o reencontro com a natureza.

O crescimento do poder da economia internacional, das forças do mercado e da redução do controle individual por parte do Estado e das empresas não globais, influenciará o turismo até 2020 (BENI, 2003). Mas, para isso ocorrer, será necessário que as tendências apontadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) – como a globalização do turismo *versus* a valorização do local, a alta tecnologia influenciando na escolha do destino, o incremento das viagens de longa distância, o desejo dos turistas em utilizar a internet para consultar roteiros, a escolha do destino como ‘acessório de moda’, ou seja, a fidelidade ao destino, o desenvolvimento de novos produtos visando atingir novos mercados como ecologia, ambiente rural, aventura, dentre outros – se efetivem.

A produção global do turismo convida os turistas a usufruírem de uma multiplicidade de opções, o que favorece a produção e reprodução dos serviços

turísticos (RODRIGUES, 2002). Além disso, os roteiros das viagens programados por empresas globais dificultam a participação de agentes nacionais e regionais – uma vez que os pacotes turísticos oferecidos por estas empresas globais possuem uma organização compacta de serviços e, normalmente, são fechados de forma real ou virtual.

A globalização impõe transformações rápidas, principalmente pela presença da tecnologia e dos meios de comunicação, pelo comportamento das novas gerações de consumidores – o que acaba estimulando vários setores da economia, inclusive o do turismo. Beni (2003) destaca que a globalização altera a natureza do turismo internacional, por levar prosperidade às nações emergentes, ampliando o número de trabalhos disponíveis em nível internacional e potencializa a informação via internet. Por este motivo, o turismo é um dos setores mais importantes da economia mundial, atualmente.

Inserida nesta busca pela modernização, a produção do turismo local se baseia na atuação e conhecimento da comunidade. No entanto, o que ocorre, na realidade, é que este desenvolvimento tão almejado acaba reduzindo a presença da mesma, pois a cidade tende a possuir cadeias globais de hotéis, *resorts*, empresas de consultoria, assim como agências de serviços e novos sistemas de engenharia que acabam desenvolvendo novas formas de organização.

Dentre essas tendências, outros aspectos negativos surgem como, por exemplo, a transformação do sexo em mercadoria. Neste sentido, os estudos sobre o processo da globalização da sociedade capitalista destacam o surgimento da globalização de mercados, salientando as características da contravenção e crimes que incluem o mercado de drogas, sexo, tráfico de crianças e mulheres, remédios e armas, dentre outros, baseados na lógica do poder e exploração do capitalismo contemporâneo, deixando de lado os princípios da ética dos direitos humanos (LEAL, 1999).

Na realidade, são vários os motivos que levam uma garota a escolher o turismo sexual como fonte de renda, sendo os principais: a exclusão social, a pobreza, problemas no âmbito familiar como a violência física, a psicológica e o abuso sexual; além disso, a falta de educação, oportunidades de trabalho, a própria globalização, o capitalismo, enfim, todos estes aspectos podem levar um indivíduo a buscar

alternativas para a sobrevivência, sendo uma delas a venda do corpo para turistas.

Este estudo visa investigar como instituições, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros, sediados em Porto Seguro, na Bahia, cujo trabalho baseia-se na luta pela manutenção dos direitos da criança e adolescente se articulam, ou seja, atuam em rede, além de verificar o entendimento destes atores sobre a questão do turismo sexual ou exploração sexual no turismo e suas consequências. Nesta pesquisa, busca-se ainda apontar quem são os responsáveis pela elaboração de políticas públicas no município, princípio fundamental para a realização de uma ação efetiva.

Os objetivos específicos são: verificar como é a relação entre os programas existentes voltados para o turismo sexual, em nível nacional e a implementação dos mesmos no âmbito local; pesquisar como é a atuação das instituições que trabalham na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino no turismo, em Porto Seguro, e observar o envolvimento de atores da sociedade civil com a temática e sua articulação com organismos públicos.

A escolha do município de Porto Seguro deve-se ao fato de este ser um importante pólo turístico do Estado da Bahia. Além disso, nos últimos anos, esta região que deu origem ao Brasil, tem sofrido com a imagem de libertinagem, vendida com a exploração do turismo sexual. Para mudar esta visão, tem sido desenvolvido um trabalho de parcerias entre os municípios da região, a sociedade civil e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), aliado a investimentos na área do ecoturismo, do turismo de negócios, do turismo histórico e da gastronomia, mostrando que a costa do Descobrimento não tem só festas noturnas.

Ao longo da pesquisa, dezenove instituições que trabalham na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes em Porto Seguro foram entrevistadas, visando o entendimento de como atuam e se articulam, a fim de coibir esta prática criminosa. As instituições selecionadas para fazer parte deste estudo foram escolhidas pela importância de sua atuação contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, sendo seus representantes juízes, promotores, delegados, policiais, advogados, secretários municipais, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros tutelares e municipais, comissários de menores, diretores de ONGs e de abrigos, além de diretores do *Convention Bureau* e Associação Brasileira de Indústria dos Hotéis

(ABIH). São elas: Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público (1ª Promotoria de Porto Seguro), Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), 2ª Delegacia Circunscrição de Porto Seguro, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Subseção de Porto Seguro), Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Sentinela), Conselho Tutelar 1, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Polícia Rodoviária Federal, 1ª Companhia Independente de Polícia Rodoviária Estadual, Comissariado de Menores, Polícia Militar da Bahia, Instituto Tribos Jovens, Abrigo SOS Brasil, *Convention Bureau* e Associação Brasileira de Indústria dos Hotéis.

Esta dissertação segue uma revisão de literatura baseada na evolução histórica das discussões e foi dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, são abordados os aspectos do turismo na atualidade, quais sejam a globalização e o desenvolvimento local, e se inicia uma discussão sobre como a globalização e o capitalismo influenciam a atividade turística, indicando seus benefícios e problemas. Em seguida, aspectos negativos e a importância do planejamento para o desenvolvimento são discutidos. Além disso, o desenvolvimento local e o planejamento sustentável são tratados com a finalidade de debater as formas de reação da comunidade local ao crescimento do turismo, quando não é planejado ou pensado de forma sustentável.

No segundo capítulo, o turismo sexual é discutido, abordando-se a exploração sexual de crianças e adolescentes, a prostituição, o tráfico de pessoas, o abuso sexual, a violência sexual, dentre outros assuntos que estão relacionados com esta prática considerada uma deformidade do turismo – por ser consequência de um desenvolvimento turístico não planejado, não pensado de forma sustentável, pela pobreza, pela exclusão social, além da falta de oportunidades de emprego, educação, convívio (muitas vezes familiar), problemas dentro dos lares, como o abuso sexual e as violências física e psicológica, dentre outras causas.

Em seguida, no terceiro capítulo, os conceitos de políticas públicas, cidadania, direitos humanos, movimentos sociais, redes e políticas públicas são apresentados, com a finalidade de embasar a abordagem das políticas públicas, programas e ações existentes no Brasil e na Bahia, voltados para o combate à

exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, ao tráfico de pessoas, e ao abuso sexual.

O quarto capítulo explana a metodologia da dissertação. Para iniciar a dissertação, foi realizada a pesquisa documental, em seguida as pesquisas qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa. Já no quinto capítulo, a análise dos resultados é apresentada com o uso de gráficos, realizados através da ferramenta Excel; eles demonstram os resultados dos questionários semi-estruturados e o que foi apurado pelas questões fechadas aplicadas aos 19 representantes das instituições selecionadas para o desenvolvimento deste estudo. Em contrapartida, as questões abertas foram tratadas a partir da metodologia Análise de Conteúdo, procedimento adequado para realizar as análises das mensagens. Em seguida, as respostas das perguntas que foram feitas baseadas na metodologia de Análise de Redes Sociais foram demonstradas em gráficos elaborados com o auxílio do software Ucinet 6.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ASPECTOS DO TURISMO NA ATUALIDADE: GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O conceito de globalização, segundo Therborn (2001), deveria possuir caráter multidimensional e histórico, por apontar tendências, dimensões mundiais, impactos, além de fenômenos sociais. Para o autor, “a globalização está relacionada a tendências de alcance, impacto ou encadeamento globais dos fenômenos sociais, ou a uma consciência de abrangência mundial entre os atores sociais” (p. 124)

A globalização nada mais é que uma pluralidade de processos sociais, pois está presente em um número infinito de aspectos da vida social, podendo variar em amplitude, de multicontinental para planetária. Até este momento, a globalização não enfraqueceu o estado-nação do século XX, nem a importância das relações interestatais.

Para o autor, a globalização pode acarretar processos globais de estruturação social, como divisão do trabalho, alocação de direitos, distribuição de riqueza e renda, inclusão da padronização de riscos e oportunidades, processos de assimilação cultural, de formação de identidades, de definições e distribuição de conhecimentos, de constituição de valores, de instituição de normas, podendo ainda envolver ação social, seja em alcance de sentido único ou de interação, de ação individual dispersa ou coletiva, de harmonia ou de conflito.

Com a globalização, o mundo está evoluindo mais rapidamente, principalmente pela presença da tecnologia e dos meios de comunicação, pelo comportamento das novas gerações de cidadãos, o que acaba estimulando o crescimento de vários setores da economia, inclusive do turismo.

O novo tempo do turismo tem como características as viagens em larga escala, liberalização do espaço aéreo internacional, a presença da comunicação global e seus desafios, a predominância dos *sites* de turismo e a participação intensiva das agências de viagens modernas. Na realidade, estas mudanças favorecem o

crescimento do turismo interno e de viagens internacionais, onde a motivação, por exemplo, é o reencontro com a natureza. Todas estas características farão com que cada vez mais pessoas tenham acesso a viagens.

A produção global do turismo é baseada em novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade. Novas formas de circulação do capital, do consumo, do lazer, das idéias, do dinheiro, dos comandos, da moda geram novas formas de produção. O lazer, por exemplo, é uma forma de consumo não-material e faz parte da produção do turismo.

O Estado, as organizações internacionais e as firmas globais de turismo buscam densificar a rede de lugares, através de calendários, organizações e objetos. Com isso, fetiches são criados e pontos de um universo ‘mágico’ são salientados pelas redes de turismo global. Um exemplo disso é a utilização de neve artificial, escolas de esqui, centros de convenções, hotéis, restaurantes, cujo monopólio não pertence ao turismo. São elementos dos sistemas de engenharia regionais, constituídos por aeroportos, ferrovias, e outros.

A produção do turismo local existe, ancorada em um saber fazer comunitário. No entanto, a corrida pela modernização acaba reduzindo a sua presença, pois a cidade tende a possuir cadeias globais de hotéis, *resorts* são implantados, empresas de consultoria se instalam, agências de serviços publicitários, com a finalidade de comandar, dentre outros assuntos, os novos sistemas de engenharia, o trabalho intelectual, desenvolvendo novas formas de organização. Esta produção global do turismo convida os turistas a usufruírem de uma multiplicidade de opções, o que favorece a produção e reprodução dos serviços turísticos (RODRIGUES, 2002).

Segundo o autor, os roteiros das viagens são programados por empresas globais, o que dificulta a participação de agentes nacionais e regionais. Os pacotes turísticos consistem em uma organização compacta de serviços que são realizados de forma real ou virtual. Na realidade, eles permitem uma *holding* turística centralizar seus serviços em consumidores que escolheram tal empresa. Além disso, os *resorts* se constituem em um modo organizacional turístico bastante moderno, por reunir uma gama de serviços. Eles oferecem paisagem única e infra-estrutura globalizada para disputar consumidores com outros lugares.

A partir dos processos de produção do turismo global, existe uma construção da imagem que revela a globalização de códigos culturais, em que se exporta “a natureza, o produto ou o indivíduo”, como marca da imagem de cada território. Dessa forma, são criados os estereótipos que, conseqüentemente, tornam o destino um lugar sem referências territoriais, o que Hierneaux (1996, p. 48) chama de “mitificação de destinos turísticos”.

Tomam-se da paisagem local os elementos de um código universal, como a neve e as montanhas, para depois desenvolver uma necessidade de consumo globalizado, o esqui alpino, assim como o frio que se compra, a ‘natureza’ que se vende, e são as empresas globais e os órgãos mundiais de turismo que criam e recriam a imagem dos lugares. Estas normatizações englobam a sociedade e o território, através da comercialização de pacotes, como os oferecidos pelos *resorts*, que incluem a compra de partes fixas do calendário e do território, de híbridos de propriedade e de aluguel, e de vários outros serviços inclusos nesse tipo de organização centralizada.

Dias (2003) aponta que as tendências globais do turismo são positivas, principalmente para a área da economia com o crescimento sustentável da mesma e da própria globalização. Esta sustentabilidade do crescimento se dará através do controle de processos globais pelas agências reguladoras, mais normatização e fomento transnacionais, além de ocorrer efetivação nos acordos internacionais estabelecidos pela Organização Mundial do Turismo e pelos blocos econômicos regionais, como a União Européia, a Área de Livre Comércio das Américas, o Mercosul e outros.

O autor informa que, do ponto de vista político, apenas em locais onde ocorram conflitos ou quadro institucional instável o turismo não se desenvolverá. Os Estados Unidos, por exemplo, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, apresentaram uma redução no número de turistas recebidos. Por outro lado, o Brasil possui uma imagem favorável em relação a este aspecto, pois, mesmo com os problemas de segurança existentes, o fluxo de turistas permanece. Sobre a política institucional, se destaca a redefinição do papel do Estado, o que inclui a redução da participação direta das administrações públicas e o aumento das administrações municipais dentro do aparelho do Estado, para que haja um processo de descentralização, visando proporcionar mais poder de fiscalização para a sociedade local, com a criação de conselhos municipais.

Em relação às tendências culturais, o nível de formação e informação das pessoas tende a crescer e, conseqüentemente, as exigências por mais qualidade dos serviços seguirão o mesmo caminho.

Estudos recentes realizados pela OMT indicam a busca por interatividade como uma das tendências para as próximas décadas. Cada vez mais, os viajantes querem envolver-se com a realidade do lugar que visitam. O mesmo estudo aponta que, nos próximos anos, os turistas vão preferir locais onde culturas autênticas estejam preservadas. Conforme se acentua a uniformização como uma das tendências da globalização, a possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso (DIAS, 2003, p. 19).

O autor ainda aponta questões como o envelhecimento da população que necessitará de uma estrutura específica no setor turístico, para aproveitar o tempo maior de lazer, após a aposentadoria. Sobre as questões ambientais, um número bastante considerável de pessoas terá consciência da necessidade de preservação do meio ambiente. Além disso, outros problemas das realidades globais e locais serão melhor tratados, como os inúmeros problemas trazidos pelo processo de globalização, tais como o enfraquecimento dos Estados Nacionais, implicações para o desenvolvimento dos setores econômicos, sociais, ambientais, dentre outros.

No âmbito da atividade turística, por exemplo, para atender a uma demanda externa, muitos municípios permitiram a exploração de seu território sem nenhum planejamento para a manutenção dos recursos. Em conseqüência, muitas vezes, a cultura local sofre as modificações irreversíveis, desenvolvendo novos hábitos e costumes, e adaptando suas vidas às visitas ocasionais. Em muitas cidades, a exploração sexual de menores de idade ocorre sob influência do fluxo turístico, principalmente internacional, o que tem motivado campanhas, de âmbito local, para diminuir ou impedir essa prática (DIAS, 2003, p. 23).

Mesmo com esta modernização, alguns locais se tornam obsoletos, principalmente quando ocorre a desvalorização do capital existente no lugar. Alguns destinos perdem a velocidade de renovação referente à organização, às normas, à sua imagem e discurso, ou seja, os processos contemporâneos de globalização causam a valorização do transitório, do imediato, assim os locais passaram a ter uma data de validade. No entanto, todo este processo faz parte da inclusão do destino nos roteiros

globais.

Se não for bem administrado, o turismo pode trazer problemas para a comunidade local, pois muitas pessoas de culturas diferentes são colocadas em contato, diariamente. Além disso, as influências do global sobre o local, principalmente quando se trata do turismo (uma ferramenta importante da globalização), podem ampliar os problemas sociais vividos pela comunidade, ao invés de contribuir para o desenvolvimento do local em todos os setores.

A partir disso, culturas devem ser preservadas, bem como dialetos locais, que fazem parte da identidade local. Quando essas características são modificadas, principalmente pela interferência dos processos globais, há uma destruição na auto-estima das pessoas, ou seja, ocorre uma alteração em algo que foi construído há séculos, que está relacionado a questões de identidade.

Outrossim, a globalização também traz consequências nas relações de trabalho, na organização dos blocos econômicos, na geração de novas pobreza, no crescimento das desigualdades sociais, na exclusão social e no surgimento de novas formas de trabalho. Também provoca atos como a violação de direitos, que não se dá apenas nas relações de trabalho, mas sim, na venda e troca da força de trabalho, o que envolve questões de gênero, etnia, sexualidade e violência. Até este momento, a globalização não enfraqueceu o Estado-nação do Século XX, nem a importância das relações interestaduais; isso significa que a cidadania se enquadra em uma das instituições mundiais de desigualdade.

Neste contexto, o turismo sexual, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas podem ser explicados através das relações de mercado, que utilizam estes indivíduos como objetos e mercadorias para serem exploradas em redes comerciais de sexo (LEAL, 1999).

Barretto (1991) afirma que o fenômeno turístico ou a atividade turística possui em destaque o aspecto social, ou seja, a expansão do ser humano, a partir da chance de obter conhecimento e conhecer novas culturas ao realizar viagens. Já Lickorish (2000) afirma que o turismo implica uma pessoa em viagem, podendo ter a duração de menos de um dia. A outra forma de viagem é aquela realizada dentro das fronteiras nacionais ou no exterior.

No entanto, ter apenas uma visão parcial deste fenômeno pode trazer

prejuízos nos âmbitos culturais, econômicos e sociais. Por este motivo, a autora explica que o turismo é uma atividade multidisciplinar que possibilita várias relações de caráter econômico, sociológico e político. Assim, quando apenas o contato superficial com as culturas acontece, mais do que revelar, intensifica a visão estereotipada dos visitantes. Desta forma, o turismo transforma em uniformidade o que busca no diverso (URRY, 1996).

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo é uma forma de deslocamento para fora do lugar de residência habitual, por um período mínimo de 24 horas e um máximo de 90 dias, motivado por razões de caráter não lucrativo (MOLINA, 2001).

A partir de tais conceitos, verifica-se que o turismo não se constitui apenas no ato de realizar uma viagem, mas nas possibilidades de conhecer novas culturas no destino escolhido, ou seja, ter contato com outras pessoas e costumes. Esta possibilidade de ver e interagir com o diferente, como forma de lazer, é um dos fatores mais interessantes da prática do turismo.

Nota-se que o turismo pode trazer problemas para a comunidade local, pois diferentes realidades sociais são colocadas em contato diariamente. Neste sentido, é fundamental considerar os hábitos dessas pessoas, pois quando tais características são modificadas, principalmente pela interferência dos processos globais, há uma destruição na auto-estima dessa comunidade, ou seja, ocorre uma alteração em algo que foi construído há séculos e que está relacionado a questões de identidade. As influências do global sobre o local, principalmente quando se trata do turismo, podem ampliar os problemas sociais vividos pela comunidade, ao invés de contribuir para o desenvolvimento do local em todos os setores.

Com isso, a discussão sobre os aspectos negativos do turismo e como eles interferem no desenvolvimento local é fundamental, pois o turismo sexual faz parte dos inúmeros desvios ocasionados pela atividade turística. Além disso, merecem atenção os debates existentes sobre a importância do planejamento para que a atividade se desenvolva, evitando o surgimento de tais problemas.

2.1.1 – Outros aspectos negativos do turismo e importância do planejamento para o desenvolvimento da atividade

Segundo Ruschmann (2000, p. 110), “o turismo de massa é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”. E é justamente a presença dos turistas que favorece o superdimensionamento dos equipamentos turísticos – como alojamentos, alimentação, transporte – que acabam ocupando espaços maiores no destino, agredindo paisagens e ecossistemas existentes.

Estudos recentes mostram que o turismo apresenta efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos, e que não devemos assumir que seus resultados sejam equivalentes em todas as partes e igualmente para todas as pessoas envolvidas. É evidente que ocorrem implicações de desigualdade em termos de distribuição de benefícios e de custos, apesar de toda a grandiosidade que a atividade propicia (LAGE, 2000, p.117).

O turismo torna o destino receptor dependente dos países que enviam turistas, já que a maior parte das divisas que entra no país volta a sair. Como sua atividade é considerada altamente sazonal, o turismo gera empregos instáveis, o que, mais tarde, transforma-se em um canal de aquisição e assimilação de padrões culturais que não fazem parte da cultura local e nacional. Na realidade, o turismo é também um fator de aculturação e desintegração das culturas locais, gerando conflitos de valores, quando a comunidade receptora se encontra com turistas de outras origens (MOLINA, 2005).

Para Molina (2005), nos países que têm esta atividade como importante fonte de divisas de sua economia, nota-se que o turismo não é um fenômeno fácil de ser apreendido em suas mais variadas manifestações. Na realidade, um modelo ideal para o desenvolvimento do turismo exige algumas mudanças estruturais nas sociedades nacionais, principalmente em relação ao estado de dependência econômica, financeira, tecnológica e comercial do turismo, que predomina nos países latino-americanos. Este modelo precisa ser substituído por um turismo mais autônomo.

Com isso, visar apenas os aspectos econômicos do turismo tem

consequências negativas como, por exemplo, os perigos que ameaçam o meio ambiente natural das sociedades. Desse modo, visando solucionar estes problemas, as políticas nacionais de turismo tendem a ser dirigidas para a geração de desenvolvimento econômico, com potencial voltado para a geração de emprego e, conseqüentemente, de desenvolvimento local e regional.

Todo este processo ocorre em países como a França, Espanha, Grécia e Itália, pois o turismo tem papel gerador de emprego e riqueza, e isto atrai os governantes. Normalmente, os efeitos desta política induzida são: aumento de problemas pré-existentes nestes países, dependência em relação ao capital estrangeiro, transferência e concentração de recursos gerados para outros países, problemas sociais, ambientais e culturais.

Com as transformações contemporâneas, a partir da modernidade ocidental, a racionalidade técnica ocasionou problemas e mudanças nas relações entre as pessoas. No turismo, estas mudanças também ocorreram, principalmente em nível mundial. As grandes economias investem e se beneficiam do turismo, e as políticas visando a atração de turistas compõem agendas de muitos governos atuais. Por este motivo, as relações entre turismo e política estão se fortalecendo e a percepção dos seus impactos, negativos e positivos, vem desencadeando debates entre governos e organizações da sociedade civil.

Além disso, a maneira como o sistema turístico encontra-se estruturado, moldando e subordinando sempre as manifestações culturais e os artefatos das áreas visitadas às conveniências da demanda turística, na forma de prestação de serviços, fazendo, na maioria dos casos, com que elas se desloquem do seu contexto original e sejam transformadas em mercadorias e reduzidas a mero espetáculo para 'turista ver' e em 'arte de aeroporto', produzidas em série para consumo em larga escala (BRITO, 2007, p.45)

Outro ponto de destaque que vale a pena ser discutido é a relação entre turismo e desenvolvimento, tendo como base a política. Investimentos pesados na atividade são realizados como estratégia para o desenvolvimento de diferentes países. A partir disso, percebe-se que o termo desenvolvimento é bastante usado, mas ainda não muito compreendido quando se trata de turismo. Então, apesar da natureza controversa do seu significado, nos estudos sobre políticas para o turismo, o desenvolvimento proporcionado por tal atividade possui duas direções: uma é a

análise dos seus impactos e a outra trata de questões relacionadas à sustentabilidade (HALL, 1994).

De acordo com o autor, o desenvolvimento de prospectos políticos para a valorização do turismo, conservação do meio ambiente e das manifestações culturais, delimitando ainda a quantidade de turistas em determinadas áreas já ocorre, por exemplo, na Austrália e em Portugal. Assim, a política de desenvolvimento com o turismo pode ser avaliada na discussão de quem perde e ganha. No caso particular do meio ambiente, as possíveis consequências negativas para as localidades mais pobres estão ligadas à dependência de investimentos externos.

A forma massificada como os produtos turísticos são produzidos apenas serve para atender a demanda turística. Em muitos casos, manifestações culturais são comercializadas, mesmo quando são inventadas com a finalidade de entreter o turista. No caso do artesanato, por exemplo, o turista, ao adquirir tais peças, as utiliza como prova de que esteve no local, bem como as fotografias tiradas; com isso, os produtos do artesanato são reduzidos a meros *souvenirs* (URRY, 1996).

Segundo Debord (1997), tanto as manifestações culturais, como o artesanato e muitas atrações (re)inventadas especificamente para o consumo turístico passaram a fazer parte de um processo de espetacularização dos lugares – tais elementos precisam parecer reais, mesmo não possuindo autenticidade. O autor afirma que o turismo, enquanto subproduto da circulação de mercadorias e circulação humana, considera que o consumo resume-se, fundamentalmente, no lazer de ir ver o que se tornou banal.

Hall (2001) enfatiza que o planejamento pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo. Já Boiteux (2002) afirma que o planejamento é um instrumento importante para a gestão de um determinado espaço, principalmente em relação à utilização dos recursos disponíveis existentes nesse território. Dias (2003) trata da necessidade da integração do planejamento com planos diretores, planos setoriais, lei de uso do solo, enfim, com outros instrumentos de organização do território municipal.

As políticas de turismo encontram no destino a unidade básica de gestão – por possuir características como espaço geográfico homogêneo, capaz de atender os objetivos de planejamento e configurar estruturas urbanísticas, sociais, culturais em forma de rede, tendo como finalidade a obtenção de uma melhor qualidade de vida para os consumidores internos, ou seja, os cidadãos do território (SCARAMUZZI, 1993 *apud* VALLS, 2006).

O autor ainda relaciona as funções do destino turístico que estão vinculadas à qualidade de vida, à competitividade internacional, ao desenvolvimento econômico superior e às satisfações da comunidade local. Tratando-se de qualidade de vida, o cidadão preconiza o espaço para viver, relacionar-se, produzir, criar e desenvolver suas atividades de esporte, diversão, turismo e lazer. No que se refere à competitividade internacional, é necessário atrair capitais, converter-se em centro de acontecimentos de âmbito mundial, obter vanguarda em tecnologias e redes e atrair turistas e visitantes. Entretanto, para obter um desenvolvimento econômico superior, a indústria do turismo, a partir do número de turistas que chegam ao destino, deve oferecer uma rentabilidade superior à média para os negócios instalados, rentabilidade econômica para as administrações públicas, rentabilidade social para os habitantes e rentabilidade ambiental, ou seja, manutenção e aumento do valor do território.

A partir disso, os programas de desenvolvimento turísticos foram implementados, mas sem o devido planejamento ou estudo que verificasse as consequências da instalação dos empreendimentos turísticos para as populações locais e o meio ambiente. Neste sentido, Coriolano (1998) aborda a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico, que está tão presente nas sociedades de várias partes do mundo. Em consequência desta posição, o desenvolvimento se torna uma escolha de política pública, sendo as questões mais importantes relacionadas às áreas econômicas, sociais e políticas, e os seus benefícios voltados para as localidades e seus habitantes.

Lickorish (2000) trata da política de turismo não como um plano de turismo, mas como um ponto de referência em relação às decisões do planejamento que devem ser relacionadas. Após a política de turismo ser estabelecida, geralmente pelo governo, o planejamento visa incluir considerações da forma como o plano

deve ser colocado em prática. Beni (2006), no entanto, refere-se às políticas públicas de turismo apenas como uma tradução da visão de poucos que, na realidade, se ressentiam por não existir a participação efetiva de representantes regionais e locais, bem como da iniciativa privada e da sociedade civil na definição e elaboração de diretrizes políticas para a execução das ações necessárias.

Em relação ao turismo e suas transformações, Molina (2005) destaca que os mercados estão, a cada dia, integrando-se às novas formas de turismo e os governos têm promovido algumas mudanças significativas, mesmo após seu enfraquecimento em função de uma gestão empresarial mais dinâmica. Com isso, o planejamento centralizado cedeu lugar à descentralização, ou seja, municípios, governos estaduais e empresas passaram a desenvolver um trabalho de destaque.

O governo municipal pode ser capaz de tornar o município um centro de atração turística, tendo o apoio do governo nacional, com incentivos e programas regionais que favoreçam a consolidação daquele determinado local como ponto turístico. A partir disso, verifica-se que há uma tendência para a minimização da atuação das instituições no nível nacional, que deixam de competir com o setor privado e o público, em nível local; isto, certamente, dá mais autonomia municipal e provoca a descentralização.

Assim, empresários, administrações locais, ONGs, associações, instituições de ensino superior, dentre outros, juntamente com o Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e outros órgãos do turismo irão definir as prioridades do turismo no desenvolvimento sustentável local. Mas não se deve tomar o turismo como uma atividade eminentemente positiva. Na realidade, o turismo não planejado pode, a médio e longo prazo, gerar mais consequências negativas do que positivas sobre a sociedade. Por este motivo, a intervenção política organizada, através do planejamento, quanto mais cedo for efetivada para controlar o desenvolvimento turístico, melhores resultados serão obtidos, no sentido de prevalecer um turismo sustentável, que leve em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais (DIAS, 2003).

Segundo Beni (2006) e Lichorish (2000), o interesse dos habitantes do destino no conhecimento da nova situação e nas decisões sobre o desenvolvimento turístico pode definir os benefícios e as desvantagens que a atividade trará. Esta

participação pode ocorrer através das coletividades, redes de associações e instituições. Os habitantes do lugar precisam estabelecer uma relação com o território, por serem seus povoadores – assim, as contribuições de todo gênero e as diversas programações urbanísticas se tornarão fundamentais para que o desenvolvimento ocorra de acordo com um modelo preestabelecido. Caso não haja esta atuação específica, voltada para a orientação ao turismo em seu território, o processo de desenvolvimento pode gerar conflitos de curto, médio e longo prazo.

O sucesso da gestão do destino dependerá da capacidade dos diferentes agentes em desempenhar seus respectivos papéis e estabelecer, entre outros, o consenso em torno do modelo de desenvolvimento turístico e da sua aplicação rigorosa ao longo do tempo. A pouca colaboração ou a falta de cooperação de apenas um desses agentes comprometerá o modelo. Os agentes em questão são os turistas e visitantes, o setor econômico e social turístico, as administrações públicas e a sociedade em geral (VALLS, 2006, p. 22).

Além desta forma de atuação, a sociedade civil pode fazer parte de fóruns participativos que interferem na formulação e implementação de políticas públicas. Os fóruns têm papéis diferenciados nos contextos institucionais e políticos, além de potencialidades diversas em termos de desenhos institucionais do setor ou do programa ou política em que se inserem.

Há também presente, neste contexto, os fóruns participativos que favorecem a governança, entendida no sentido da articulação entre gestores e burocratas governamentais e os interesses dos trabalhadores, usuários e beneficiários de políticas públicas. A constituição dos fóruns se baseia em ‘organizações intermediárias’, ou seja, há participação de diferentes grupos de interesses nos fóruns. Os cidadãos e organizações da sociedade civil, na América Latina, têm se esforçado para obterem maior transparência nos novos regimes democráticos, *accountability*¹, a partir da participação. Com isso, movimentos sociais e ONGs conquistaram um espaço nas instâncias e obtiveram acesso aos processos de tomada de decisão. A partir disso, o apoio das gestões públicas é importante para que haja o funcionamento das instituições participativas, e isso ocorre quando os prefeitos

¹ *Accountability* – responsabilidade

demonstram vontade de delegar autoridade para os cidadãos.

No Brasil, instituições participativas são implementadas por setores participativos ou de esquerda na sociedade política e civil e vão atuar na tentativa de superar os problemas sociais e políticos, tais como baixos níveis de *accountability*, corrupção, ineficiência na provisão de serviços sociais – que atraem esforços com o objetivo de aprimorar a qualidade da governança democrática.

Para isto, a sociedade precisa se desvincular dos princípios da economia de lucro, dos tecnocratas dos aparelhos de Estado, além de saber lidar com as revoluções informáticas, robóticas, da globalização e do conjunto dos mercados, o que implica recompor os objetivos e métodos do conjunto do movimento social nos dias atuais, pensando as interações entre ecossistemas, mecosfera e universo de referências sociais e individuais ‘transversalmente’, sem deixar de entender os processos de desterritorialização selvagem do terceiro mundo, que afetam a cultura das populações, o *habitat*, as defesas imunológicas, o clima, dentre outros.

As atividades engendradas pelo turismo não se diferenciam de outras em relação à mobilização de capital, de mão-de-obra, de território e de mercados e, como a maioria das atividades econômicas, elas possuem restrições e precisam de investimentos públicos em infraestrutura. Já quando se trata das questões sociais e ambientais, esta atividade interfere nos padrões estabelecidos, na reorganização do espaço, afetando comportamentos tanto positiva como negativamente.

A partir disso, a participação da comunidade local e outras instituições pode contribuir, e muito, para o desenvolvimento do turismo, principalmente por conhecerem de perto suas próprias necessidades e a forma como o turismo vem interferindo nos aspectos culturais, econômicos e sociais. No entanto, esta contribuição em determinados locais ainda é insipiente.

Então, abordar a relevância do desenvolvimento local e a participação da comunidade na busca desse objetivo é propósito do próximo subitem, no sentido de esclarecer como o planejamento sustentável e as políticas de turismo podem contribuir para se obter tal desenvolvimento, ou seja, o bem estar da comunidade que está inserida em um local onde a atividade turística está presente.

2.1.2 – Desenvolvimento local e planejamento sustentável

Visando entender a importância do desenvolvimento local e do planejamento sustentável, serão trabalhados conceitos para explicar como é possível se chegar ao desenvolvimento, com a utilização das técnicas do planejamento do turismo. A relação entre o global e o local, por exemplo, provoca uma disputa entre os níveis locais para atrair centros de compras, eventos internacionais, parques temáticos, além de um maior fluxo de turistas.

A partir disso, Lickorish (2000) destaca que não basta o turismo proporcionar mais empregos, outros aspectos também precisam ser levados em conta. É fundamental que os programas e as ações para o incremento da atividade estejam associados a um planejamento global da região, principalmente porque, para suportar o desenvolvimento da indústria do turismo, vários serviços essenciais devem estar em pleno funcionamento, pois isso ajuda a tornar o destino atrativo. Grande parte desta infra-estrutura básica é de responsabilidade do governo, bem como os serviços de transporte e policiamento. A falta destes serviços ou componentes de má qualidade pode prejudicar a reputação do destino.

Neste sentido, o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e de lucro. Assim sendo, o desenvolvimento tanto para o ser humano como para o local necessita da adoção de políticas que proporcionem trabalho para todos – mas, para isso, o homem precisa estar no centro do poder, de forma que possa realizar as ações, o que significa implementar atividades de revalorização do lugar e das pessoas (CORIOLANO, 2001).

Rodrigues (2002) afirma que o desenvolvimento não pode ser entendido apenas em nível econômico, pois mesmo observado o seu crescimento, nota-se que não há uma ligação direta deste aspecto com a melhoria do quadro dos indicadores sociais. Por isso, a idéia de desenvolvimento deve designar um processo de superação de problemas, levando em consideração as principais dimensões que constituem as relações sociais, como a cultura, a economia e a política. O espaço natural e o social

não devem ser esquecidos, a fim de que uma determinada sociedade torne-se mais justa e legítima.

Além disso, o chamado desenvolvimento endógeno é importante, pois visa atender às necessidades da população local, a partir da participação ativa da comunidade envolvida. O principal objetivo é obter o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que proporciona outros caminhos de desenvolvimento, de acordo com as características de cada economia e sociedade locais. Para Beni (2006), esta forma de desenvolvimento possui enfoque territorial, visando ainda o funcionamento do sistema produtivo. Por ser um agente importante de transformação e por possibilitar interações entre empresas e demais atores sociais, o território é o local onde o desenvolvimento econômico e social é organizado.

Três dimensões ocorrem nos processos de desenvolvimento endógeno: econômica, caracterizada por um sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade, o que lhes garante competitividade; sociocultural, em que os atores econômicos e sociais se integram às instituições e formam um denso sistema de relações que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e política, que se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno capaz de incentivar a produção e que favorece o desenvolvimento sustentável (*idem*, 2006, p. 37).

Então, é importante se pensar como deve ocorrer o turismo sustentável para que os recursos utilizados por esta atividade sejam mantidos no futuro. Para isso ocorrer, as formas como o turismo sustentável deve ser realizado para que haja um desenvolvimento também sustentável devem ser apreendidas e utilizadas o mais rápido possível pelo governo, empreendedores da área, turistas e comunidade local.

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de 'sustentável' exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parcerias, com responsabilidade e participação (CORIOLANO, 1998, p. 32)

Compondo as formas alternativas de turismo, passam a ser implementadas, dentre outras, o turismo limpo, sustentável, justo, responsável, alternativo, rural e ecoturismo. Contudo, a interpretação destes termos está relacionada ao uso dos

recursos finitos. Para se obter um modelo de desenvolvimento do turismo, é preciso que haja mudanças estruturais nas sociedades nacionais, principalmente em relação à dependência econômica, financeira, tecnológica e comercial que predomina nos países latino-americanos, a qual deve ser substituída por um processo de consolidação das capacidades próprias em direção à elaboração de um modelo de turismo autônomo (MOLINA, 2005).

As preocupações com a sustentabilidade da atividade turística desencadearam um debate a cerca de um possível “turismo alternativo”, em 1989, na Polônia, a partir da Conferência de Zakapone, promovida pela Academia Internacional para o Estudo do Turismo e patrocinada pela Organização Mundial do Turismo. Na realidade, este turismo alternativo surge como uma reação à exploração causada pelo turismo de massa no terceiro mundo (BRITO, 2007).

O critério do planejamento sustentável do território e do patrimônio tem por objeto a manutenção ou a recuperação do valor original do território e do patrimônio como bem público, aumentando todo o valor que oferecem ao longo do tempo, a serviço da satisfação do turista. A perenidade, a conservação e a sustentabilidade desse bem público estão intimamente ligadas à evolução do ciclo de vida do destino e, portanto, ao seu planejamento (VALLS, 2006, p. 41).

Este modelo de planejamento sustentável pode gerar conflitos durante sua implementação. Os preços, por exemplo, tenderão a aumentar mais rapidamente que outros destinos menos competitivos, lembrando que os preços dos pacotes e serviços devem incluir os custos com a manutenção do valor do território. A compensação virá pelos benefícios globais da economia sustentável, porque os investimentos efetuados, globalmente, oferecem maior rentabilidade a longo prazo do que aqueles que feitos num turismo não-sustentável (*idem*, 2006).

A prática turística sustentável é baseada no uso da forma correta dos recursos existentes no determinado destino, reduzindo o consumo supérfluo e o desperdício, não deixando de realizar a manutenção da biodiversidade, introduzir o turismo no planejamento global e local, dar suporte às economias locais, envolver as comunidades, consultar o público e as instituições públicas e não-governamentais, capacitar a mão-de-obra, introduzir um marketing turístico responsável, estimular e desenvolver pesquisas relacionadas aos problemas vinculados ao turismo.

A partir destas análises iniciais, verifica-se que o turismo é também um consumidor intensivo de territórios; por este motivo, é necessário um planejamento que aponte os objetivos econômicos a serem alcançados, e englobe espaços que precisam ser protegidos e identidades que devem ser fortalecidas.

Após este debate, verifica-se que é necessária a existência do planejamento turístico, da atuação do governo na criação de políticas que fortaleçam a comunidade local, no sentido de terem acesso a empregos neste mercado. Enfim, tais ações podem fazer com que a comunidade não busque alternativas para sobrevivência como o turismo sexual, a prostituição, o tráfico de drogas, dentre outras atividades que ocasionem problemas para o destino turístico.

Assim, discutir o significado do turismo sexual e suas consequências para a comunidade local e para o destino turístico é fundamental para se entender a relevância da atuação da rede de enfrentamento e da elaboração e implementação de políticas públicas para coibir esta prática. Aspectos que estão relacionados com o turismo sexual como a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de mulheres e a prostituição serão tratados e explicados a seguir. No entanto, neste estudo, apenas o turismo sexual que envolve mulheres será evidenciado.

2.2 - TURISMO SEXUAL: UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO?

Com o turismo e a presença de visitantes, um novo ritmo de vida se configura para os moradores locais. Há uma desapropriação do território pelo capital imobiliário, as perspectivas de novos empregos e aumento da renda familiar, proporcionadas pelo surgimento de frentes de trabalho na construção civil, nos hotéis, e em outros empreendimentos turísticos, o que inicialmente provoca atração nos residentes. Mas com o passar do tempo, todo este processo se transforma em formas de exclusão social.

A partir disso, Paiva (1995) aponta que são justamente as especificidades da formação socioeconômica do turismo, os atrasos do capitalismo tardio, enquadrando até formas de inserção marginal nas atividades turísticas (os artesãos, os

barraqueiros, as prostitutas, os mergulhadores e etc.), as próprias condições reais de vida da sua população e/ou até as manifestações de poder das suas elites que dificultam o desenvolvimento da atividade turística, em países como o Brasil.

Para Rodrigues (1997), o padrão de mudanças imposto pelo empreendimento turístico implica formas de deslocamento, seja físico, com a perda dos antigos locais de moradia e trabalho, ou social, provocado pelo empobrecimento e pelo descenso populacional, devido à redução dos recursos naturais disponíveis, como áreas para plantio e estoque pesqueiro, além da falta de mão-de-obra qualificada para os setores mais remunerados do turismo.

Muitos dos residentes aceitam as mudanças que ocorrem em seus espaços através do turismo, pois acreditam nas promessas de benefícios econômicos e de melhoria da qualidade de vida proporcionada pela atividade. No entanto, o que é comum ocorrer é a comunidade ficar isolada em seu próprio ambiente, não atuando nem mesmo para protestar contra programas turísticos que, em vez de trazer benefícios, ocasionam problemas como pobreza local e dependência econômica do turismo. Embora exista o mecanismo de participação da comunidade na construção dos programas e políticas públicas, a sociedade ainda não está inserida na governança burocrática.

Para Bem (2003), a relação entre visitantes e residentes, motivada pelo turismo, frequentemente apresenta tensões e distorções; uma delas é denominada turismo sexual. A presença deste fenômeno e sua associação com o turismo não podem ser ocultadas, pois esta atividade é um elemento da produção do espaço criada pelos clientes, prostitutas e também pelos agentes que moldam este espaço. Ele estabelece rotas, institucionaliza espaços e práticas, fluxos e agentes (BEM, 2003b)

O desenvolvimento não-controlado de certas práticas turísticas pode ter outros efeitos sociais, como as novas extensões do turismo sexual. A Organização Mundial do Turismo define o turismo sexual como viagens organizadas internamente no setor turístico ou fora dele – usando as estruturas e redes do setor – com o objetivo primário de efetivar a relação comercial sexual do turista com os residentes, no destino. Isto determina consequências sociais e culturais para a atividade, especialmente quando são explorados diferentes gêneros, idades, situações econômicas e sociais, nas destinações visitadas (SILVA, 2005).

De acordo com Barretto e Banducci (2005), a prostituição, a dependência econômica, a desestruturação de valores e práticas culturais, que mercantiliza as pessoas e suas culturas, rompem a estrutura das comunidades receptoras e beneficiam as empresas voltadas para o turismo e as grandes corporações. Neste sentido, é importante entender que o debate sobre o turismo sexual e a exploração de crianças e adolescentes se dá, hoje, em um contexto de reconhecimento de direitos, mas também em um momento de fortes mudanças nas práticas sociais em que se recoloca.

O estudo sobre o turismo sexual teve início no Sri-Lanka, mas logo se estendeu para a Tailândia e Bali, na Indonésia. Existem várias definições para este tipo de turismo que, mesmo sendo disseminado como prática, é considerado uma deformação da atividade. Sua existência reflete vários problemas de ordem econômica, social e política, nas sociedades receptoras e emissoras de turismo (BEM, 2005).

Apesar do esforço e dos visíveis avanços nos estudos sobre o tema, até o momento não existe um consenso em relação ao conceito de turismo sexual. É perceptível que sua ocorrência deve-se a fatores específicos, como falta de planejamento turístico, exclusão social, desemprego, falta de moradia e escolaridade, globalização, dentre outros. Esta forma de turismo, mesmo ocorrendo como prática cada vez mais visível nas sociedades contemporâneas, não é considerada um segmento da atividade turística.

O turismo sexual caracteriza-se como um fenômeno, quando há deslocamento de pessoas, de ambos os sexos, para outras cidades ou países, à procura de aventuras eróticas. O mais interessante é que esse segmento ocorre no sentido “centro-periferia”, ou seja, se desenvolve a partir da saída de turistas de países ricos para visitarem os subdesenvolvidos. O assédio dos estrangeiros é mais intenso em algumas cidades do Nordeste porque é onde ocorre o contato com as garotas que idealizaram a partir das fotos, imagens de vídeo e promessas feitas pelas agências que são muito difundidas no exterior (SARDENBERG e DIAS FILHO, 1998, p.01).

Neste estudo, considera-se que o turismo sexual é o deslocamento de pessoas para outras localidades em busca de aventuras eróticas, onde ocorre a troca dos serviços sexuais por dinheiro. Contudo, esta prática se desenvolve principalmente em locais onde o subdesenvolvimento é presente, por este motivo, o

movimento realmente pode ocorrer no sentido centro-periferia, pois são maiores as possibilidades de encontrar mulheres, adolescentes e crianças envolvidas com a rede de prostituição, devido à falta de oportunidades e a miséria. Além disso, o turismo sexual se utiliza de uma rede e dos equipamentos turísticos para se efetivar, tendo agências especializadas em montar pacotes para serem comercializados com esta finalidade.

Segundo Sardenberg e Dias Filho (1998), um fator que contribui para a existência deste problema é que, historicamente, a mulher ocupou uma posição subordinada em relação aos homens, estando em situação de desvantagem no mercado de trabalho. Isto também está relacionado ao fato de a mulher não ter o direito de ‘desejar’, sendo construída como ‘objeto de desejo’ dos homens. Os serviços sexuais são oferecidos através de intermediários.

Algumas mulheres podem ser encontradas nas boates, mas também muitas se interessam em participar desta atividade turística para receber moedas fortes. Dentre elas, estão as empregadas domésticas e até mesmo estudantes, que estão dispostas a ‘namorar’ turistas estrangeiros. Essas garotas sonham com o príncipe encantado, esperando que esses homens levem-nas para viver no ‘Primeiro Mundo’.

Para Ribeiro (1998), o turismo sexual no Brasil se utiliza de uma rede de relações, na qual se identifica a presença de agentes internacionais, que organizam excursões específicas cujo destino inclui as cidades litorâneas do Nordeste. “A atividade do turismo, mesmo informalmente, exerce – através de seus clientes nacionais e internacionais – certa influência na configuração e organização espacial da prostituição feminina” (CORIOLANO, 1998, p.146)

Oppermann (1999) trata das relações entre turistas e visitados que são vistos apenas como troca monetária, isto é, oferecem serviço sexual por dinheiro. O turismo sexual, quando configurado, produz novos impactos sociais, criando uma infra-estrutura e uma dinâmica propícias à proliferação do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.

O Brasil ainda não está incluso, oficialmente, nos roteiros de turismo sexual. No entanto, a existência da prática no país influenciou a entrada do Brasil na lista dos países que fazem parte da rota do turismo sexual no mundo, como a Tailândia, Filipinas, Costa Rica, Cuba, dentre outros, pois alguns estados já figuram

como pólos de atração para o turista estrangeiro que pretende viver uma aventura erótica (ARAÚJO, 2003).

Segundo Guimarães (2003), no Brasil, os turistas sexuais nem sempre buscam profissionais do sexo: o que eles preferem são as acompanhantes que, durante sua permanência, não apenas atendem sua expectativa sexual, mas servem como guias, indicando pontos turísticos, levando-os para locais seguros, para que circulem com tranquilidade.

O turismo sexual, para Ouriques (2005), expressa o traço essencialmente colonialista do turismo, nos países periféricos. Além disso, uma das suas características é que o 'outro' é encarado como um mero objeto, pela sua sexualidade e raça. Para Silva (2005), no campo legal-jurídico brasileiro, de forma diferenciada, o turismo sexual é definido como violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra a pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado ao pudor e tráfico de mulheres.

No senso comum, o turismo sexual é uma forma de comportamento normativo dos turistas estrangeiros e nacionais que frequentam as metrópoles costeiras brasileiras, em busca de parceiras e parceiros, seja qual for a qualificação dessa busca. Esta definição popular é, preferencialmente, aplicável àqueles estrangeiros que alugam serviços de uma prostituta. É importante salientar que a simples contratação de uma prostituta maior de idade no Brasil não é considerada, por si só, um crime (SILVA, 2005).

A nova modalidade de pacote turístico, muito utilizada hoje, proporciona ao turista, além da passagem aérea e a estadia, o direito a uma ou várias acompanhantes no país de destino. Estes turistas são casados, em sua maioria. Por isso, exigem discrição total, hospedando-se em locais com infra-estrutura e garantia de privacidade. Além disso, existem turistas que não fazem distinção de idade na escolha da acompanhante, já outros preferem crianças e adolescentes.

Com o turismo internacional, as viagens de longa distância aumentaram e, por consequência, possibilitaram novos tipos de contatos entre o turista e a comunidade local. Em tais contatos, algumas relações possuem características específicas. Em Fortaleza, por exemplo, existe o 'turismo sexual de classe média'.

Segundo Bem (2005), existe um tipo de turismo sexual que não tem relações com retribuição pecuniária, e que não se configura como prostituição, ou seja, é apenas uma forma de exercer a liberdade sexual. O turismo sexual de classe média se configura quando estrangeiros de várias nacionalidades estão em busca de contatos amorosos e sexuais com mulheres brasileiras das classes médias que, na maioria dos casos, são universitárias. No turismo sexual de classe média, os relacionamentos podem ocorrer de forma romântica ou apenas comercial.

Bem (2005) explica que o turismo sexual é um fenômeno produzido por uma série de fatores, sendo que um deles é a exclusão social, porque a população que sofre com este problema passou a encontrar nesta prática uma forma de mobilidade social. Assim, algumas pessoas optam por esta prática por ser mais rentável que atuar em outras atividades – pois conseguem lucrar, em apenas um final de semana, o equivalente a um mês inteiro de trabalho.

Barreiras (2007) esclarece que as nacionalidades que mais procuram o turismo sexual são a Itália, Espanha e Portugal. Normalmente, as mulheres com quem esses turistas mantêm contato direto pretendem obter algum tipo de ascensão social, ou então, sonham em sair do país. Nesse tipo de encontro, existe uma diferença da prostituição propriamente dita, pois ele envolve estrangeiros e mulheres jovens pobres e marginalizadas para contatos breves.

Outra visão sobre o turismo sexual é tratada pelo Programa Turismo Sustentável e Infância, que tem o apoio de 46 parceiros entre governo, iniciativa privada, organizações internacionais e não-governamentais. O programa apresenta o problema utilizando a denominação ‘exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo’. O seu significado nada mais é que a utilização dos equipamentos da atividade turística (hotéis, bares, clubes noturnos, agências de viagens, táxi, entre outros) para facilitar ou promover a exploração sexual de crianças e adolescente – o que é uma atividade ilegal. De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT), a exploração dos seres humanos, sob todas as formas, nomeadamente sexual e, especialmente, no caso de crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação (PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA, 2008).

O turismo sexual ou a exploração sexual de crianças e adolescentes no

turismo é uma consequência negativa da atividade – assim como outros problemas que surgem devido ao crescimento da atividade e desenvolvimento econômico não-sustentável, como o esgotamento de recursos naturais, a poluição do ar, da água, dentre outros (DIAS, 2003).

Outro fator de destaque é a problemática da transnacionalização que, a partir da intensificação da circulação de pessoas através das fronteiras, visando oferecer ou comprar serviços, acaba comercializando ou adquirindo inclusive os de características sexuais. Esta circulação está articulada e é uma característica da ‘nova ordem mundial’, uma ampliação na mobilidade, inclusive de massas de turistas, imigrantes, refugiados, exilados e trabalhadores que influencia a política das nações (PISCITELLI, 2005).

A autora explica que o termo transnacional é utilizado na literatura feminista de diversas formas e, de modo geral, refere-se à noção de vínculo, conexão entre grupos para além das fronteiras nacionais, principalmente quando se trata da maneira como os migrantes sustentam suas relações sociais, econômicas e culturais. Estas ligações transnacionais são vistas como algo que ultrapassa a interação entre países de origem, onde os migrantes atravessam as fronteiras e estabelecem relações complexas com diferentes locais e formam comunidades novas. Piscitelli afirma que:

A discussão atual sobre o mercado do sexo, marcada por um interesse quase obsessivo no tráfico de seres humanos com fins de exploração sexual, mostra o peso político da circulação das idéias através das fronteiras. Refiro-me às idéias sobre prostituição, sobre migração e sobre as relações entre ambas, que informam a promulgação de leis com diferentes graus de alcance (2005, p. 11).

Colocar a exploração sexual como modalidade do turismo é falta de conhecimento, pois a finalidade do turismo é gerar economia e divisas para o país, promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Então, partindo desse princípio, não se pode conceber o conceito de ‘turismo sexual’ como segmentação de mercado (CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO, 2008).

A presença desta forma de turismo pode remeter a problemas econômicos e sociais, ou ser consequência do desenvolvimento da atividade turística sem planejamento. Enfim, outras questões bem mais profundas são reflexos da existência do turismo sexual; por este motivo, não podem ser analisadas de forma isolada da

atividade turística. Além disso, o crescimento do turismo sexual está relacionado com o tráfico de mulheres e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que são crimes no Brasil.

O turista sexual utiliza praticamente a mesma infra-estrutura de outros turistas e, frequentemente, conta com a omissão de parte do setor turístico para realização de suas atividades. O conceito apresentado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes na América Latina e Caribe (CECRIA) (Oliveira, 2006, p. 02) enfatiza esta omissão e cumplicidade, quando expõe que o turismo sexual é:

(...) a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem.

Como observam Fraga e Martins (2007), exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres não é prática recente na história da humanidade. Existem inúmeros registros documentais e literários que confirmam a veracidade desta assertiva.

Se a prática não é recente e não podemos igualmente afirmar que vivemos um período de seu maior incremento, é possível, todavia, assegurar que a exploração sexual vem ganhando novos contornos com a configuração e organização de novas redes que se articulam no sentido de sua expansão. O uso de novas tecnologias, como a rede mundial de computadores, possibilitou contato de pessoas em regiões distantes. Estes contatos acarretam a formação de um amplo e complexo mercado que, como tantos outros, possuem uma faceta lícita e outra ilícita. (*Idem*, 2007, p.4)

Uma vez que esse tipo de turismo é configurado, há uma maior probabilidade da ocorrência de tráfico de mulheres, de crianças e adolescentes e da exploração sexual. O modelo de modernização excludente, a falta de planejamento, o modo de ocupação do espaço e a especulação imobiliária têm dificultado a vida de muitas pessoas, inclusive das que vivem em cidades turísticas. Muitas delas não encontram trabalho, o que é contraditório em cidades que, normalmente, se encontram em pleno desenvolvimento turístico. Assim, as gerações mais novas, não encontrando

espaço, acabam procurando outras alternativas para interagirem com as novas demandas socioeconômicas.

No que se refere aos fatores relacionados com a prática do turismo sexual, observa-se que existe uma gama diversificada de motivos que contribuem para seu desenvolvimento. Devido a sua complexidade, não se pode falar de um elemento motivador principal, mas de um conjunto de fatores cuja solução exige seriedade e a reflexão de cada ator social sobre seu papel diante do problema.

Dentro deste contexto, verifica-se o crescimento de uma das formas de exploração sexual, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, crianças e adolescentes que crescem sem perspectivas em meio a um cenário social caótico, onde a miséria, o alcoolismo, as agressões físicas e o abuso sexual são problemas frequentes. As garotas são facilmente aliciadas por redes criminosas para a realização de práticas ilícitas, sendo uma delas o sexo com turistas (SILVA; ÁVILA, 2007).

Segundo declaração aprovada no primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, no ano de 1996, o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie, tratando a criança como mercadoria, além de também estar relacionado ao trabalho forçado e às formas contemporâneas de escravidão, é considerado uma forma de exploração sexual: nestes moldes é uma violação aos direitos da criança.

Não se pode reduzir a exploração sexual ao sexo-turismo que estigmatiza o “outro”, o estrangeiro como único agressor, colocando-nos de fora da questão, quando sabemos que nem todos os turistas estrangeiros são abusadores sexuais, que nem todos os turistas abusadores são estrangeiros. (...) É preciso, ainda, situar o conceito de exploração sexual em diferentes contextos culturais, ou seja, onde e como a sexualidade é concebida e exercida. Por exemplo, o turismo sexual, apesar de sempre perverso é vivenciado diferentemente segundo a cultura do agressor e mesmo a da(o) jovem explorada(o) (LEAL, 1999, p.13).

A partir disso, verifica-se que

a exploração sexual é aquela motivada exclusivamente pela oferta do sexo mediante algum tipo de pagamento. Este pagamento pode ser feito por meio de dinheiro, presentes ou outro tipo de vantagem. Normalmente, as vítimas do turismo sexual são crianças e

adolescentes de baixa renda e sem formação educacional (CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO, 2008).

Além disso, a pornografia infantil, a prostituição de menores e o tráfico de crianças e adolescentes são visíveis tanto no cenário nacional quanto no internacional, e as possíveis causas desse crescimento vão da busca do ‘sexo para a sobrevivência’ por esses indivíduos, à presença de mercados de prostituição de adultos em locais onde há grande número de adolescentes.

Para Weiner (2001, *apud* LIBÓRIO, 2004), a exploração sexual de crianças se refere a práticas nas quais uma pessoa adquire gratificação sexual, através do abuso ou da exploração da sexualidade de uma criança que possui direitos, dignidade, autonomia e bem-estar físico e mental. Já a exploração sexual comercial de uma criança nada mais é que a exploração sexual orientada por completo, ou pelo menos de modo preponderante, por razões financeiras e econômicas – enquanto o abuso sexual é uma atividade sexual considerada ilegal e que envolve pessoas menores de 18 anos. No caso das agressões sexuais, qualquer ato sexual dirigido a uma pessoa menor de 18 anos, de maneira forçada, onde a vítima é incapaz de se defender é tratado e considerado como tal. Nesses dois tipos violência, a maioria das ações é realizada por adultos que utilizam violência, pornografia, exposição intencional, e meios afins.

A exploração sexual comercial é uma violação dos direitos fundamentais da criança. Esta violação abrange o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar no trabalho forçado e em formas contemporâneas de escravidão (ECPAT, 2002 *apud*, LIBÓRIO, 2005).

O Instituto Interamericano del Nino definiu, em 1998, as quatro modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes que são: a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais (LEAL, 1999). A partir disso, justamente na década de 90, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ganhou visibilidade, pois ocorre em cidades litorâneas e nas regiões de garimpo no Brasil.

Com a CPI da prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, em 1993, houve um avanço na concepção desta temática, na qual a prostituição infantil passa a ser compreendida como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em consonância com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.089/96), que diz em seu artigo 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Nesta perspectiva, as organizações não governamentais, o governo e as agências internacionais optaram pelo termo "exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes", e não "prostituição infanto-juvenil", por considerar a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social (LEAL, 1999, p. 09).

Em 2002, avaliações sobre o número de crianças e adolescentes explorados no país chegaram a uma média de 100 mil. Este problema ocorria com mais frequência nas intermediações dos hotéis, nas fronteiras e nas estradas. No entanto, verifica-se que a exploração e o turismo sexual eram banalizados (MIRANDA, 2006). Pode-se notar que não é apenas o turismo sexual o indicador principal do problema, há uma gama de questões que favorecem o seu crescimento como, por exemplo, quando a criança sofre com a negligência, o abuso sexual, a pobreza, ausência da escola e outros.

Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e a lei brasileira não penaliza somente quem pratica, mas também quem facilita ou age como intermediário. É inaceitável, portanto, que os equipamentos do turismo sejam utilizados por pessoas dispostas a explorar sexualmente crianças e adolescentes. Os agentes do setor (empresas, órgãos de governo, profissionais, sindicatos, associações, organizações não-governamentais, comunidade) devem, sim, atuar como agentes de proteção de crianças e adolescentes, especialmente das vítimas da exploração sexual no turismo (PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA, 2008).

Segundo o Código Mundial de Ética do Turismo, a exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual e, especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, em conformidade com o Direito Internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos.

Segundo Landini (2006), a violência sexual contra crianças e adolescentes abrange vários atos, como estupro, atentando violento ao pudor, prostituição, pornografia e tráfico para fins sexuais. Enfim, a exploração sexual leva à perda da dignidade e da autoestima, da integridade física, mental e moral da criança ou da adolescente.

De acordo com Sawaia (2006), a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Não se trata de uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Muitas situações são descritas como de exclusão, que representam as mais variadas formas e sentidos advindos da relação inclusão/exclusão. Sob esse rótulo, estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor, desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de ascender ao mercado de trabalho, etc) (*idem*, 2006, p. 17).

Xiberras (1993, p. 21) afirma que excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores. Com isso, os excluídos não são rejeitados física, geográfica ou materialmente, ou do mercado e suas trocas, mas, sim de todas as riquezas espirituais, pois seus valores não são reconhecidos – o que ocorre é uma exclusão cultural. Na realidade, a relação entre exclusão e pobreza existe, mas a existência da pobreza não significa necessariamente exclusão. A pobreza atual é um fenômeno multidimensional atingindo indigentes, subnutridos, analfabetos, e outros, a partir da precária inserção no mercado de trabalho; não é apenas resultante da ausência de renda, pois outros fatores, como dificuldade de acesso aos serviços públicos e ausência de poder, também estão vinculados à pobreza.

Para Safioti (1989), as desigualdades econômicas e sociais do país favorecem o surgimento da exploração de pessoas por outras pessoas. Neste contexto, as crianças tornam-se um alvo fácil a se transformar em mercadoria. Santos (1990 *apud* GOMES, 1996) observa que a trajetória da menina de rua se inicia na mendicância, passa pelas pequenas vendas nos sinais de trânsito, até chegar à prostituição. As desigualdades sociais e econômicas, diferenças culturais e étnicas,

relações de dominação e de colonização, na maioria das vezes, interferem nas relações e desejos sexuais. Além disso, a desigualdade dos grupos sociais e culturais se expressa em relações diferentes entre os corpos e em representações sociais estereotipadas, que mais reforçam do que deslocam essas situações de desigualdade (BOZON, 2004).

Dimenstein (1992) afirma que a exploração sexual de crianças e adolescentes tem profundas relações com o tráfico de drogas. Nos Estados Unidos, alguns fatores contribuem para o crescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes, como a questão socioeconômica, o crescimento de menores de idade envolvidos no mundo do crime, a falta de oportunidades de se inserir na sociedade onde vive, dentre outros. Segundo Vasconcelos (1991), o uso de drogas acaba sendo a saída para essas meninas, uma forma de ‘aguentarem a vida nas ruas’.

Não só a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também o turismo sexual também apresenta uma relação marcante com a prostituição, pois muitas agências utilizam vídeos e catálogos de fotos como uma forma de tornar interessante a venda de pacotes turísticos. No entanto, a prostituição é um contrato de locação, no qual o corpo é o objeto. Para Lagenest (1973), a prostituição é essencialmente um indivíduo alugar seu corpo para jogos sexuais, sem amor. Por isso, quando ocorre a reunião entre aluguel do corpo, jogos sexuais e ausência de amor, há prostituição.

A situação do país em vias de desenvolvimento influencia no crescimento desta atividade informal, principalmente, porque a prostituição se apresenta como um meio de sobrevivência para muitas mulheres – por isso, sua oferta se torna abundante e, em consequência, há um aumento da clientela que encontra preços baixos e mais locais de encontros. Sem dúvida, a miséria material é a primeira grande responsável pela prostituição: quanto mais pobre uma região, maior será o número de prostitutas que ali haverá, e mais jovens seus elementos (LAGENEST, 1973).

Defender a prostituição como forma de trabalho deve ser encarado com cuidado, mas também definir a prostituição como simples relação sexual deve ser revista. Barry (1991 *apud* Gomes, 1991) observa que situar a prostituição como violação dos direitos humanos ou como um crime contra a mulher afetaria as próprias

prostitutas, que optam por realizar este trabalho, mesmo tendo outras alternativas, e ainda criminalizariam aqueles que participassem da transação comercial.

A pobreza é o determinante da violência, mas em suas entranhas gesta-se um processo cumulativo de fragilização social que condiciona a trajetória de grande número de crianças e adolescentes privados de comida, de casa, de proteção, de escola, com acentuação das relações violentas intrafamiliares, também facilitadas pelo alcoolismo e pela promiscuidade, pelo desemprego e pela frustração social (FALEIROS, 1997, p. 11)

No Brasil, o exercício da prática independente da prostituição não é ilegal. Nos dias de hoje, existe uma discussão que trata da politização de quem exerce a atividade, reivindicando o direito de trabalhar de forma digna. Mesmo com a inclusão da atividade no Código Brasileiro de Ocupações, o debate acerca da prostituição como profissão ainda exige reflexões amplas, que não se restringem apenas aos processos legais para inseri-la como categoria no sistema formal de trabalho (MERCHÁN-HAMNN; GUIMARÃES, 2005).

Os autores ainda acrescentam que algumas das reflexões sobre a inclusão da prostituição como profissão tratam das suas características depreciativas, quando observam a realidade daquelas que vivem os dilemas cotidianos da prostituição e a existência de outros fenômenos que preocupam a sociedade, como é o caso do turismo sexual, do agenciamento da prostituição, entre outros. Porém, o debate sobre a legalização da prostituição faz parte do Projeto de Lei (PL) 98/2003, de autoria do deputado Fernando Gabeira que foi apresentado ao Congresso Nacional, e encontra-se em tramitação. O objetivo desta iniciativa é assegurar condições de remuneração, bem como os direitos das prostitutas.

A prostituição da classe média-alta é uma modalidade comum nos dias atuais, e é exercida por estudantes universitárias e/ou profissionais liberais. Estas mulheres costumam frequentar locais sofisticados, sendo que algumas delas declaram que ganham em um final de semana o equivalente a um mês de trabalho. A maioria pretende economizar dinheiro, atuando na prostituição, para viver de uma forma confortável no futuro (BEM, 2005).

Em países como a Tailândia, a prostituição é um setor econômico extremamente organizado, que corresponde a uma forte demanda masculina local. No

entanto, para os jovens que vivem em meios rurais pobres, sem perspectivas profissionais, a prostituição se torna uma oportunidade de mobilidade social e geográfica. Além disso, no norte do país existem os recrutadores de prostitutas que visitam camponeses pobres e oferecem dinheiro em troca do consentimento, para que sua filha seja levada a um estabelecimento de sexo comercial com a finalidade de realizar trabalhos sexuais. Neste contexto, também são abordadas as mulheres jovens separadas, que não possuem recursos para educar seus filhos, por exemplo. Para algumas mulheres a migração é definitiva, para outras, o retorno ocorre ao terem contraído HIV (BOZON, 2004).

Apesar disso, a Tailândia, de 1905 a 1960, teve como prática legal a prostituição, tendo sido esta um fonte de recursos para o país. No ano de 1960, o país passou a adotar leis antiprostituição com o *Suppression of Prostitution Act*. Com a introdução do *Entertainment Places Act*, em 1966, foi regulamentado o funcionamento de bares, salões de massagem, dentre outros, com a licença da polícia para operar. Esta iniciativa derivou de esforços da polícia nacional para desenvolver o turismo no país. Além disso, o vice-presidente Boonchu Rajnasthien, no final da década de 1970, não deixou dúvidas a respeito da ligação entre o desenvolvimento do turismo e sua relação com o turismo sexual (BEM, 2005).

Outra consequência associada ao turismo sexual é o tráfico de mulheres, que se constitui no deslocamento para trabalhos e serviços, dentro ou através das fronteiras nacionais, por meio de violência, abuso de autoridade, dentre outras ações (GUIMARÃES, 2002). Esse tipo de comércio possibilita o envolvimento de pessoas em redes que acabam usufruindo das atividades realizadas pela mulher, dentre as quais se destacam o trabalho sexual forçado e a ação das agências de casamento com estrangeiros. O tráfico de mulheres se configura como um desrespeito aos direitos humanos.

Toda definição de tráfico presume duas coisas: 1) que o traficante é um ser humano e não um Estado (o deslocamento forçado de indivíduos feito por ações governamentais nunca é considerado como tráfico); 2) o deslocamento problematizado consiste de indivíduos que são retirados de um local, tido como natural deles, e removidos para outro lugar (SILVA, 2005, p. 163)

No entanto, ao contrário do turismo sexual, que se utiliza de pacotes específicos, o tráfico de mulheres ocorre de forma ilegal na maioria dos países, inclusive no Brasil, e se desenvolve geralmente no sentido ‘periferia-centro’, ou seja, o deslocamento de mulheres para os centros urbanos ou pólos turísticos.

O tráfico de mulheres pode ser de âmbito internacional ou nacional. No primeiro caso, as vítimas são apenas aquelas que cruzam fronteiras internacionais, enquanto no segundo, são levados em conta os deslocamentos dentro das fronteiras de um determinado país. Algumas definições de tráfico envolvem todas as formas de deslocamento de pessoas que violam alguma lei, principalmente as que se referem à imigração ou trabalho, que é considerado tráfico.

As vítimas desta prática podem ser mulheres ou homens de todas as idades. De qualquer maneira, o trabalho sexual, o envolvimento em indústria sexual e no trabalho sexual no exterior aparece como possibilidades a que as mulheres se dedicam voluntária ou conscientemente de acordo com parâmetros culturais, nacionais ou internacionais específicos.

O tráfico de pessoas é um assunto que vem preocupando o mundo, principalmente pelo fato de a atividade movimentar uma média de \$ 2 bilhões, sendo, portanto, uma atividade ilegal bastante lucrativa – perde apenas para o tráfico de armamentos e drogas. Esta difusão ocorre, em parte, por ainda não existir uma legislação forte que tenha diálogo com as leis de outros países, o que acaba dificultando a luta para coibir o problema (SILVA, 2005).

O tráfico de mulheres ou de pessoas é um assunto que tem sido bastante discutido, principalmente por se tratar de uma atividade que tem estreita ligação com a prostituição, turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. Na realidade, este tema já preocupava o mundo desde o século 19, pois o tráfico já fazia parte dos tratados internacionais, por haver, na época, mulheres trabalhadoras migrantes no cenário internacional – o que, de alguma forma, facilitava a ocorrência de escravidão para fins da prostituição.

Dentre esses tratados, um que se destaca é o da Liga das Nações, precursor do tratado de 1949 para a supressão do Tráfico de Pessoas e a Exploração da prostituição, dentre outros. Em fins do século 19, correntes feministas se movimentaram para lutar contra a prostituição em torno do ‘tráfico de escravas

brancas', uma forma de escravidão sexual feminina (KEMPADOO, 2005).

Para o Chame, o tráfico de mulheres é o deslocamento forçado em massa de mulheres de uma cidade, região ou país para outros lugares, com o intuito de engajá-las na prostituição. Na maioria dos casos, as mulheres são levadas sem o conhecimento de que vão realizar serviços sexuais no destino e, muitas vezes, elas ainda são submetidas a um regime de escravidão. O tráfico de mulheres se configura como um problema moral, de migração e crime organizado. Como tal, é uma violação dos direitos humanos. Esta problemática precisa ser vista não somente da ótica da prostituição, mas como um problema fundamentado no engano, na coerção, no abuso de autoridade, além de se mostrar sob outras formas: matrimônio servil, trabalho doméstico, trabalho informal, trabalho informal forçado e práticas escravistas. O tráfico de mulheres se configura como uma das mais perversas formas de violência contra a mulher (CHAME, 1998).

Leal e Leal (2002, *apud* Lopes, 2007) se baseiam no Protocolo de Palermo para definir o tráfico de pessoas. Segundo o documento, esta prática ocorre a partir do recrutamento, transporte, transferência, alojamento e acolhimento de pessoas; em alguns casos, são utilizados a ameaça e/ou uso da força, além de outras formas de coerção, como: rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, situação de vulnerabilidade, aceitação de pagamentos e benefícios. Desta forma, os agentes envolvidos no tráfico se utilizam da exploração da prostituição e outras formas de exploração sexual, além de serviços forçados, podendo até atuar na remoção de órgãos para fins comerciais. Todavia, como salienta Piscitelli (2005), o Protocolo não define 'outras formas de coerção', 'o abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade' e, particularmente, 'a exploração sexual dos outros' ou 'outras formas de exploração sexual'.

Os serviços sexuais que estão interligados com o tráfico fazem parte de um mercado cuja organização possui características transnacionais, principalmente por se tratar de um processo que necessita atravessar fronteiras para consumir e oferecer serviços sexuais (AGUSTÍN, 2001; PISCITELLI, 2005). Tais serviços se estabelecem através de relações complexas entre diversos locais, incluindo redes e laços sociais entre o local de origem e os diferentes destinos. Dias Filho (1998) levanta a discussão sobre a integração de brasileiras no mercado transnacional do sexo, afirmando que

está permeada pela construção da feminilidade nacional, marcada pela 'cor': este é um aspecto central na dinâmica do turismo sexual internacional, da prostituição de brasileiras no exterior e do tráfico internacional de mulheres.

Para Lim (2004), a indústria do sexo é um termo utilizado para designar a estrutura organizativa que está relacionada ao mercado do sexo. Esta indústria se destaca pela solidez da organização, sua força econômica e os interesses que a impulsionam. Augustín (2001), ao se referir à 'indústria do sexo', foca na sua dimensão, na capacidade de gerar renda, nas interrelações com outras grandes indústrias, nas infra-estruturas e na diversidade de negócios relacionados com o sexo, sendo que a maioria desses negócios se apresenta na forma de organização industrial.

A indústria sexual e o trabalho sexual no exterior servem como possibilidades para mulheres terem melhores condições de vida, em termos financeiros – por isso, elas se dedicam conscientemente à prática. Mas quando esta mulher se envolve em um setor informal, onde a violência está presente e seus direitos são violados, o trabalho do sexo pode estar ligado ao tráfico. Tal prática possui como características a clandestinidade e a ampla mobilidade dos que prestam serviços sexuais. Para exemplificar a diferença entre prostituição e tráfico de mulheres, o autor relata que, quando uma brasileira adulta imigra para outro país com um visto de turista e acaba trabalhando numa casa de strip-tease, por vontade própria e não pela coerção, ela faz parte do mercado do sexo, de forma voluntária.

No entanto, se esta mesma mulher se envolve com agentes e rotas de tráfico antes de sair do país, sendo transportada, mesmo que de forma legal, para um país estrangeiro para ser vendida como escrava, todo este processo pode se constituir como tráfico. Porém, dependendo da definição do fenômeno, ambas as situações são rotuladas como tráfico e não é raro encontrar estatísticas fornecidas por agentes políticos locais que contabilizam essas duas experiências como idênticas.

Para Piscitelli (2005), o sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria, onde os trabalhos sexuais são desempenhados em boates, bares, sexo virtual, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, além da prostituição na rua. A autora acrescenta que, neste mercado, existe um jogo de oferta e demanda de serviços muito mais complexos, do que é conhecido no Brasil como programa. Garotas que não são consideradas prostitutas

procuram apoio econômico e muitas das interações presentes nos universos do turismo à procura de sexo, em diversas partes do mundo, envolvendo viajantes (homens ou mulheres) dos países ricos em direção a regiões pobres.

As redes de prostituição organizam o tráfico de mulheres (adultas, adolescentes e crianças) para o comércio sexual, estabelecem “rotas”, abastecem prostíbulos, boates, casas de show. A indústria pornográfica produz materiais (revistas, fotos, filmes, vídeos, objetos) que são distribuídos nacional e internacionalmente. O tráfico nacional e internacional de mulheres é, por vezes, articulado com o turismo sexual. Trata-se da globalização de mercados da contravenção, que atuam através de redes clandestinas, muito poderosas, mafiosas e violentas, vigiadas por fortes esquemas de segurança (FALEIROS, 2000, p. 32).

A pesquisa organizada por Leal e Leal (2002) identificou que as vítimas brasileiras das redes internacionais de tráfico de seres humanos são, em sua maioria, adultas e saem, principalmente, das cidades litorâneas (Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Recife e Fortaleza). Porém, há registros de casos nos estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. As pesquisadoras identificaram 241 rotas do tráfico em 20 estados do país, das quais 131 são internacionais, sendo que 33 delas passam pela Região Centro-Oeste.

Este novo posicionamento termina por configurar um novo discurso que culpabiliza o traficante, geralmente reconhecido como pertencente ao país fonte, onde as mulheres são recrutadas. O protocolo da Organização das Nações Unidas (ONU) termina por reacender ações etnocêntricas e encoberta a ação de grandes corporações no interior dos países desenvolvidos. Acentua-se o policiamento às migrações sem questionar os problemas estruturais globais que produzem a situação de tráfico de humanos (KEMPADOO, 2005).

Alguns fenômenos contribuem para o crescimento do tráfico de mulheres. Um deles é a globalização que tem provocado algumas crises e mudanças, principalmente nos países em desenvolvimento. Dentre estas consequências, se destaca o deslocamento da população para os centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

O processo de fragilização do Estado, após o surgimento das bases econômicas globais e locais, caracterizadas pelas políticas neoliberais, intensificou a desigualdade social, trazendo impactos na qualidade de vida de toda uma sociedade.

Neste contexto, a exploração sexual ganha espaço, pois o Estado, quando não cumpre seu papel de promotor dos direitos da população em situação de exclusão social, torna tal população sujeita a vários tipos de violações.

Para solucionar este problema, é necessário que sejam elaboradas políticas públicas voltadas para estas questões. O início dos anos 80 foi marcado pelo ressurgimento dos movimentos sociais, que impulsionavam o processo de redemocratização do país, após a ditadura.

A sociedade mobilizada para o combate ao arbítrio e para a consolidação de um Estado democrático de direito, traduziu, na área de políticas públicas sociais voltadas para a criança, a elaboração, aprovação e entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (MIRANDA, 2001, p. 35).

A política antitráfico, por exemplo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 2003, tem produzido um novo foco: desloca-se a atenção da prostituição para a repressão à atividade criminosa internacional.

Assim, as políticas públicas direcionadas para as crianças e adolescentes, a efetividade dos programas lançados pelo governo e a ligação deles com as redes de enfrentamento podem trabalhar com melhores resultados as questões da exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de mulheres e, por fim, o turismo sexual.

Segundo Faleiros (1997), o combate ao turismo sexual e à exploração sexual de crianças e adolescentes implica responsabilização legal dos envolvidos, além da denúncia, declaração formal, instauração do devido processo e o julgamento. A atuação da polícia e do judiciário na construção de uma cultura cívica da punição legal em oposição à cultura da impunidade, da desmoralização das denunciantes, do descrédito dos depoimentos de crianças e adolescentes e das pessoas pobres, precisa ser aprimorada.

A cultura da cidadania precisa se inculcar no aparato policial e judiciário, segundo a fórmula: lei igual para todos. Essa construção cultural da cidadania não significa a troca da prisão do acusado por uma paz de consciência, ao menos por duas razões: as prisões pouco têm contribuído para recuperar infratores e, em segundo lugar, porque não foram modificadas as raízes da problemática,

sem romper o ciclo de produção do mesmo tipo de situação (*idem*, 1997, p. 10).

O turismo no Brasil não tem sido planejado de forma sustentável, mesmo esta questão sendo muito discutida, pois ele ainda é predatório ao meio ambiente e tem gerado exclusão social. Complexos turísticos são construídos, especialmente no Nordeste, fora da infraestrutura urbana, o que não traz benefícios para a comunidade que vive nestas localidades. “Os modos de ocupação territorial e de atribuição de novas funções ao espaço no processo de turistificação expulsam o morador, que se vê forçado a migrar para outras áreas” (BEM, 2005, p.33).

O autor trata ainda das novas gerações, que não encontram espaço nas atividades que o turismo proporciona; por este motivo, acabam forçadas a encontrar formas para interagir com as novas dinâmicas socioeconômicas, ‘vendendo’ seus corpos para a crescente demanda. As rotas internacionais, por exemplo, consolidam-se por turistas europeus nos pólos receptores, principalmente na Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Mulheres, crianças e adolescentes, provenientes dos antigos e novos espaços de marginalidade, já sendo vítimas de uma relação histórica de exploração pelo mercado, constituem, portanto, o principal grupo de perdedores na nova geografia do poder que se instaura com a globalização (BEM, 2005, p. 37).

A autora Coriolano (2001) destaca que, para ocorrer o desenvolvimento tanto para a comunidade local como para o setor turístico, é necessário que sejam adotadas políticas que proporcionem trabalho para todos. Também é importante que sejam implementadas atividades planejadas, no sentido de promover a valorização do lugar e das pessoas. Além disso, no Brasil, ONGs, centros, associações, dentre outros já buscam caminhos para esclarecer a população sobre os problemas do turismo sexual, bem como a exploração sexual infantil, tráfico de mulheres e migração feminina internacional, a partir da elaboração de políticas públicas, participação em fóruns e atuação em rede.

Estas políticas públicas são necessárias, no sentido de ajudar a analisar questões relacionadas ao turismo sexual, principalmente no que se refere à exploração

sexual de crianças e adolescentes e ao tráfico de mulheres, e tentar solucioná-los com ações efetivas. No Brasil, já existem políticas públicas voltadas para estas temáticas, com o foco de trabalhar a prevenção – concedendo o direito à educação, assistência médica e psicológica, dentre outros benefícios. Também estão em vigor políticas voltadas para ajudar a polícia e outros órgãos que trabalham nesta área a encontrar os agenciadores da exploração sexual de crianças e adolescentes e do tráfico de mulheres e tomar as medidas cabíveis, para impedir que continuem a realizar estas duas atividades criminosas.

2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Alguns conceitos sobre políticas públicas, direitos humanos, ONGs, movimentos sociais serão apresentados, pois, dessa forma, é possível analisar os processos de luta contra a exploração sexual e tráfico de mulheres existentes no Brasil, mais especificamente, em Porto Seguro, na Bahia.

As políticas públicas podem ser expressas em disposições constitucionais, leis, ou ainda em normas infralegais, como decretos, portarias ou outros instrumentos jurídicos. A partir das políticas públicas, é possível incorporar elementos e ações necessários em um determinado momento e conjunto institucional para serem colocados em prática, num futuro próximo. Há algumas políticas cujo horizonte temporal é medido em décadas, como as políticas de Estado, e outras que fazem parte de um programa maior, as chamadas políticas de Estado (BUCCI, 2006).

A autora esclarece que nem tudo que a lei chama de política é política pública, pois as políticas aparecem como atividades, ou seja, um conjunto organizado de normas e atos: são textos normativos e as últimas são programas de ação governamental que resultam de processos juridicamente regulados, como os processos eleitorais, de governo, orçamentário, legislativo, administrativo, judicial e de planejamento, visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para realizar objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

A política pública deve expressar a seleção de prioridades, as reservas de meios necessários à sua execução e o tempo para a obtenção dos resultados.

Pensar em política pública implica em avaliar a atuação dos poderes públicos Executivo, Legislativo e Judiciário, seja entre os níveis federativos ou no interior do Governo, considerando a interação entre organismos da sociedade civil e o Estado. Eles dispõem de programas administrativos mais ou menos detalhados, centralizados e coerentes. O termo programa é utilizado para individualizar unidades de ação administrativa que tenham relação com os resultados que se pretende alcançar; além disso, o programa contém os dados extrajurídicos da política pública, o que significa que quanto mais o programa e as políticas públicas estiverem próximos, maior será a efetivação jurídica das suas ações. Enfim, para uma política pública ideal, é necessário que se atinjam objetivos sociais mensuráveis e se obtenham resultados em um determinado espaço de tempo (*idem*, 2006).

No Brasil, as políticas voltadas para a questão social foram reguladas pelos trabalhadores que possuíam carteira assinada; MINAYO (1999) destaca que a cidadania no país era regulada a partir da inserção no mercado de trabalho formal. Na área da assistência social, a ação do Estado é reconhecida, historicamente, por seu caráter arbitrário e discriminatório com relação ao acesso às subvenções governamentais – o que gerou um quadro de serviços cuja qualidade tem sido alvo de críticas por parte dos que buscam benefícios.

Com a Constituição de 1988, os debates que antecederam a Carta Cidadã verificaram a necessidade de novos padrões de relacionamento do poder público e do setor privado. A partir da Constituição, houve um reordenamento das relações socioinstitucionais na gestão das políticas públicas. No caso da gestão das ações sociais públicas, ocorre uma parceria entre o Estado e a sociedade, pois a gestão social possui um compromisso com a sociedade e os cidadãos, no sentido de assegurar, por meio de políticas públicas e programas públicos, o acesso a bens, serviços e riquezas da sociedade.

Mas a Constituição brasileira de 1988 foi baseada nos direitos compreendidos no papel de redemocratização do país, tendo ainda a responsabilidade de superar as desigualdades sociais já existentes. Por este motivo, o desafio da

democratização brasileira era inseparável da equalização das oportunidades sociais e da eliminação da pobreza (BUCCI, 2006).

Na realidade, este reordenamento pode ser considerado como uma estratégia para reestruturar o aparelho estatal, tornando-o mais ágil e eficaz, a partir da democratização da gestão, com a criação de novas instâncias de poder e redefinindo as relações entre Estado e sociedade. Assim, uma nova ordem ético-política constituída de ações e relações das mais diferentes áreas das políticas públicas, esferas organizacionais e sujeitos sociais se forma (JUNQUEIRA, 1999). As categorias presentes no processo de descentralização são: democracia, autonomia e participação; elas redefinem as relações de poder e a ação compartilhada do Estado e da sociedade na provisão de bens e serviços, com o objetivo de atender às necessidades humanas básicas.

Na Carta de Ottawa (2008), condições básicas e recursos fundamentais para melhoria da qualidade de vida da população são especificados, como paz, abrigo, educação, alimentação, recursos econômicos, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. A partir disso, a concepção e implantação de políticas públicas constituem respostas a algum aspecto da vida social que seja considerado problemático a ponto de demandar uma intervenção do Estado. A ação do Estado por políticas está vinculada aos princípios e objetivos constitucionais, além de direitos previamente estabelecidos, enquanto a política pública permite o encaminhamento e o tratamento do problema de forma razoável, possibilitando aos agentes causadores repensarem suas ações frente ao mundo. Isto é utilizado na questão ambiental, quanto ao poluidor; na questão social, tanto quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes ou ao trabalho infantil, como no modo de obtenção de renda para relevar a pobreza familiar.

Sob este prisma, pela via da participação na implantação da política pública, as crianças, os pais e a comunidade dialogam com o Estado, passam a respeitar a si próprias e tornam-se respeitados como pessoas dignas de serem ouvidas como cidadãos (BUCCI, 2006, p.57).

No Brasil, em meados da década de 90, a participação social na gestão das políticas públicas vem se ampliando com a formalização dos conselhos gestores de

políticas públicas, instituição dos fundos orçamentários e elaboração dos planos de atenção local. Com isso, o interesse da grande maioria da população é atendido, a partir da entrada de novos atores na gestão dos serviços públicos, com a finalidade de assegurar o acesso e efetivação de direitos sociais.

Entretanto, as formas tradicionais de operacionalizar a intervenção no campo das políticas públicas provocam a desarticulação interinstitucional na atenção ao conjunto dos direitos sociais, o que acaba não trabalhando os graves problemas sociais vivenciados por uma parcela significativa da população brasileira. Assim, surge a intersetorialidade, alinhada à descentralização das políticas públicas, como alternativa para o enfrentamento dos problemas sociais. Esta descentralização das políticas públicas vem ocorrendo no Brasil há, aproximadamente, duas décadas (*idem*, 2006).

Através de uma gestão intersetorial das políticas públicas na busca pela qualidade de vida, e para se conquistar este objetivo, é necessário ter uma visão integrada dos problemas sociais. Com esta gestão, busca-se otimizar recursos escassos procurando soluções integradas, já que a complexidade da realidade social exige um olhar amplo, principalmente quando se trata de política social. A idéia de intersetorialidade associa a idéia de integração, de território, de equidade, enfim, de direitos sociais, referindo-se à população e seus problemas.

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

A intersetorialidade se processa em meio às políticas públicas, principalmente quando se trata de defesa de direitos e está relacionada, ainda, ao enfrentamento, na prática, de problemas reais. Esta articulação ocorre entre sujeitos de setores sociais para enfrentar problemas complexos, a partir do trabalho e da construção de políticas públicas.

Para compreender melhor as políticas públicas como categoria jurídica, é necessário buscar formas de concretização dos direitos humanos, em particular dos

direitos sociais. Os direitos humanos de primeira geração, os direitos individuais, abordam os direitos de liberdade, bem como o de expressão, de associação e de manifestação do pensamento. Já os de segunda geração englobam os direitos econômicos, sociais e culturais, enquanto que os de terceira geração abordam os direitos ao meio ambiente equilibrado, à biodiversidade e o direito ao desenvolvimento (BUCCI, 2006).

Outros direitos sociais, como a saúde, a assistência social e, hoje, o direito ao meio ambiente, direito de terceira geração, são referenciais que permitem aferir a posição relativa de um país no cenário mundial, no que diz respeito ao desenvolvimento humano. Embora possa haver algum questionamento sobre o quesito competitividade entre os países que têm índices de desenvolvimento humano (IDH) elevados, é indubitável que o IDH baixo está associado à reduzida capacidade de competição e inserção na economia mundial (*idem*, 2006, p. 04).

A criação das legislações específicas para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social, além do Sistema Único de Saúde e da formação de conselhos setoriais, é exemplo para destacar a assistência no campo dos direitos sociais. Esses instrumentos ainda são importantes para consolidar a relevância da iniciativa estatal e privada.

No entanto, a Lei Orgânica da Assistência Social deve ser moldada para atender às famílias, aos idosos, às pessoas portadoras de deficiência e à infância, estabelecendo o direito de cidadania. Para isso, é necessário que haja uma reorganização administrativa capaz de reduzir as desigualdades sociais, possibilitando o acesso a melhores condições de vida. Nesse sentido, a sociedade em geral tem um papel de participação importante na reorganização da assistência, atuando como fiscalizadora e co-responsável pela elaboração das políticas públicas (MINAYO, 1999).

As políticas públicas, entretanto, não devem ser avaliadas apenas pela sua face legislativa, como categoria jurídica, pois suas implementações são uma questão política. Os interesses de grupo, as prioridades de escolhas de temáticas e de investimento de recursos, passam pelo poder de pressão que determinados grupos e temas possuem. O processo de democratização da sociedade brasileira, nas últimas

décadas, proporcionou a maior participação de atores e sujeitos na cena política, e isso se constituiu como elemento de emergência de novos atores e questões sociais.

O processo de redemocratização, entretanto, não parece suficiente para a apropriação absoluta desses modelos no tecido institucional, uma vez que atuam elementos e variáveis que restringem a dinâmica de uma cobertura vinculada à elaboração de decisões políticas construídas socialmente. Enquanto formas de controle, as políticas sociais podem, dependendo dos interesses em jogo, corroborar na configuração de desigualdades e potencializar mecanismos de exclusão social. É emblemática em algumas experiências da realidade brasileira (FRAGA E MARTINS, 2007).

Na construção de mecanismos e instrumentos de participação, a sociedade pode contar com a atuação das iniciativas privadas sem fins lucrativos, atualmente reconhecidas como terceiro setor. Nesta modalidade, encontram-se cooperativas, associações, sindicatos de classes, ONGs, comunidade de base, instituições filantrópicas e outras. Essas instituições realizam ações públicas voltadas para setores populacionais sem visar lucro, tendo como objetivo a questão social.

Na realidade, para além de uma definição formalista, ONGs configuram-se, historicamente, como um campo de práticas sociais comuns a entidades que interagiram no sentido de apoiar atores sociais emergentes na luta por seus direitos. Assim, tais instituições devem ser compreendidas pelas suas ações e atividades engendradas na esfera pública (FRAGA, 1995).

A Constituição reconhece que é de responsabilidade do Estado atender às necessidades sociais dos cidadãos, sendo, portanto, inadmissível a transferência de recursos públicos para atividades que não estejam incluídas nas entrelinhas da legislação.

Apesar disso, as ONGs conseguiram espaço no campo da defesa de direitos, em diversas áreas. Essas instituições também foram fundamentais na elaboração do ECA, principalmente na divulgação, implementação dos instrumentos jurídicos como os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Esta iniciativa ocorreu devido ao fato das crianças e adolescentes não possuírem organismos corporativos de representação.

Em 1980, após o fim da ditadura e a convocação da Assembléia Constituinte, foram discutidas novamente as questões relacionadas às crianças e

adolescentes. A partir de uma rede, sem lideranças de destaque, militantes anônimos, ONGs, pastorais, creches, especialistas, acadêmicos, humanistas reuniram milhões de assinaturas para a Constituinte, no sentido de viabilizar atenção aos problemas que envolviam crianças e adolescentes (MIRANDA, 2006).

Após muitas discussões, os artigos da Constituição Federal estabeleceram a criança como prioridade absoluta, e anteciparam a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada em 1988. A partir dessa mobilização, o Fórum dos Direitos da Criança e Adolescente (DCA) trabalhou com rapidez para regulamentar dois artigos. O resultado disso foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o autor, o Estatuto estabeleceu o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e colocou a criança salva da negligência, da discriminação, da exploração, da violência, da crueldade e da opressão.

Para o Estatuto ser colocado em prática, foi necessário o engajamento da União, dos Estados e dos municípios – por isso, os conselhos de direitos e políticas públicas são importantes. O ECA estabelece direitos e deveres, mas estes devem ser compartilhados entre o Estado (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), além da União, estados e municípios. A sociedade e a família também possuem responsabilidades. Mesmo com todo esse apoio, investir em Defensorias Públicas para assegurar o direito de defesa aos adolescentes infratores, e em Varas especializadas em julgar crimes contra a criança também é uma necessidade; criar delegacias especializadas para a proteção da criança e do adolescente, com estruturas diferenciadas de atendimento, com profissionais capacitados é também importante bem como o são a atuação dos conselhos e a existência dos abrigos, resgatando sua função de guarda temporária de pessoas (MIRANDA, 2006).

Questões como o trabalho infantil, violência doméstica, abuso sexual e exploração comercial de crianças e adolescentes são problemas que ameaçam a criança e o adolescente, ou seja, violam os direitos humanos. No caso do trabalho infantil, o Brasil tem avançado no enfrentamento da questão, a partir da constituição de fóruns que posteriormente convergiram para o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil. Este Fórum conta com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância

(UNICEF), reunindo ainda órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal, ONGs, movimentos populares, Ministério Público da União e dos Estados.

Após a Constituição de 88, as relações das ONGs com os movimentos sociais também sofrem mutações. Apesar de se constituírem grandes parceiros, a participação de instituições não governamentais como representantes da sociedade civil é bastante criticada pelos movimentos sociais, pois as ONGs não representam nenhuma parcela da sociedade, embora haja o reconhecimento da importância dos trabalhos desenvolvidos. Em algumas áreas como a dos direitos de crianças e adolescentes, defesa do meio ambiente e do direito da mulher, a atuação das ONGs tornou-se mais significativa e detentora de maior visibilidade do que os movimentos sociais (FRAGA, 1995)

A partir dos fóruns, marchas são organizadas, redes são construídas para garantir e defender os direitos da criança. A legislação, a Constituição Federal, o ECA, os programas governamentais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa-família, o Sentinela, dentre outros, trabalhando em conjunto, alavancaram um decréscimo significativo nos números de casos relacionados ao trabalho infantil.

As redes que compõem o movimento de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes têm se baseado nas seguintes dimensões: Política - estabelecimento de correlação de forças; Educação - construção de conhecimento e competência histórica; Informação - mobilização através da sistematização de dados, experiências e denúncias; Parceria - cooperação autônoma e conflituosa para a reformulação e implantação de projetos e políticas públicas (LEAL, 1999, p. 47).

De acordo com Miranda (2006), nos casos de abuso sexual, o problema pode ser solucionado através de um trabalho em rede, com o apoio da mídia, das escolas, igrejas, ONGs, associações e envolvendo o poder municipal, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares – no sentido de estabelecer que o abuso é crime, além de trabalharem para acabar com estas formas de violência. Para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, além das instituições que atuam na luta contra o abuso sexual, é preciso que se formem parcerias entre os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Turismo, da Justiça, do Esporte, da Integração Nacional e das Comunicações, tendo ainda a atuação das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, empresas nacionais como a Petrobrás, os

Correios, as Universidades e a extensa rede de ONGs, que acaba exigindo mais trabalho do poder público.

Tem havido, nos últimos anos, o envolvimento cada vez maior de ONGs e das relações destas instituições com o Poder Público; mas temos que reconhecer: há ainda um caminho a se percorrer no tocante a uma integração mais efetiva.

O envolvimento de organizações não governamentais de defesa de direitos de crianças e adolescentes no combate a esta prática tem, igualmente, contribuído para dar retoques de questão pública à questão. Essas instituições ganharam nas últimas décadas relevância como sujeitos de apoio na execução e na discussão de ações no tema, impulsionadas por um lado pelo desmonte de organismos públicos de assistência social, mas também por suas participações no processo político. Apesar destes esforços, há ainda uma carência significativa de cobertura destas ações, assim como, é necessário reconhecer, os esforços esbarram na pouca integração destas iniciativas com as políticas de educação, saúde pública, desenvolvimento social. (Fraga e Martins, 2007, p.3)

No papel de intermediador de uma relação de comunicação, as ONGs se destacam, principalmente por terem a capacidade de realizar ações comunicativas, através de panfletos, cartazes internos, mensagens eletrônicas, dentre outras formas de divulgar suas atividades e convidar outros atores sociais para participarem de eventos ou propor parcerias. Mesmo que inconscientemente, as organizações do terceiro setor servem como canal de diálogo entre as partes interessadas na busca de solução para os graves problemas sociais. Para isso, realizam campanhas educativas, orientação cívica e religiosa, projetos de capacitação de mão-de-obra, ações para captar recursos, dentre outras atividades: eles usam de um potente meio de comunicação entre todos envolvidos na rede (QUINTEIRO, 2006).

A autora esclarece que o terceiro setor é caracterizado por um conjunto de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, e direcionadas para bem-estar social. No entanto, sua composição possui organizações da sociedade civil, grupos comunitários, movimentos sociais, entidades voltadas para a filantropia empresarial, ONGs, dentre outras.

As ONG's que atuam na área da exploração sexual de crianças e adolescentes têm se articulado através de redes, como estratégia de mediação entre o universo do público não estatal e estatal. Redes de movimento, redes sociais e redes de solidariedade são expressões vinculadas a estudos efetuados no campo dos

movimentos sociais. Nesse caso, à rede correspondem as articulações/interações vinculadas às ações/movimentos reivindicatórios, visando a mobilização de recursos, intercâmbio de dados e experiências e a formulação de projetos e políticas. (LEAL, 1999, p. 48)

Para os autores, no Brasil, as redes se articulam com as ONG's, organismos governamentais e internacionais, no sentido de desenvolver ações para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Para isso, a partir das denúncias, criam laços de solidariedade, importantes para a criação de projetos políticos e culturais, que tratam de questões de identidade e valores coletivos.

A maioria das ONGs conta com a atuação de voluntários, e o que motiva esses indivíduos a trabalharem em causas sociais é ajudar a construir um movimento social capaz de proteger a natureza, promover e proteger a infância, agir na defesa do consumidor, enfim, tentar amenizar os problemas sociais existentes em um determinado país. No Brasil, o tema do voluntariado foi bastante propagado, e isso explica o crescimento do número de pessoas que se colocam à disposição para somar forças. Segundo Quinteiro (2006), o movimento de voluntariado é a nítida expressão de todos estão buscando atuar, ao invés de aguardar pela ação governamental, na tentativa de promover o bem-estar social para aqueles que necessitam.

De acordo com o mesmo autor (2006), a Organização das Nações Unidas define o voluntário como o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse, dedica parte do seu tempo para realizar atividades voltadas para a conquista do bem-estar social ou outros campos, mesmo sem remuneração alguma.

A partir disso, o poder público não pode prescindir da parceria com o terceiro setor, sob pena de fechar instituições e de interromper a prestação de serviços sociais básicos. A maior parte das iniciativas privadas sem fins lucrativos não poderiam viabilizar seus projetos e propostas sem o apoio e assistência financeira do Estado. Esta relação de mútua dependência faz com que o Estado amplie a parceria com a rede privada e essas entidades se publicizem ao submeter seus projetos aos critérios definidos pelo poder público (MINAYO, 2006).

A relação com o público e o privado deve se encaminhar, então, no sentido de se adaptar esta realidade de conquistas de direitos e de existência de melhores e mais eficientes mecanismos de regulação e controle das ações por parte da sociedade. Para isso, é necessário

reconhecer os atores realmente capacitados para desempenhar atividades promocionais e assistenciais ou privados (*idem*, 2006, p. 13).

Outro aspecto relevante em relação às políticas públicas é a atuação dos fóruns participativos, pois interferem na formulação e implementação das mesmas. Estes fóruns integram a arena pública, favorecendo a expressão de interesses gerais representados por movimentos sociais e pelas associações da sociedade civil. A partir destes espaços, pode ocorrer um aperfeiçoamento de modos de participação política típicos das democracias representativas, nos quais grupos corporativos são capazes de defender interesses particulares.

O conceito de participação está relacionado ao envolvimento de indivíduos tanto usuários e beneficiários de políticas públicas quanto trabalhadores, consumidores e movimentos sociais, em fóruns participativos. Já o conceito de governança trata das relações entre o governo e a sociedade civil, ou seja, se refere a formatos de gestão pública baseados na interação público/privado ou a formas de participação da sociedade civil nos processos de decisão, acompanhamento e implementação das políticas públicas (MELO, 2006).

De acordo com o autor, os movimentos sociais surgem na década de 90, com o objetivo de oferecerem à democratização uma contribuição diferenciada, por apresentar perfis organizativos próprios, inserção específica no âmbito social e ainda promover articulações particulares com o embasamento político-institucional. Eles representariam núcleos de tematização de interesses gerais, em contraste com as intenções de grupos corporativos que defendem questões particulares.

Espaços voltados para a promoção e maior transparência, *accountability* e participação levaram cidadãos, organizações comunitárias, movimentos sociais e ONGs a realizar um papel mais amplo nas instâncias de tomada de decisão. O Brasil foi testemunha da proliferação de instituições participativas no nível municipal, que possibilitam aos cidadãos participarem dos processos de tomada de decisão, bem como assegura a eles o direito de monitorar as ações governamentais. O conceito de *accountability* tem sido empregado por cientistas políticos para reportar à qualidade dos novos regimes democráticos na América Latina.

A crise econômica dos anos 1980 e 1990 fizeram com que novos discursos viessem à tona: a necessidade de abrir a economia, reestruturar a produção, flexibilizar a legislação trabalhista, reformar o Estado e integrar o país à globalização. Então, ocorre o surgimento de mais atores sociais em busca de atendimento e reconhecimento dos seus problemas sociais, culturais e outros.

A globalização também trouxe consequências no que se refere ao funcionamento dos antigos modelos de bem-estar social, como transformações nas condições de vida, no envelhecimento da população, nas altas taxas de desemprego e, conseqüentemente, em maiores desigualdades sociais. Estas questões passam a ter mais atenção por parte do Estado Social que, nesta fase do capitalismo, se vê limitado em seu campo de atuação. A partir disso, surgem novos modelos de políticas públicas, com a participação do Estado nas políticas sociais e nas redes de solidariedade.

A diferenciação desigual da identidade e a dominação do patriarcado apresentam-se como os mais destacados. Os movimentos sociais transnacionais utilizam a ação coletiva para desenvolver elementos de solidariedade, com a finalidade de integrar atores, condições sociais e movimentos (organizações), unindo ainda valores morais. A partir da integração e conflito, a ação política direta passa a ser mais presente em eventos transnacionais (MILANI E LANIADO, 2006).

Estas novas solidariedades produzem laços sociais de reciprocidade através de redes e eventos pontuais que buscam, através de protestos, a mudança. Para os autores, a solidariedade é uma forma de ação coletiva que depende das condições sociais de aproximação dos sujeitos individuais e coletivos, sendo, no entanto, indissociável de um determinado estado social.

Segundo Colonomos (1995), as redes transnacionais existem a partir da construção de espaços políticos que transcendem as fronteiras do Estado-nação. Estas redes possuem dinâmicas que visam desenvolver ações coletivas nas esferas sociais, políticas e econômicas em escala transnacional. Com isso, no espaço transnacional, uma comunidade nacional pode lutar por seus interesses, através da participação em formas coletivas de organização e representação em blocos e articulações políticas da política internacional, como, por exemplo, a que lida com questões de justiça ou direitos humanos. No entanto, Fraser (1992) afirma que, para considerar uma

sociedade estratificada, plural, multicultural e deliberativa, é preciso que ela participe de várias esferas públicas de debate, buscando ampliar a igualdade, a justiça e as condições de realização. A partir dessa atuação, a sociedade pode ser entendida como constituída por uma pluralidade de arenas públicas, onde grupos com discursos e valores distintos estão integrados.

Para a autora, o conceito de público trata da pluralidade de perspectivas entre seus participantes, o que inclui diferenças e antagonismos. Assim, fazer parte de uma vida pública é estar presente em situações diferenciadas, mantendo a individualidade preservada ou diluindo-se no coletivo, de acordo com a posição ou luta em que está se inserindo, o que permite a opinião e a contestação como formas de interação política.

A nova ordem mundial contemporânea destaca três novos valores: o da solidariedade, o pluralismo e o princípio da responsabilidade. A solidariedade transnacional inclui relações de ajuda mútua e de confiança entre grupos e indivíduos, enquanto que a responsabilidade é o oposto do princípio da soberania, onde o Estado não reconhece em seu território outra autoridade superior à sua, além de estabelecer que todos os Estados são iguais à luz do direito internacional (igualdade soberana).

A globalização favorece a contestação transnacional, criando estruturas de oportunidade e também circunstâncias políticas para a ação de movimentos antiglobalização e dos movimentos alternativos à globalização (TARROW, 1998). Com isso, ONGs, grandes empresas transnacionais, fóruns, mídia, redes científicas e comunidades epistêmicas, movimentos sociais transnacionais passam a contestar o princípio basilar da soberania nacional no ordenamento das relações internacionais.

Contudo, a constituição de um espaço público mundial de deliberação tem passado por alguns problemas, como a falta de fóruns de debate, a heterogeneidade de propostas e de organizações que integram a corrente alternativa contestatória, os diferentes estágios de desenvolvimento político das democracias nacionais, a falta de legitimidade de associações e ONGs, além da tendência ao uso da violência por grupos fundamentalistas.

Para Santos (2003), muitos conflitos, lutas e coligações relacionadas com o cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade demonstram que a globalização é na realidade um conjunto de arenas de interação transnacional. Nestas arenas, o

multiculturalismo emancipatório e as formas alternativas de justiça e cidadania:

e os direitos humanos ocupam uma posição de algum modo diferente, na medida em que se tornaram centrais para a retórica da política internacional e são negociados internacionalmente, a par com uma crescente indústria global de produção e vigilância de direitos humanos, equipada de algumas sanções e poderes de intervenção (*idem*, 2003, p. 559).

O autor destaca que as complexidades e contradições da globalização permitem que suas ideologias sejam utilizadas para combater o próprio processo de globalização. Este fator é especialmente usado no caso dos direitos humanos, que se tornou uma área de elevada contestação, com várias normas, convenções regionais e internacionais, uma pluralidade de mecanismos de aplicação ou fiscalização, com justificações políticas distintas. Segundo Santos, os direitos são inerentes ao indivíduo e protegem-no das ações do Estado, não de atores ou empresas privadas.

A partir disso, os direitos humanos têm sido usado como contra-hegemonia, e isso pode ser demonstrado na luta dos movimentos independentistas no período pós-guerra; no desafio da noção de universalidade dos valores ocidentais e promovendo outros valores; na conquista por mais espaço para derrogações e limitações dos direitos; expandindo a noção de direitos, como o direito das minorias, o direito à diferença sexual, direitos econômicos, dentre outros; no desenvolvimento das noções de direitos coletivos e no uso do direito para a construção de redes, tendo como exemplo as campanhas realizadas por mulheres e por povos nativos. No entanto, nem todas as estratégias contra-hegemônicas são dirigidas contra a globalização.

O regime dos direitos humanos destaca a democracia e a participação, a solidariedade, a ação coletiva e a responsabilidade, procurando ainda assegurar as necessidades básicas, a dignidade, o reconhecimento social e a segurança. De fato, os direitos humanos servem como armas para os mais fracos e vítimas de violência ou alguma forma de opressão. Já a cidadania global confere responsabilidade à comunidade global, de garantir apoio e bem-estar social, principalmente por transferir poder econômico e político para instituições regionais e internacionais (SANTOS, 2003).

Os processos de globalização econômica e as políticas neoliberais promoveram um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil. Com isso, os

cidadãos devem atuar por seus próprios esforços, no sentido de lutar e assumir as responsabilidades sociais. Isso ocorre através dos movimentos sociais, uma forma alternativa de cidadania. Em alguns casos, os movimentos traduzem suas agendas em políticas públicas e expandem as fronteiras da política institucional, além de lutarem para redefinir o sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação (ALVAREZ, 2000)

Alvarez sustenta que os discursos e práticas políticas dos movimentos sociais atuais estão espalhados, às vezes de modo invisível, pelo tecido social, a partir de redes político-comunicativas que atingem a igreja, os parlamentos, a academia, os meios de comunicação, dentre outros. O termo ‘teias de movimentos sociais’, em contraste com o termo redes, transmite o aspecto intrincado e precário dos laços estabelecidos entre as organizações dos movimentos, participantes individuais, e outros atores da sociedade civil. Destas teias, fazem parte participantes ocasionais, simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos e até o Estado. Ao examinar o impacto dos movimentos, deve-se avaliar a extensão da sua atuação, como uma teia e avaliar suas contribuições para minar o autoritarismo social e a democracia elitista, além de verificar sua atuação em outros espaços públicos, que podem ser construídos ou apropriados pelos próprios movimentos sociais, onde políticas culturais são postas em prática.

Fraser (1992) conceitua estes espaços alternativos como ‘contra públicos subalternos’, a fim de assinalar que eles são “arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, de modo a formular interpretações de suas identidades, interesses e necessidades” (p. 14).

A política de mobilização dos movimentos sociais no Brasil contra os processos de globalização retomou o debate sobre a dinâmica da resistência e contestação contra a política econômica global e o *status quo*, a partir das demonstrações das lutas contra a globalização em Seattle, Praga, Nice e Gênova, e especialmente após o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, e outras cidades no mundo – a chamada forma alternativa dos movimentos sociais.

No Brasil, quatro Fóruns Sociais Mundiais foram realizados, entre os anos 2001 e 2005. Os temas tratados nesses espaços de debates abordam lutas pelas causas

femininas, ambientais, indígenas, dentre outros. Várias ONGs, atores sociais e movimentos participam do evento com a finalidade de protestarem contra a globalização e suas consequências. Uma dessas ONGs que participa do Fórum Social Mundial é o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), projeto de extensão do Núcleo de Estudos Interdisciplinares contra a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1994, sendo resultado de uma experiência vivenciada na Suíça, no Centro de Informação para Mulheres da Ásia, Suíça e África (FIZ). O objetivo do Centro é prevenir e alertar a sociedade para os riscos da exploração da mulher nas diferentes formas de migração e recrutamento para o trabalho forçado seja de ordem sexual, doméstico, ou outros tipos de escravidão.

A sua atuação tem abrangência nacional, internacional, regional, estadual e municipal, na questão de gênero e discriminação sexual. No Brasil, o Centro trabalha de Norte a Sul, beneficiando organizações populares, professores, mulheres e população em geral, com o apoio financeiro de agências internacionais de cooperação. O CHAME articula-se com conselhos, redes, como a Rede Latino Americana Contra o Tráfico de Mulheres, e nos Fóruns que participa.

No Fórum Social Mundial, o CHAME atua na luta para a conquista de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras, e no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Neste assunto especialmente, o Centro apoiou a Carta Aberta em favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras, que trata da retirada do aborto do Código Penal, Lei que abrange e pune a prática, da descriminação de atendimento no sistema de saúde no atendimento de casos de aborto, na criação de políticas públicas de saúde reprodutiva e luta para impedir que os direitos conquistados pela luta das mulheres na construção da Constituição Cidadã sejam ameaçados e limitados.

O Fórum Social Mundial é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2008).

Além disso, o CHAME se articula com outras ONGs no enfrentamento do tráfico de pessoas. Durante o II Fórum Social do Nordeste, que reuniu 30 pessoas, em um debate organizado pela ONG Serviço à Mulher Marginalizada (SMM), Jaqueline Leite, da coordenação do Centro Humanitário de Apoio à Mulher, pontuou que o tráfico de mulheres sempre foi visto de forma moralista e o que configura o tráfico é a condição que a mulher se encontra: ser proibida de ir e vir, ser ameaçada e explorada, entre outros problemas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o tráfico de mulheres é um crime complexo, pois se utiliza da ação comercial de venda e compra de pessoas para o trabalho escravo. A coordenadora do SMM, Priscila Siqueira, informou que 98% das pessoas que compram este tipo de serviço são homens, 2% mulheres. Além disso, ela destacou que, no Nordeste, o turismo sexual é a porta principal para o tráfico de pessoas. Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 2002, a idade das mulheres traficadas no Brasil varia de 13 a 30 anos e elas vêm de classes populares, do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros.

Para prevenir e combater o tráfico de pessoas é necessário ter políticas sociais de inclusão, a partir da construção de políticas articuladas com diversos programas sociais, o que significa que a luta contra o tráfico tem que se tornar, por parte dos governos, uma prioridade política. No entanto, desde o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, um grupo de ONGs brasileiras está se mobilizando, para juntamente com outras organizações latino-americanas, formarem uma rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

As organizações não-governamentais podem participar dos serviços prestados, se se articularem como canais de denúncias em defesa de direitos das mulheres, desenvolvendo, principalmente, um trabalho educativo na própria sociedade nas questões referentes à informação e prevenção de práticas criminosas. O apoio e a realização de pesquisas sobre as incidências e as particularidades da questão são indispensáveis para aumentar o conhecimento sobre esta temática (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2008).

O Brasil é signatário do Protocolo de Palermo, de 2000. Em 2006, o governo e a sociedade civil escreveram as políticas e metas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e à exploração sexual, adoção ilegal, dentre outros. A coordenadora do SMM destaca que “cabe ao Estado a repressão, pois os movimentos não possuem poder de polícia, apenas atuam na prevenção do problema com a sua força”. Outro evento desenhado por estudantes, em parceria com organizações brasileiras é a Operação Dia do Trabalho, idealizado na Noruega. Na oportunidade, o tema abordado é o tráfico de pessoas, com foco em mulheres brasileiras ‘exportadas’ para fins de exploração sexual e comercial.

Além de participar do Fórum, o CHAME participa da Comissão de Mobilização e Comunicação da Campanha contra a Exploração Sexual infanto-juvenil, nas atividades de turismo, iniciada em 1996, em parceria com a UNICEF e outras 40 entidades governamentais e ONGs coordenadas pelo CEDECA. Atuou também no Fórum Permanente de Desenvolvimento e Turismo, realizado em Recife, em 1995, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco e pelo Instituto de Administração e Tecnologia.

O CHAME também fez parte do Encontro Nacional das Mulheres Brasileiras rumo à Beijing, em 1995, no Rio de Janeiro, e participou do Seminário Latino-Americano contra a exploração sexual, realizado em Brasília. Além disso, esteve presente na Conferência Latino-Americana e Caribenha sobre o Tráfico de Mulheres para a prostituição, realizada em Santo Domingo, em 1996. O Centro ainda realiza campanhas e palestras de prevenção do tráfico internacional de mulheres e do turismo sexual; elabora cartilhas, informa os meios de comunicação, e desenvolve os cursos de multiplicadores, com a finalidade de educar os próprios professores que trabalham diretamente com mulheres e adolescentes.

Para Castells (1999), em um mundo com tantas mudanças, verifica-se que as pessoas estão buscando se agrupar para lutar por seus interesses, sejam eles de caráter religioso, étnico, territorial, nacional, dentre outros. A partir da existência de fluxos globais de riqueza, poder e imagem, a busca pela identidade, coletiva ou individual, torna-se uma fonte importante de significado social.

Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em fluxo contínuo de decisões estratégicas (*idem*, 1999, p. 23).

Além disso, as atividades criminosas e organizações mafiosas também se tornaram globais e passaram a atuar em redes, o que facilita toda e qualquer forma de negociação ilícita envolvendo armas, drogas, tráfico de pessoas, exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras. A globalização causou ainda transformações na condição feminina e no patriarcalismo, modificando ainda aspectos destes e dos relacionamentos entre os sexos, o que se tornou domínio de disputas.

2.3.1 – Políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e turismo sexual: alguns exemplos

Ao tratar de políticas públicas para a criança e adolescentes é importante destacar a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este estatuto instituiu mudanças no tratamento que o Estado dispensava às crianças e adolescentes empobrecidas.

No entanto, segundo Nogueira (1996), há uma dicotomia entre a produção teórica sobre a criança e o adolescente e o atendimento que elas mereceriam. Isso existe desde a criação do primeiro Juizado de Menores, pois, na maioria das regiões do país, a implementação das mudanças estabelecidas pelo ECA só ocorreu efetivamente no plano legal, como expõe Miranda:

A dimensão das políticas públicas, para o entendimento do fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, se situa na capacidade de o governo e a sociedade civil promoverem a prevenção, o atendimento e a defesa de crianças e adolescentes, no âmbito da política de garantia e defesa de direitos. Este é um grande desafio, tendo em vista que as

respostas governamentais são muito frágeis, frente à complexidade do fenômeno (LEAL, 1999, p. 19).

A partir disso, ONGs, centros, associações, movimentos sociais, dentre outras instituições surgem no país para enfrentar o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes, do turismo sexual e do tráfico de mulheres, que são problemas interligados. A política de promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente parte do princípio de que é necessária uma rede de serviços para atender as necessidades da população em geral, tendo como base as políticas sociais para estruturar um conjunto de ações preventivas, de atendimento e de responsabilização, no sentido de buscar soluções para o problema. Essa ação trata de uma política pública e não de uma política de governo, rompendo a dualidade entre o público e o privado (CECRIA, 1996):

O discurso das organizações não governamentais tem enfatizado as questões relativas à pobreza e, sobretudo, as questões das minorias (mulher, criança e adolescente) e tem contribuído para uma participação efetiva na implementação da política de garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e na releitura da legislação para desmobilização da ação do agressor, do usuário e das redes de comercialização. Tem contribuído, também, para mobilização da sociedade e a formação da opinião pública, dando visibilidade ao fenômeno, o que tem propiciado a "quebra" do silêncio, estratégia da desmobilização da exploração de crianças e adolescentes na família, na rua, nas redes de comercialização e na mídia (LEAL, 1999, p. 34).

Para a autora, as redes que compõem o movimento de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes têm se baseado na política - estabelecimento de correlação de forças; educação - construção de conhecimento e competência histórica; informação - mobilização através da sistematização de dados, experiências e denúncias; parceria - cooperação autônoma e conflituosa para a reformulação e implantação de projetos e políticas públicas. As redes utilizam o conteúdo das denúncias como base para a formulação das políticas públicas, voltadas para uma política de desenvolvimento de qualidade de vida, que relacione medidas sociais e econômicas (ampliação de emprego, de inserção em programas de renda mínima, de seguro desemprego, para obter orçamento que viabilize a implantação de políticas públicas, importantes na redistribuição de renda das famílias e das crianças e

adolescentes). As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território, para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada (FALEIROS,1998).

Vemos, no Brasil, políticas de “programas”, programa de vacina, programa para analfabetos, programa para desnutrido, comunidade solidária, entre outros, sempre com um caráter clientelista e burocrático. A assistência dada por esses programas varia conforme a prioridade dada aos recursos do governo, aos arranjos políticos, às conjunturas eleitorais; e não se consegue sequer abranger os que passam fome permanente, o que se dirá dos que pleiteiam uma vaga na escola (MIRANDA, 2001, p. 8).

O governo, com a atuação da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), tenta fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos; realiza a articulação de políticas, o recebimento e o encaminhamento de denúncias, além de consolidar informações sobre o tema. No ano 2000, a Subsecretaria aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Após três anos, o presidente da República fez um pronunciamento destacando a prioridade governamental para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no país. No mesmo ano, criou a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenada pelo Ministério da Justiça, e posteriormente pela SPDCA. A partir disso, a comissão elabora a Matriz de enfrentamento, instrumento utilizado para o mapeamento do problema no Brasil, importante para orientar a criação das políticas públicas. Logo depois, surgiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), com a finalidade de investigar situações de violência e redes de exploração sexual no Brasil. O resultado final foi apresentado em julho de 2004, após terem passado por 22 estados (PAIR, 2006).

No ano de 2004, foi implementado o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente que teve como desafio o combate à exploração sexual. Além disso, surgiu o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes, inserido no Plano Plurianual, a partir de 2000, coordenado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente. Esta iniciativa ficou com a responsabilidade de articular as políticas públicas na área, e também de mobilizar as

redes, visando integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos, agências internacionais, universidades e sociedade civil, para que, de forma conjunta, pudessem aplicar metodologias, no sentido de encontrar respostas para o problema da violação dos direitos de crianças e adolescentes. Sua primeira ação concreta foi a criação do Programa Sentinela, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. No ano seguinte, houve a expansão do serviço Sentinela. Enquanto em 2006, o Disque-denúncia e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PAIR) se disseminaram, foi criado o Decreto da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda em 2004, o governo federal transferiu a Coordenação do Programa Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). A missão da SEDH é a articulação das políticas para a garantia dos direitos humanos, a partir do novo paradigma da doutrina da proteção integral, no caso da criança e do adolescente (PAIR, 2006).

Dentre outras ações voltadas para a luta contra a exploração sexual, tráfico de mulheres e turismo sexual, ONGs, como o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA-BA), se destacam. Fundada em 1991, surge com o objetivo de prestar serviços jurídico-sociais de utilidade pública, visando integrar o Sistema de Garantia e Defesa de Direitos, através da atuação nos processos de defesa, responsabilização e atendimento direto às crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos e aos seus familiares. Além disso, o centro busca defender os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a partir do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em todas as suas modalidades, dos homicídios, do tráfico de pessoas e no combate à impunidade (CEDECA, 2008).

Através de seu Programa de Defesa e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, o Centro desenvolve formas de assegurar a proteção jurídico-social, de prevenção e de atendimento direto às crianças, adolescentes e seus familiares em situação de violência sexual e homicídios, a partir da atuação de uma equipe multidisciplinar. O centro possui um Conselho de Administração, composto por nove sócios, e é dirigido por apenas três membros, durante um mandato de dois anos.

Na Bahia e no Brasil, o CEDECA é representante do ECPAT, principal organização internacional pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes; atua como membro da Organização Mundial Contra a Tortura; compõe a coordenação colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e do Comitê Estadual; coordena as ações de assessoria técnica do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PAIR), desenvolvido pelo Governo Federal, em parceria com o POMMAR/USAID, em sete municípios brasileiros; é responsável, desde 2001, pela supervisão, monitoramento e avaliação do Programa Sentinela na Bahia, junto com o Governo do Estado; autor da proposta de criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil, 18 de maio (CEDECA, 2008).

O CEDECA oferece um serviço de advocacia popular criminal, e acompanha gratuitamente casos, desde o inquérito policial até o julgamento. Esse trabalho vem acompanhado de tratamento psicossocial, no sentido de promover a assistência necessária para a recuperação psicológica das crianças e dos adolescentes. Outra atuação do centro é realizar campanhas, visando mobilizar a população; uma que se destaca foi a criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil, 18 de maio. A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil. A campanha do Dia 18 de maio, produzida pelo CEDECA/BA, foi adotada pelo Governo Federal.

Além das campanhas, o centro desenvolve vários projetos, dentre eles se destacam: fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios inseridos no Programa de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) e na cidade de Salvador; *Hotline* CEDECA-BA - Enfrentamento à Pornografia Infantil na Internet; Pesquisa Exploratória sobre o Enfrentamento da Pornografia Infantil na Internet no Brasil e Cooperação Técnica para capacitação, monitoramento e avaliação dos Centros de Referência do Programa Sentinela, no Estado da Bahia. Para realizar estas ações, o centro conta com parcerias com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA), Secretaria do Trabalho e da Ação Social, UNICEF Brasil, dentre outras.

Além dessa instituição, o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME) atua na luta contra o turismo sexual, exploração sexual e tráfico de mulheres. Este projeto teve origem na constatação do alto número de brasileiras envolvidas em casos de tráfico internacional de mulheres e na necessidade de estabelecer políticas de prevenção nos países de origem, realizada pelo Centro de Informação para Mulheres da Ásia, África e América Latina (FIZ). Além disso, verificou-se que, na Bahia, por se tratar de um pólo turístico, o tráfico está intimamente vinculado ao turismo sexual, por isso mais essa problemática foi incluída na programação das ações do centro (CHAME, 2008).

A escolha da cidade de Salvador para servir como ponto de partida do projeto partiu da experiência de ONGs européias que trabalham com a migração de brasileiras, além de o local possuir um mercado de turismo em desenvolvimento. A partir disso, o CHAME foi implantado em Salvador, em agosto de 1994. No ano de 1997, o centro foi instituído como projeto permanente de extensão do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, tendo como entidade administrativa a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), também vinculada à Universidade Federal da Bahia. Em agosto de 2001, o CHAME passou a ser uma associação civil sem fins lucrativos ou comerciais, visando ampliar suas atividades e expandir sua ação para outros estados brasileiros

A missão do CHAME é prevenir a população em geral para os problemas da exploração da mulher jovem e adulta – nas diferentes formas de migração e recrutamento para o trabalho forçado como o sexual, o doméstico e as demais modalidades de escravidão, usualmente relacionadas à violência física e/ou psicológica – respeitando a sua liberdade de escolha. Além disso, o CHAME busca ampliar no país a discussão sobre a exploração da mulher jovem e adulta e as diferentes formas de migração, influenciando a sociedade na definição de políticas públicas, no ‘empoderamento’ da mulher como cidadã, na luta pelos direitos humanos, para que os direitos das mulheres vítimas do tráfico sejam respeitados em cada momento e em cada lugar.

No mesmo ano de criação do CHAME, foi implantado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA), do Estado da Bahia, em

atendimento à determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este conselho atua na gestão coletiva das políticas públicas que devem ser baseadas no atendimento municipalizado e integrado. O objetivo principal é garantir a participação popular, através da mobilização de setores organizados da sociedade, estimulando a interação e co-responsabilidade nas ações de transformação da realidade social. O Conselho é composto pelas seguintes instituições: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre); Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (SJDH); Secretaria da Segurança Pública (SSP); Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA); Projeto Axé; União dos Escoteiros da Bahia; Conselho Regional de Psicologia; Conselho Regional de Serviço Social (CECA, 2008).

As ações do CECA são basicamente propor, articular e deliberar ações que proporcionem qualidade de vida para a família, além de exercer o controle social, a partir da proteção integral e implementação de políticas públicas, objetivando a garantia de direitos; estabelecer diretrizes básicas na definição das políticas de atendimento integral à criança e ao adolescente; promover, assegurar e defender os direitos da criança e do adolescente; gerir o Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA), e estabelecer vínculo de cooperação entre os Conselhos Municipais, Estadual e Nacional.

Outra instituição de destaque na luta para manter os direitos das crianças e adolescentes é o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), uma organização da sociedade civil, fundada em 1993. O CECRIA foi constituído como ONG, a partir de regimento interno, aprovado em Assembléia Geral. O Centro se dedica às crianças e adolescentes do Brasil, principalmente à luta contra todas as formas de violência, buscando a garantia dos direitos humanos. O foco de atuação tem sido a produção de conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, capacitação, formação de ações governamentais e não governamentais, tanto em nível nacional como internacional, para a defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, além de ter se tornado um espaço de reflexão, denúncia, estudos e ações que contribuem para o enfrentamento de problemas relacionados com a violação dos direitos humanos.

Dentre as principais ações realizadas se destacam: a participação em Fóruns e debates (mobilização e articulação), como o Seminário sobre Exploração sexual de

meninas e adolescentes no Brasil (encontro preparatório para o Congresso de Estocolmo); apresentação de panorama da América Latina sobre a exploração sexual de meninas no Brasil, no Congresso Mundial de Estocolmo contra a Exploração comercial de crianças e adolescentes, realizado em 1996; atua como representante da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); membro da coordenação da Marcha Global contra o Trabalho Infantil no Distrito Federal; atua na assessoria da CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre abuso, exploração sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes, e é membro da Comissão Nacional para a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Exploração e Abuso sexual de crianças e adolescentes (CECRIA, 2008).

O CECRIA, em parceria com o Ministério da Justiça e o UNICEF, implantou, em 1997, um Banco de Dados sobre Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil, objetivando subsidiar as políticas sociais, a capacitação e a pesquisa. A partir deste banco de dados, o CECRIA tem coletado, organizado e sistematizado dados sobre pessoas físicas, organizações, publicações, campanhas, relatórios de pesquisas, projetos e programas significativos na área, além de um levantamento sobre os conceitos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

As políticas sociais e as de intervenção, evidenciadas no Seminário de Políticas Públicas, realizado pelo CECRIA, que contou com o apoio do Ministério da Justiça, em 1997, não se restringem apenas à denúncia e à repressão. Elas devem estar garantidas em lei e em serviços do Estado, visando punir os agressores, prevenir os abusos, discutir a sexualidade, assegurando à criança seu direito à autonomia, à aprendizagem, além de desenvolver a apropriação do seu próprio corpo, numa sociedade e num Estado de direitos, com acesso a todas as políticas sociais básicas como educação, saúde, habitação, lazer e renda mínima.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil surgiu em 2000, mais precisamente no I Congresso Mundial, realizado em Estocolmo, no ano de 1996, a partir de um compromisso assumido pelo Governo Federal de elaborar políticas públicas que garantissem os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco. Um exemplo dessas políticas públicas é a atuação do Governo Federal, mais precisamente do Ministério da Previdência e Assistência Social, por

meio da Secretaria de Assistência Social (SEAS) que, no período de 1995 a 2000, iniciou um trabalho voltado para o atendimento social às crianças e adolescentes vitimadas pela violência social (CECRIA, 2008).

Inicialmente, foram colocados em prática o Programa Brasil Criança Cidadã, em nível nacional, e o Projeto Cunhantã e Curumim, no estado do Amazonas. Os resultados desses processos indicaram a necessidade de mudanças nas formas de intervenção, sendo então proposto o desenvolvimento de ações sociais especializadas, com caráter permanente, visando à proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas de violência. Dessa forma, surgiu no ano de 2001, o Programa Sentinela.

Dentro do âmbito da política de assistência social, o Governo Brasileiro implantou o Programa Sentinela, que foi coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social. As ações desenvolvidas através deste programa são colocadas em prática pelos centros de referência, sendo voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes que foram vítimas da violência. Com isso, o Programa Sentinela foi uma intervenção fundamentada nas deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social e dos Diretos da Criança e Adolescentes, no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, e também em pesquisas e experiências desenvolvidas sobre o enfrentamento do fenômeno da violência sexual por diversos atores que atuam nos âmbitos públicos e privados no país (SEDES, 2008).

O programa foi implantado em 200 municípios no país, que possuíam casos de violência infanto-juvenil. O programa atuou com a estratégia de criar e implementar um conjunto articulado de ações para assegurar a proteção das crianças e adolescentes em situação de risco, a partir de apoio psicossocial, atendimento psicoterápico, orientação aos pais, grupo de apoio aos familiares ou responsáveis, oficinas educativas, atendimento e orientação jurídica, acompanhamento sistemático, mapeamento e abordagem educativa. A estratégia do programa era ordenar e implementar ações articuladas para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação de risco.

Hoje, o Programa Sentinela se chama Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Sentinela), e possui 48 centros implantados em 48 municípios. O número de crianças e adolescentes atendidas chegou a 1.289 até 2007.

Algumas ações do CREAS se encontram em andamento, como levantamento sobre as modalidades de exploração sexual nos 417 municípios do estado, os serviços já implantados e as principais demandas dos municípios para o enfrentamento desta questão; a realização de uma pesquisa que tem como tema a Percepção dos Caminhoneiros sobre a exploração de crianças e adolescentes nas rodovias e postos de combustíveis, com objetivo não só de constatar a existência do problema, mas subsidiar estratégias de ação. O estudo priorizou trechos da BR 101 e 324, além da publicação de um guia sobre a temática da violência sexual para instrumentalizar a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O Centro, nas últimas pesquisas realizadas, identificou que das 1.289 pesquisadas, 695 sofreram abuso sexual, 300 foram exploradas sexualmente e 129 passaram por algum tipo de violência física. Sobre o perfil das vítimas, foi identificado que 74% é do sexo feminino, e 26% do masculino, sendo que 62% tem idade entre 7 a 14 anos. Segundo o grau de escolaridade, a pesquisa mostrou que 43% estão entre a primeira e quarta séries, e 35% estão cursando da oitava ao primeiro grau. A maioria das vítimas, 48%, que foi atendida pelo CREAS foi encaminhada pelo Conselho Tutelar.

Os desafios do CREAS englobam a avaliação do desempenho dos serviços já implantados para aprimorar o desenho e funcionamento; a organização do território estadual em regiões ou microrregiões, com a identificação dos serviços de caráter regional a serem implantados; a capacitação continuada de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviço e a composição de custos dos serviços para o seu financiamento/co-financiamento.

A primeira reunião ministerial voltada para discutir a situação das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual ocorreu em 2003. A partir disso, foi criado um Comitê Intersetorial, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que agregou setores não governamentais interessados em participar do enfrentamento do problema. Com isso, posteriormente, em conjunto com o Ministério da Saúde e do Turismo, tais setores assumiram a gestão do Disque Denúncias que, entre maio de 2003 e maio de 2005, registrou 17 mil denúncias oriundas de 2.500 municípios nos 27 Estados da federação, envolvendo 26 mil crianças e adolescentes que tiveram direitos, corpos e infância violados (MIRANDA, 2006).

Desde o dia 14 de maio, a campanha do Governo Federal, o Disque-Denúncia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, passou a atender em um número de utilidade pública - 100. O novo número, de apenas três dígitos, tem facilitando o acesso ao serviço, que funciona todos os dias da semana, inclusive nos feriados, das 8h às 22h. Desde o início da gestão do serviço pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em maio de 2003, até 04 de maio de 2006, o Disque-Denúncia registrou no Brasil mais de 17.000 denúncias, sendo aproximadamente 5.000 voltadas ao abuso sexual, e 4.000 sobre exploração sexual.

Após a mudança do número do serviço Disque Denúncia, o percentual de atendimento é de 77,28%, através do número 100 e apenas 22,72 realizado pelo antigo número, o 0800 99 0500. Do total de denúncias, 66% são foram feitas pelo número 100 e 34% pelo antigo número. Das denúncias recebidas pelo serviço: 28,7% correspondem a abuso sexual, 27% a exploração sexual comercial, 45% são denúncias de outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Das vítimas: 62% são do sexo feminino.

Dados do Disque-Denúncia Nacional, de fevereiro até setembro de 2005, mostraram que 56,5% do total de denúncias envolve vítimas de 0 a 6 anos de idade. Dentre os tipos de violência cometidos contra estas vítimas, estão incluídas a negligência, a violência psicológica e o abuso sexual. Das denúncias que se referiram aos suspeitos, 53% são os próprios pais das vítimas, além disso, o sistema aponta que 40% das denúncias têm como local de ocorrência a própria casa da vítima (MIRANDA, 2006).

Entre os anos de 2003 a 2006, constatou-se que o número de denúncias em todos os Estados vem aumentando. Levando em conta a proporção de número de denúncias de violência sexual infanto-juvenil por cada grupo de 100 mil habitantes, todos os Estados Brasileiros apresentam números consideráveis ou relevantes de denúncias. Na Bahia, os três municípios que apresentam maior índice de denúncias são: Feira de Santana, Salvador e Porto Seguro. Em São Paulo, Santos, Campinas e São Paulo capital se destacam. Atualmente, o Disque 100 é executado pela SEDH em parceria com a Petrobrás e com o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA).

Ainda em 2003, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, dirigida pela senadora Patrícia Saboya (PSB/CE) e tendo como relatora a deputada Maria do Rosário (PT/RS) realizou audiências, reuniões, diligências, além de encaminhar projetos de lei para aperfeiçoar a legislação no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir dessas iniciativas, o tema passou a ser mais discutido na mídia, em Fóruns nacionais e internacionais, enfim, ganhou mais espaço.

Com isso, a luta pela erradicação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes envolve os Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde, da Justiça, da Educação, do Esporte, do Turismo, da Integração Nacional e das Comunicações, tendo ainda a participação das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, empresas nacionais, Universidades e a extensa rede de ONGs.

O Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) foi criado em 2003, após a primeira reunião ministerial, onde o Presidente da República declarou aos seus ministros a prioridade durante sua gestão do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Então, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o então Ministério de Assistência Social, hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a USAID e a Partners of the Americas elaboraram o programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR).

O programa é uma estratégia de fortalecimento de redes de atenção e tem como referência o ECA, artigo 86: ação coordenada governamental e não governamental para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Seu objetivo é fortalecer, tecnicamente, as ações de atendimento integral às crianças e aos adolescentes vítimas de exploração sexual e seus familiares, nos municípios inseridos no PAIR. Esta iniciativa também visa estimular a organização da rede de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, tendo como ênfase o abuso e exploração sexual comercial, além de proporcionar uma maior articulação entre as várias instâncias de atenção à infância e adolescência (CEDECA, 2008).

Inicialmente, o programa foi implantado nas regiões Norte – Pacaraima (RR), Manaus (AM), Rio Branco (AC); Região Centro-Oeste – Corumbá (MS) e

região Nordeste - Feira de Santana – BA e Campina Grande – PB. Em 2005, dois novos municípios foram incorporados ao Programa - Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE); e em 2006, São Luís (MA). A partir de todo este processo de disseminação do programa, outros parceiros se agregaram, como o Ministério da Saúde, com o atendimento voltado para as crianças, adolescentes em situação de risco, através do Sistema Único de Saúde (SUS); o Ministério da Justiça, com o reforço ao trabalho de articulação no combate ao tráfico de crianças e de adolescentes para fins de exploração; o Ministério da Educação, através da política de inclusão educacional; o Ministério do Turismo, por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância; a Organização Internacional do Trabalho, ampliando as ações do PAIR na área de defesa e responsabilização.

Em Salvador, as ações desenvolvidas pelo programa são: inclusão do projeto como linha de ação do Fórum Comunitário de Combate à Violência de Salvador; a Escola de Dança da UFBA– o corpo que sofre, fala e se reconstrói; apresentação do projeto ao Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; acompanhamento e participação nas atividades do Comitê Estadual; início de discussão com alguns dos serviços da rede de atenção de Salvador (Sentinela, Cidade Mãe, Viver, CEDECA), dentre outras. Os municípios incluídos no programa são Alagoinhas, Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Itabuna, Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Juazeiro e Paulo Afonso (*idem*, 2008).

Em Minas Gerais, o PAIR atende Uberaba, Teófilo Otoni e Itaobim, e verificou que a rede nos municípios não é tão fragmentada (ações conjuntas de algumas instituições), sendo que o ponto principal dessa articulação é atribuído aos atores da rede e ao Ministério Público. Dentre os desafios do programa, está a maior conscientização sobre a importância do trabalho da rede de enfrentamento, bem como a divisão e reconhecimento das atribuições de cada instituição e o fortalecimento dos conselhos tutelares como articuladores da rede.

O atendimento às vítimas de exploração sexual ou tráfico de mulheres ocorre após a denúncia com a notificação pelo Conselho Tutelar, que encaminha as vítimas para a delegacia ou Ministério Público, além das Varas especializadas. O encaminhamento civil também é realizado e é voltado para as famílias, abrigos

provisórios, programas e projetos sócio-culturais, além de outras alternativas.

O Programa Turismo Sustentável e Infância foi lançado, em 2004, no I Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável. Naquele evento, o Ministério do Turismo afirmou seu compromisso com a proteção de crianças e adolescentes do Brasil. Os objetivos desta iniciativa são: sensibilizar, mobilizar e qualificar a cadeia produtiva do turismo para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, é necessária a obtenção de parcerias com empresários e outras instituições do setor turístico para executar campanhas de esclarecimento, treinamentos e produção de materiais, a fim de orientar os profissionais da área para a prevenção do problema. Além disso, busca-se esclarecer os turistas sobre seus direitos e deveres em relação à cultura do lugar e especificidades da comunidade local.

Segundo dados do programa, no Brasil, a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre nas regiões de praia, nas fronteiras estaduais e internacionais e em áreas com intenso movimento de pessoas, como nas grandes capitais. Isto pode ser visto na tabela abaixo.

Região	Destinos Turísticos	Casos de exploração
Norte	120	1.308
Nordeste	436	4.995
Sudeste	317	4.619
Centro-Oeste	188	1.522
Sul	453	2.485

Tabela 01 – Dados de casos de exploração no Brasil
 Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e Ministério do Turismo (Turismo e Infância, 2008)

O Ministério do Turismo em conjunto com a câmara temática Turismo Sustentável e Infância estão trabalhando para levar informações sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes aos Estados brasileiros, atendendo inicialmente 24 cidades, com a realização de oficinas de sensibilização para mostrar que o compromisso com a infância pode agregar valor ao país como destino turístico (PROGRAMA TURISMO SUSTENÁVEL E INFÂNCIA, 2008).

Enfim, existem no país diversas instituições públicas e privadas atuando na luta contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, turismo sexual e tráfico de pessoas. Além disso, várias ONGs, associações, centros e sociedade civil tem se mobilizado para trabalhar nesse sentido, buscando se fortalecer, a partir dos movimentos sociais e redes. A maior parte dessas instituições utiliza a mídia para divulgar suas ações, realiza palestras pelo país, distribui informativos, enfim ajuda a colocar as políticas públicas em prática. Com isso, verifica-se que todo este trabalho pretende mobilizar mais atores sociais para que estas práticas ilegais não continuem retirando crianças e adolescentes da escola, dos seus próprios lares, ou seja, de uma vida saudável.

Verifica-se que os programas e ações de políticas públicas no Brasil atuam na luta para coibir o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive no turismo. Isso demonstra que tanto o Governo como a sociedade civil organizada estão tentando fazer a sua parte, conscientizando a todos sobre os problemas da existência dessas atividades para as crianças, mas também para os próprios destinos turísticos.

Outros programas e ações são realizados em outros estados do país, mas como este estudo pretende tratar exclusivamente da Bahia, foram levadas em consideração principalmente aquelas que têm atuação mais específica nos municípios baianos, no sentido de ajudar a mobilizar a rede de enfrentamento e conscientizar a população em geral sobre as consequências da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Para isso, foi preciso trabalhar com programas relevantes no Brasil, pois os trabalhos realizados por elas acabam sendo incorporados no estado, como as ações do CECRIA, Programa Turismo Sustentável e Infância, dentre outros citados.

3. METODOLOGIA

3.1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O problema de pesquisa foi definido após algumas idas a Porto Seguro para fins turísticos, acompanhada por pessoas da família, ao perceber a existência de garotas se expondo à prostituição nas praias em plena luz do dia, e nas ruas durante a noite, além de ouvir falar sobre o problema das drogas em festas, onde a maioria do público é jovem.

Além disso, no Carnaval e em outras datas comemorativas, quando a cidade recebe grande número de turistas, foi possível verificar a existência de campanhas de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, em trios elétricos, outdoors, panfletos, e outros meios de divulgação. Nos hotéis, também havia cartazes expostos, alertando sobre o crime da exploração sexual. Tudo isso trouxe motivação para saber o porquê e como aquelas iniciativas estavam sendo colocadas em prática e se davam resultados objetivos.

Claro que esta problemática não está presente apenas em Porto Seguro, outras cidades baianas e estados brasileiros também lutam para coibir estas práticas. No entanto, este município foi escolhido como local de estudo por ser uma cidade turística importante no país e receber turistas nacionais e internacionais com bastante frequência.

3.2 – TIPO DE PESQUISA

Para realizar este estudo, a pesquisa documental foi usada, a partir de matérias publicadas em jornais e pesquisas feitas por ONGs sobre o problema, como o CEDECA, de Salvador, e a própria Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, com a atuação do CREAS/Sentinela – cedidas em visitas feitas aos seus

representantes. Este tipo de pesquisa difere da bibliográfica por usar documentos que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados.

A pesquisa qualitativa se baseia na fonte direta e no ambiente natural, ou seja, no local onde o estudo está sendo realizado. Trata-se de uma pesquisa descritiva, em que o investigador examina as informações coletadas de maneira indutiva, onde os significados serão enfatizados. Pessoas, locais e conversas fazem parte dos pormenores descritivos. As questões de investigação não se estabelecem mediante operacionalização de variáveis, mas são formuladas visando investigar o fenômeno em toda a sua complexidade (BOAVENTURA, 2004). De acordo com Dencker (1998), a pesquisa descritiva procura descrever o fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis; para isso, utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados, como o uso de questionários e a observação sistemática.

A partir desta pesquisa, é possível ter um entendimento do contexto social e cultural do tema estudado. Para Minayo (2002), nas pesquisas em ciências sociais ao lidar com motivações, significados, valores ou crenças, que são assuntos particulares, estes não podem ser reduzidos a questões de caráter quantitativo. No entanto, é interessante adotar uma posição conciliatória entre as pesquisas qualitativas e quantitativas, já que se complementam.

Neste estudo, a pesquisa quali-quantitativa também foi adotada ao se usar métodos estatísticos de análise dos dados coletados, como informações descritivas, quando se tratou de informações obtidas através de pessoas ou lugares. Isso facilitou o estudo, pois estimulou os entrevistados a falar com mais liberdade. A pesquisa quantitativa, por sua vez, se utiliza de medidas numéricas para testar teorias científicas e hipóteses, o que permitiu verificar opiniões mais objetivas, através dos métodos padronizados.

As idas a campo para entrevistar as instituições que trabalham no enfrentamento ao turismo sexual, mais precisamente, frisando a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, tiveram início no mês de setembro de 2007, com visitas a Porto Seguro para observar ruas, praças, enfim, o movimento do lugar em feriados prolongados, quando o fluxo de turistas é mais intenso. Após esta fase, nos meses seguintes, outras visitas à cidade foram feitas para identificar as instituições que lidam com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, com o

propósito de se ter uma visão sobre quais seriam os entrevistados, principalmente das instituições que compõem a rede de enfrentamento ao problema, em Porto Seguro.

Logo depois, foram realizados pré-testes, a partir de entrevistas feitas com um questionário e gravador, pois várias informações ditas pelos entrevistados a respeito do assunto durante a conversa informal poderiam servir para alterar ou não o questionário final. Esta etapa foi importante, por definir quem seriam os entrevistados, verificando a pertinência das questões levantadas no marco teórico sobre o tema de estudo. Após o pré-teste e os ajustes necessários aos instrumentos, novas visitas foram feitas para serem aplicados os questionários finais e ser realizada a entrevista com as perguntas definidas.

Na etapa descritiva, o método escolhido foi a análise de conteúdo – considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem. Esta análise implica comparações contextuais que devem ser realizadas a partir da sensibilidade, intencionalidade e competência teórica do pesquisador (FRANCO, 2005).

Segundo a autora, a forma como são realizadas as comparações e classificações implicam o entendimento de semelhanças e diferenças nas mensagens. Toda a mensagem falada, escrita ou sensorial contém uma grande quantidade de informações sobre seu autor, como filiações teóricas, concepções de mundo, interesse de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, dentre outros.

3.3 – DESCRIÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO

Porto Seguro é um município situado no extremo sul da Bahia, estando localizado no Nordeste brasileiro. O município foi fundado em 1534 e possui cerca de 114.459 habitantes. Porto Seguro é considerado Patrimônio Nacional da Humanidade, desde 1973, e foi reconhecido Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2000, por possuir um verdadeiro museu a céu aberto. Além disso, é um dos principais pólos

turísticos do Brasil e também tem um variado centro de compras. Há, ainda, muitas opções de festas e belas praias.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um problema existente em Porto Seguro e o Conselho Tutelar, o CREAS/Sentinela, o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, as Polícias Militar, Rodoviária e Civil, a Delegacia da Mulher, a Delegacia de Proteção ao Turista, o Instituto Tribo Jovem, o Abrigo SOS Brasil, dentre outros, têm trabalhado para ajudar a coibir esta prática com campanhas e ações junto à comunidade.

As instituições que tratam da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes são parte importante do objeto de estudo desta pesquisa, por isso o universo desta pesquisa envolveu 19 instituições federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos. Os órgãos que lidam diretamente com a questão foram priorizados, sendo que apenas os principais abrigos e creches foram visitados e incluídos neste estudo. São elas: Ministério Público (1ª Promotoria de Porto Seguro), Vara da Infância e Juventude, Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), 2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Subseção de Porto Seguro), Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Sentinela), Conselho Tutelar 1, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Polícia Rodoviária Federal, 1ª Companhia Independente de Polícia Rodoviária Estadual, Comissariado de Menores, Polícia Militar da Bahia, Instituto Tribos Jovens, Abrigo SOS Brasil, Convention Bureau e Associação Brasileira de Indústria dos Hotéis.

O potencial turístico da região Nordeste foi destacado, por possuir atributos naturais, culturais e abundância de mão-de-obra não qualificada. Entretanto, o turismo foi a alternativa econômica mais viável; então, amplos investimentos foram realizados, com verbas do PRODETUR e também da iniciativa privada. A oferta de hotéis foi ampliada, aeroportos foram construídos, além do que rodovias passaram por processos de recuperação. A partir desses investimentos, o fluxo de turistas aumentou, fazendo com que também ocorresse um crescimento significativo da população com a

emigração.

A Bahia é um exemplo desse desenvolvimento, principalmente por ser um dos principais pólos turísticos do Brasil, recebendo grande fluxo de turistas estrangeiros em busca do Carnaval, dos exóticos recantos e paradisíacas praias e, principalmente, pela imagem de sensualidade das mulheres baianas, que é divulgada pelo cinema, propagandas, enfim, pelos meios de comunicação.

Segundo Aguiar (2003), as primeiras ações para tornar Porto Seguro um pólo turístico tiveram início em 1967, após a realização de excursões de divulgação. Com isso, mesmo antes da inauguração da BR-101, os primeiros visitantes em viagens turísticas chegaram a Porto Seguro, iniciando um turismo de caráter exploratório.

As práticas de consagração desse município como "lugar de origem da nação brasileira" em momentos como seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1968, sua elevação a monumento nacional, em 1973, por decreto presidencial e as comemorações dos 500 anos do Descobrimento em 2000, projetaram Porto Seguro nacionalmente (*idem*, 2003, p. 11).

Com a construção da BR-101, em 1970, houve uma integração econômica com o mercado nacional, o que atraiu novas atividades comerciais, industriais e outros tipos de serviços. O desenvolvimento do turismo no litoral também teve início neste período. Outras novidades começaram a ser implantadas na cidade como: linhas regulares de ônibus; vôos diretos ligando o sul da Bahia às grandes capitais; o crescimento e saturação do turismo em algumas cidades litorâneas; as frequentes matérias publicadas pela mídia que destacavam o patrimônio cultural e ambiental de Porto Seguro; o desenvolvimento de infra-estrutura turística na cidade e o crescente número de pacotes de turismo.

Parte desse crescimento ocorreu através de ações governamentais que realizaram a concessão de incentivos fiscais para: o investimento na rede hoteleira; melhorias na infra-estrutura, incluindo a construção e modernização de rodovias e aeroportos; geração e distribuição de energia; recuperação do patrimônio histórico material; promoção de intervenções para a preservação ambiental em determinadas áreas, dentre outras ações. As principais cidades beneficiadas com todo este trabalho foram Salvador, Porto Seguro e Ilhéus, a partir da década de 70 (PINTO, 2006).

Visando transformar a Bahia em um dos principais destinos turísticos do país, o governo expandiu suas ações para outras cidades, promovendo a desconcentração do desenvolvimento turístico, após a divisão do estado em sete áreas turísticas, a partir das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR – Bahia), que se apresenta como terceira estratégia de desenvolvimento turístico para o Estado. Com a existência do Plano, foi possível fazer o diagnóstico de espaços detentores de vocação para o desenvolvimento da atividade. Assim, foram criados: a Costa dos Coqueiros (Lauro de Freitas, Camaçari – até os limites com o estado de Sergipe); Baía de Todos os Santos (Salvador, Itaparica, dentre outras); Costa do Dendê (Valença, Camamu, Maraú, outros); Costa do Cacau (Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras); Costa do Descobrimento (Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Belmonte); Costa das Baleias (Prado, Alcobaça, Caravelas – até o estado do Espírito Santo); Chapada Diamantina (Lençóis, Mucugê, dentre outros) (*idem*, 2006).

Nesse sentido, o Estado vem se consolidando como “um território turistificado” com grandes chances de aumentar o tempo de permanência dos turistas no seu território em função da diversidade de produtos e da melhoria das condições de acesso a esses produtos. Contudo, os desníveis de fluxos são notáveis de região para região e a zona que vem se destacando é a Costa do Descobrimento, tendo Porto Seguro como “município motriz”, e os maiores investimentos estariam voltados para ele (BEZERRA, 2003, p.78)

A excessiva divulgação impulsionou o turismo de massa, o que contribuiu para a deterioração do destino. E, também, a pressão que os novos empreendimentos turísticos passaram a exercer sobre a infra-estrutura do local demandou ações do poder público, no sentido de organizar este crescimento e promover a estrutura básica no espaço. A partir de 1991, a região vem contando com intervenções do PRODETUR, voltadas para a melhoria do destino turístico.

Em 1998, a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado realizou um estudo para verificar se as ações implementadas pelo PRODETUR estavam, de fato, contribuindo para o desenvolvimento turístico sustentável, além de transformar a vida da comunidade local. Constatou-se que os investimentos públicos atraíram os investimentos privados, gerando mais postos de trabalho; houve o incremento dos serviços turísticos e fomento da melhoria da qualidade de vida da população

(BEZERRA, 2003).

A Costa do Descobrimento abrange Barra do Caí (Prado), Parque Nacional de Monte Pascoal, distritos de Caraíva, Trancoso, Arraial D’Ajuda, Porto Seguro, distrito de Coroa Vermelha, além de Santa Cruz Cabrália. A cidade de Porto Seguro é conhecida como o local do descobrimento do Brasil, que ocorreu em 1500, pelos portugueses. Esse acontecimento, até os dias atuais, é muito utilizado nas propagandas turísticas da cidade, sendo valorizado pelos habitantes locais ao guiar turistas que visitam o local das mais diversas partes do mundo, interessados na cultura, história, belezas naturais, dentre outros atrativos. O município está localizado no Extremo Sul do estado da Bahia e ocupa uma área de 2.417 quilômetros. Sua população, segundo o Censo 2007, é de 114. 459.

Segundo Bezerra (2003), Porto Seguro se destaca entre outras cidades do Extremo Sul da Bahia por possuir várias praias repletas de barracas, bares e restaurantes. As outras opções de lazer incluem roteiros históricos e culturais até passeios mais agitados como o lazer náutico, que é praticado durante o dia. À noite, os bares da orla e a ‘Passarela do Álcool’ ficam movimentados, por possuírem restaurantes e barracas especializadas nos mais variados tipos de culinária.

Além disso, o município se baseia no turismo, na extração vegetal, na agricultura, na pecuária e na pesca como atividades econômicas. Em datas comemorativas como o Carnaval, a cidade recebe muitos turistas que procuram diversão e festas, que contam com trios elétricos, bandas e blocos. O evento ocorre na Passarela do Álcool e normalmente não termina na quarta-feira de Cinzas, durando mais dias.

As praias da cidade de Porto Seguro são animadas, mas já exibem problemas ambientais, não tendo mais a beleza de outras praias da Costa do Descobrimento. A orla das praias do norte da cidade é repleta de barracas que funcionam como verdadeiras casas de show, contendo palco, restaurantes e pista de dança, onde festas acontecem com bastante frequência. Hotéis de luxo também se espalham à beira mar. Com isso, para encontrar praias mais exóticas, com coqueiros e recifes de corais, é preciso se deslocar para Arraial D’ Ajuda (Norte) ou Trancoso, Cumuruxatiba ou Caraíva (Sul).

Com a chegada do aeroporto e o acesso à BR-367, a cidade de Porto Seguro

se desenvolveu em termos econômicos, com o crescimento da indústria do turismo, que teve como principal atrativo a paisagem litorânea preservada. A partir desta atividade, Porto Seguro também apresenta problemas como explosão demográfica e ocupação desordenada de espaços destinados à preservação ambiental. Entretanto, verifica-se que estas consequências ocorreram devido à falta de planejamento por parte do município, pois planos diretores não foram colocados em prática. Com isso, o esgoto é lançado nos rios, vários trechos da orla marítima são alterados pela ocupação de pequenos povoados, ocorre o desmatamento, destruição de falésias, assoreamento, dentre outros problemas ambientais (PINTO, 2006).

Paralelamente ao progressivo crescimento do turismo e à relativa alteração da paisagem do município, surgiram ou fortaleceram-se, ao longo da década de 80, movimentos de associações de moradores e de defesa da ecologia nesta região, influenciados pela grande explosão deste tipo de movimento em todo o país a partir da redemocratização e pela presença cada vez maior de profissionais liberais residentes ou com casa de veraneio no município (AGUIAR, 2003, p. 16)

Nesta perspectiva, a participação da população na luta por um turismo de qualidade, que não interfira no meio ambiente ou em questões culturais da localidade, passa a ser frequente na cidade. Assim, verifica-se que há uma valorização da área protegida pela comunidade local juntamente com as agências responsáveis pelo patrimônio cultural e ambiental.

Os investimentos do PRODETUR projetaram Porto Seguro para o cenário internacional, o que trouxe como consequência um maior número de turistas estrangeiros na cidade – razão pela qual existe a demanda por mais qualidade nos serviços oferecidos, sendo que padrões qualitativos considerados satisfatórios devem ser apresentados, para não prejudicar a imagem do destino em função da superlotação que deteriora o espaço a ser visitado.

A importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas pré-condições naturais e econômicas (existência do atrativo turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor), das características do município e, em função de suas alternativas, do papel reservado a esse setor em sua estratégia de desenvolvimento econômico (BEZERRA, 2003, p. 06).

Como já foi visto, o Brasil foi muito divulgado com imagens de mulheres sensuais, o som do samba, o calor, as praias, características que tornam o lugar exótico e paradisíaco. A cidade de Porto Seguro também não fugiu desta linha de divulgação, pois possui praias, onde as belezas naturais se destacam; a música e a dança, como a lambada e o axé-music animam as festas da cidade, tendo ainda a presença dos dançarinos que se apresentam com roupas sensuais e corpos esbeltos. Todos os dias ocorrem festas nas cabanas de praia da cidade e isso ajuda a movimentar o turismo. Os turistas se envolvem com toda essa sensualidade e ficam maravilhados com a liberdade dessas garotas e garotos que estão dispostos a contribuir para um cenário onde a beleza, a descontração e a liberdade estão presentes.

Para Pinto (2006), em Porto Seguro, mais especificamente na Praça do Relógio e no passeio do Banco do Brasil podem ser vistas adolescentes e jovens, as chamadas ‘piriguetes’, aguardando os clientes, principalmente durante a noite. Essas jovens pertencem às classes populares regionais e buscam formas de ganhar dinheiro para ajudarem seus familiares. Além disso, na cidade também se encontram as prostitutas que se apresentam em casas de show; nesse caso, a maioria dos clientes são das classes médias baixas vindas de outras regiões do país.

O autor destaca que a maior parte dessas crianças e adolescentes que se expõem à exploração sexual no turismo procura melhores condições de vida. Algumas tiveram suas famílias expulsas do centro da cidade para as periferias, devido ao desenvolvimento do turismo, outras vieram de outras cidades da Bahia em busca de melhores oportunidades de trabalho, já que o crescimento da atividade turística traz várias opções de emprego e renda.

Em 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza solicitou uma pesquisa nas rodovias e postos de combustível dos municípios do Extremo Sul da Bahia, após ter verificado a existência da violência e da exploração sexual comercial contra meninas pobres, nesses locais. Assim, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento, em parceria com a Universidade Estadual da Bahia, através do Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, realizou a pesquisa solicitada com os profissionais caminhoneiros, com o objetivo de criar e planejar ações de prevenção contra o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e postos de

combustíveis (VAZ, 2007).

As rodovias selecionadas para dar início à pesquisa foram as que cortassem Eunápolis e Feira de Santana, pelo significativo fluxo de caminhões, além de apresentar um número significativo de meninas circulando por estes locais, principalmente nos postos de combustível. Dos 161 caminhoneiros que foram entrevistados, 78% responderam que procuram de vez em quando prostitutas, enquanto 22% afirmaram que sempre utilizam este serviço. 45% dos entrevistados disseram não utilizar preservativos. Desta forma, foi constatado que as meninas expostas à exploração sexual nas rodovias e postos de combustível pesquisados se encontram em situação de sexo de risco.

Para tentar amenizar este problema, o estudo identificou a necessidade de mais políticas públicas e também de uma melhor articulação da rede de enfrentamento, através do fortalecimento das instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos: Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Conselho Tutelar, Conselhos de Direitos, Sociedade Civil Organizada, Mídia, e outros. Além disso, ações de conscientização precisam ser iniciadas com campanhas voltadas para este público.

Este rápido apanhado aponta para o fato de que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo existe em Porto Seguro e é algo que preocupa as autoridades deste município. Por isso, ações são colocadas em prática pelas instituições que fazem parte da rede de enfrentamento da cidade, que são: Ministério Público (1ª Promotoria de Porto Seguro), Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), 2ª Delegacia Circunscripcional de Porto Seguro, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Subseção de Porto Seguro), Secretária Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Sentinela), Conselho Tutelar 1, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Polícia Rodoviária Federal, 1ª Companhia Independente de Polícia Rodoviária Estadual, Comissariado de Menores, Polícia Militar da Bahia, Instituto Tribos Jovens, Abrigo SOS Brasil, Convention Bureau e Associação Brasileira de Indústria dos Hotéis.

A partir da atuação de cada uma dessas instituições e suas contribuições no sentido de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, é possível visualizar o problema e suas consequências para a própria cidade e para o destino turístico, pois a existência desta prática denigre a imagem do local. Eis a preocupação dos componentes da rede que buscam realizar palestras, distribuir informativos, dentre outras iniciativas, a fim de conscientizar comerciantes, rede hoteleira, donos de restaurantes e barracas de praia, taxistas, enfim, a comunidade em geral sobre as formas de violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

3.4 – SELEÇÃO DA AMOSTRA

A amostragem é a coleta de dados relativos a alguns elementos da população e sua análise, o que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população, o que possibilita um melhor delineamento da pesquisa e maior validade dos dados coletados (MATTAR, 1996).

A partir daí, entrevistas foram realizadas com ‘informantes-chaves’, que podem ser especialistas no tema estudado, líderes formais ou informais, personalidades, e outros. Neste caso, a amostragem utilizada esteve de acordo com uma seleção racional ou intencional. O tamanho da amostra foi de 19 instituições, sendo que as principais que lidam com o tema foram contactadas e participaram desta entrevista. Apenas as creches e a igreja não entraram neste estudo, por terem sido pouco citadas na atuação das instituições e sociedade civil em redes sociais.

3.5 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A primeira etapa da pesquisa ocorreu com visitas ao CEDECA e à Secretaria de Desenvolvimento e Bem Estar Social, em Salvador, onde o programa CREAS/Sentinela está implantado, com o objetivo de conhecer as principais ações

realizadas contra a exploração de crianças e adolescentes, principalmente no turismo. Entrevistas gravadas foram feitas e alguns documentos foram adquiridos sobre o tema. Além disso, a pesquisa bibliográfica também foi realizada desde o início do estudo.

Em seguida, a pesquisa de campo e os pré-testes foram iniciados em Porto Seguro, em março de 2008, com o questionário semi-estruturado e entrevista gravada. Segundo Mattar (1996), os pré-testes são instrumentos de coleta de dados que podem ser realizados nos primeiros estágios da pesquisa. As perguntas visaram averiguar o conhecimento das instituições pesquisadas sobre o entendimento do que significa o turismo sexual e a exploração sexual, a existência do turismo sexual em Porto Seguro e as suas consequências para a cidade. Também foi questionado se a rede de enfrentamento ao problema é articulada no município. No entanto, durante a entrevista, outros assuntos referentes ao tema estudado foram tratados e incluídos nesta avaliação que utilizará a análise do conteúdo como método escolhido para apresentar os pormenores desses discursos. Os resultados dos pré-testes foram importantes para conhecer as modificações necessárias a um melhor entendimento sobre o assunto estudado.

Na segunda etapa da pesquisa, foram entrevistadas 19 instituições que lidam com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes diretamente e indiretamente, em Porto Seguro, nos meses de junho, julho e agosto de 2008. O mesmo roteiro de entrevistas foi aplicado aos 19 representantes das instituições (vide anexo) – escolhidas por sua atuação relevante na luta contra a exploração de crianças e adolescentes, com abordagens sobre o grau de escolaridade, atuação, interesse, conhecimento sobre o assunto, enfim, outros itens considerados significativos. O questionário contou com 11 perguntas fechadas, duas abertas e mais três baseadas na metodologia de redes sociais. Além disso, sete perguntas abertas foram feitas com o uso do gravador.

Esta metodologia de Análise de Redes Sociais é considerada por Degenne (1999) um recente conjunto de métodos para o estudo sistemático de estruturas sociais. Wasserman (1994), por sua vez, apresenta alguns elementos essenciais para a Análise de Redes Sociais: o foco em relações e em padrões de relações requer um conjunto de métodos e conceitos analíticos que são distintos dos métodos das

estatísticas tradicionais e análise de dados; a análise de redes sociais é baseada em uma assunção da importância do relacionamento entre unidades de interação; as relações definidas por vínculos entre unidades são componentes fundamentais da teoria de redes, e a unidade de análise nesta metodologia não é o indivíduo, mas uma entidade, consistindo de uma coleção de indivíduos e os vínculos entre eles. Para realizar esta análise, foi utilizado o programa Ucinet 6 que possibilitou os gráficos.

3.6 – TRATAMENTO DOS DADOS

A partir das respostas obtidas, as informações coletadas através dos questionários e entrevistas (Anexo I) foram categorizadas e codificadas para serem posteriormente passíveis de tabulação. Com isso, foram definidas três categorias de análise para organizar os dados, seguidas também no questionário e na ordem da aplicação da entrevista gravada. A primeira tratou do perfil da instituição ao abordar seu enquadramento como estadual, federal ou municipal, áreas em Porto Seguro onde realiza seus serviços, estrutura física, áreas de atuação, recursos, parcerias e tempo de atuação na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A segunda categoria abordou o perfil do atendimento ao perguntar o número de atendimentos, quem faz a denúncia, quantos profissionais trabalham na instituição, nível de escolaridade, encaminhamentos realizados em casos de exploração sexual e principais dificuldades. Em seguida, a terceira categoria fez uso da metodologia de Análise de Redes Sociais ao questionar sobre as principais instituições que atuam na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e também se se conhecem, além de perguntar se são parceiros nesta luta. As tabelas e os gráficos foram elaborados com a ajuda do programa Ucinet 6. Os gráficos são utilizados apenas para ilustrar a rede.

Nas questões fechadas, com a ajuda do Excel, foi possível tabular as informações e demonstrá-las em gráficos. A questão que trata dos encaminhamentos e os resultados foram apresentados com a ajuda também do mesmo programa ao construir um fluxograma. Já nas perguntas com respostas abertas, a análise de

conteúdo foi utilizada para descrever e comparar os pensamentos dos representantes das instituições a respeito do que entendem sobre o turismo sexual, exploração sexual, dentre outras questões.

4. RESULTADOS OBTIDOS

Neste estudo, foram entrevistadas as instituições: Ministério Público (1ª Promotoria de Porto Seguro), Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM), Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), 2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Subseção de Porto Seguro), Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Sentinela), Conselho Tutelar 1, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Polícia Rodoviária Federal, 1ª Companhia Independente de Polícia Rodoviária Estadual, Comissariado de Menores, Polícia Militar da Bahia, Instituto Tribos Jovens, Abrigo SOS Brasil, *Convention Bureau* e Associação Brasileira de Indústria dos Hotéis (ABIH).

Para uma melhor compreensão do tema estudado, as instituições responderam o que entendiam por turismo sexual ou exploração sexual no turismo. Nesse sentido, a DEAM informou que é uma prática que ocorre de forma velada, enquanto que a DELTUR não respondeu com clareza sobre o significado do turismo sexual.

A Secretaria Municipal de Turismo afirma que o turismo sexual nada mais é que a visita de grupos de turistas a um determinado local para fins sexuais. Para a 2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro, a prática se configura quando um indivíduo visita uma cidade ou país na condição de turista, e sua finalidade principal não é conhecer as belezas naturais, entre outras coisas, mas, sim, buscar especificamente o sexo. Outra instituição que concorda com este pensamento é o *Convention Bureau*, ao destacar que o turismo sexual ocorre quando um determinado turista visita o destino em busca do prazer físico e nada mais. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal verifica o problema quando turistas procuram, em um determinado país, a atividade sexual como principal foco do turismo.

Essas instituições estão de acordo com o pensamento de Sardenberg e Dias Filho (1998), de que o fenômeno do turismo sexual se efetiva ao haver deslocamentos de pessoas, de ambos os sexos, para outras regiões, cidades ou países, em busca de aventuras eróticas. Seguindo esta mesma linha, Oppermann (1999) também trata das

relações entre turistas e visitados quando ocorre apenas troca monetária, isto é, oferta de serviço sexual por dinheiro.

Por sua vez, o Ministério Público destaca que o turismo sexual ocorre quando pessoas visitam o destino com um único objetivo, a exploração do sexo como mercadoria. Na maioria dos casos, o objeto da troca comercial é a criança ou o adolescente. Para o SOS Brasil, a forma de turismo procurada por turistas estrangeiros ou nacionais, onde crianças são utilizadas para fins de exploração sexual, se constitui em turismo sexual. A OAB também concorda que a prática do turismo sexual é visualizada ao existir no destino, turistas estrangeiros interessados na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para o Centro de Excelência em Turismo (2007), as principais vítimas do turismo sexual são crianças e adolescentes de baixa renda e sem formação educacional que se deixam ser explorados sexualmente em troca de dinheiro, presentes ou outro tipo de vantagem. Leal (1999), de acordo com o Instituto Interamericano del Nino, define que o turismo sexual é uma das modalidades de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a prostituição, a pornografia e o tráfico para fins sexuais.

Miranda (2006) afirma que outras questões favorecem o crescimento da presença de crianças e adolescentes no turismo sexual, como, por exemplo, a negligência, o abuso sexual, a pobreza, a ausência da educação, dentre outros fatores. Segundo Leal (1999), não se pode reduzir a exploração sexual ao sexo-turismo que estigmatiza o estrangeiro como único agressor, pois nem todos os turistas estrangeiros são abusadores sexuais e nem todos abusadores são estrangeiros.

Definições mais amplas do turismo sexual são feitas pelas instituições ABIH, COMDICA e CREAS/Sentinela. Para a Associação dos Hoteleiros (ABIH), o turismo sexual tem dois lados, o realizado por adultos e o outro relacionado à criança e ao adolescente. No entanto, o que envolve a criança e o adolescente é o mais complexo, pois não ocorre apenas a troca de sexo por dinheiro, mas, sim, uma série de conjunturas que levam a criança a trilhar por este caminho, como a pobreza, o não acesso a educação, dentre outros fatores. Por outro lado, o CREAS/Sentinela informa que a exploração sexual de crianças e adolescentes, no turismo, é a utilização da indústria do turismo, como os equipamentos e ferramentas, para a facilitação ou

promoção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por fim, o COMDICA afirma que o turismo sexual é um tipo de mercado sexual velado, onde é permitido que crianças e adolescentes sejam exploradas, ou seja, comercializadas para fins sexuais, tendo por trás toda estrutura do turismo favorecendo seu desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2006), a exploração sexual de crianças e adolescentes por turistas procedentes de países desenvolvidos ou mesmo do próprio país, se dá quando há a cumplicidade de guias turísticos, hotéis, bares, restaurantes, barracas de praia, postos de gasolina, taxistas, casas de massagem, além da presença de agentes responsáveis, e se constitui em turismo sexual. Para Ribeiro (1998), o turismo sexual se baseia em uma rede de relações, quando agentes internacionais organizam excursões específicas, ou seja, pacotes contendo hotéis, passeios, dentre outros. Silva (2005) acrescenta este pensamento, utilizando a afirmação da Organização Mundial do Trabalho que diz ser o turismo sexual uma forma de atividade, onde viagens são organizadas, utilizando-se as estruturas da indústria do turismo, com o objetivo principal de facilitar o comércio sexual entre turistas e nativos.

Em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, as instituições relataram o que entendem a respeito desta questão. A DEAM especificou a exploração sexual de crianças e adolescentes como crime que ocorre de forma velada, e que é necessário o flagrante para que o caso seja investigado. A 2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro concorda com esta explicação, ao destacar que os casos que tratam de exploração de crianças e adolescentes para fins sexuais, normalmente, se apresentam de forma velada, por isso é preciso que agentes de polícia especializados realizem campanhas, infiltrações, enfim, usem todas as ferramentas que a polícia possui dentro da legalidade, pois, em muitos casos, existe um crime organizado agindo neste mercado.

Nesta linha, o Programa Turismo Sustentável e Infância (2008) destaca que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e a lei brasileira não penaliza somente quem pratica, mas também quem facilita ou age como intermediário.

O Ministério Público se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes quando há utilização de crianças e adolescentes como mercadorias a serem comercializadas em um mercado de sexo. A Polícia Rodoviária Estadual

também afirma que este problema se efetiva no momento em que pessoas adultas utilizam crianças e adolescentes como mercadoria incentivando o turismo sexual.

No entanto, Piscitelli (2005) se refere ao mercado do sexo, quando há um interesse obsessivo com o tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Para Augustin (2001), os serviços sexuais que fazem parte do tráfico estão inseridos em um mercado, cuja organização tem características transnacionais, por precisar atravessar fronteiras para consumir e oferecer serviços sexuais. Tais serviços se estabelecem, a partir de relações complexas, incluindo redes e laços sociais entre o local de origem e os diferentes destinos.

A Secretaria de Educação e a OAB tratam do mesmo aspecto do problema, quando se referem à exploração sexual de crianças e adolescentes, através da pornografia, com veiculação de fotografias e filmes envolvendo crianças e adolescentes, tráfico de pessoas para fins sexuais e aliciamento. Enquanto que a Secretaria de Turismo, o SOS Brasil, o CREAS/Sentinela, o *Convention Bureau* e o COMDICA, coincidentemente, afirmam que a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre quando existe a presença de agentes especializados, intermediando este tipo de comércio.

Esta posição concorda com a visão do Centro de Excelência em Turismo (2008), que relaciona a exploração sexual de crianças e adolescentes, a pornografia infantil e o tráfico de crianças e adolescentes. Cita como uma das principais causas do crescimento destas práticas a busca do sexo para a sobrevivência, por indivíduos que apresentam história de abuso sexual, maus-tratos, dentre outros problemas.

A partir disso, das 25 questões do questionário semi-estruturado, a primeira trata do perfil da instituição, caracterizando ela como federal, estadual, municipal, privada sem fins lucrativos e outra. Do total de instituições, 47% responderam ser estaduais, 21% são municipais, 16% privadas sem fins lucrativos e 11% são federais. As respostas chegam a ultrapassar 100%, porque no questionário existe mais de uma alternativa para a maior parte das perguntas.

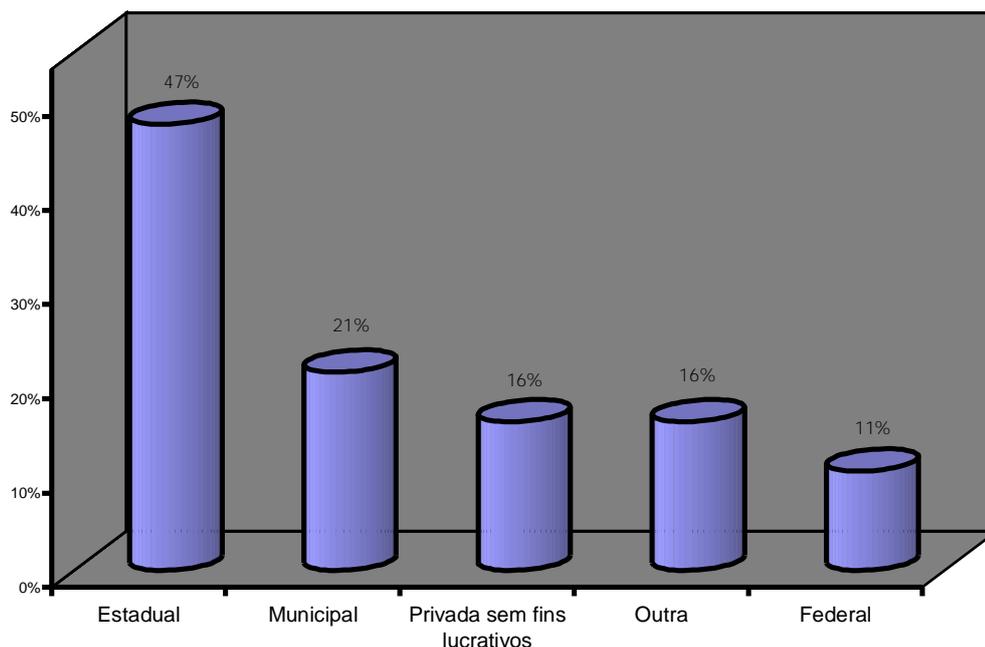


Gráfico 1 – Perfil da instituição
Fonte: Dados da pesquisa

As que se enquadram como estaduais são: Vara da Infância e da Juventude, Polícia Militar, Ministério Público, Delegacia de Proteção ao Turista, Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher, 2ª Delegacia de Porto Seguro. As municipais são as seguintes: Secretarias de Educação e de Turismo. No entanto, algumas instituições se apresentam como estaduais e municipais; nestes casos, estão o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

O CREAS/Sentinela se destaca como instituição federal, além da Polícia Rodoviária Federal. Já o SOS Brasil, a Associação dos Hoteleiros (ABIH) e o Instituto Tribo Jovem são privadas. Apenas o *Convention Bureau* respondeu ser uma fundação sem fins lucrativos e a OAB informou ser uma autarquia, com sede em Salvador, Bahia.

Com estas informações, percebe-se que as instituições públicas estaduais e municipais atuam com destaque na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente na área de defesa de direitos. As principais instituições são: Ministério Público, Delegacia Especial da Mulher, Delegacia de Porto Seguro, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Pode-se notar que, hoje, existe um

arcabouço institucional que significa a consolidação de ações voltadas para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Molina (2005) comenta a atuação dos municípios, governos estaduais e empresas que têm desempenhado papéis de destaque em destinos turísticos. Esta atuação é tratada como uma forma de planejamento descentralizada. Mesmo assim, os governos, mesmo após seu enfraquecimento, quando se trata das exigências de uma gestão empresarial mais dinâmica, continua realizando mudanças significativas, principalmente com a integração de novos mercados e as novas formas de turismo.

Isso parece mostrar que estas instituições estão realizando seu papel, atuando na luta contra a exploração de crianças e adolescentes e o turismo sexual. Como demonstra o gráfico, a atuação das ONGs, os institutos, as associações, enfim, a participação da comunidade de um modo geral existe, mas não é representativa. Esta posição, no entanto, é contrária a Minayo (1999), cuja posição é a de que a sociedade tem à disposição a atuação das iniciativas privadas sem fins lucrativos. Nesta modalidade estão cooperativas, associações, sindicatos de classes, ONGs, comunidade de base, instituições filantrópicas, e outras. A atuação dessas instituições é, basicamente, colocar em prática ações públicas direcionadas para setores populacionais, sem visar lucro. Isso pode significar ainda o baixo nível de envolvimento das instituições no comprometimento com questões voltadas para a exploração sexual de crianças e adolescentes e o turismo sexual.

Em relação à área onde realizam os serviços, os entrevistados responderam onde atuam. 79% disseram que trabalham em todo o município de Porto Seguro. Portanto, mesmo com a extensão do município, estas instituições estaduais e municipais realizam ações na tentativa de atender as vítimas de exploração sexual ou turismo sexual. Mesmo sem automóveis suficientes (Gráfico 3) para a realização do trabalho, eles superam as dificuldades, visando efetivar seus papéis.

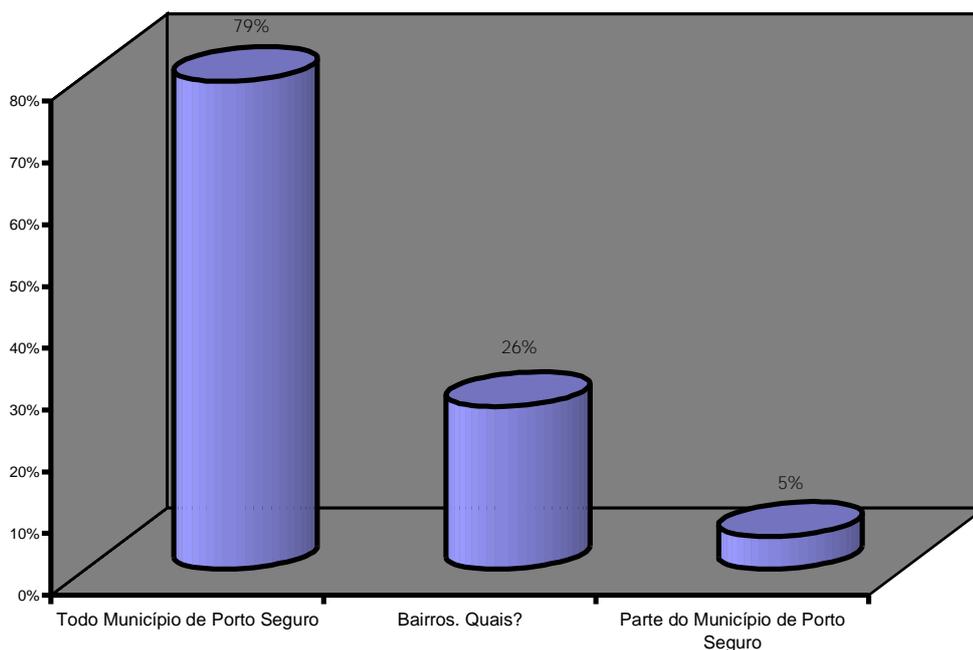


Gráfico 2 – Perfil da instituição – Locais de atuação
 Fonte: Dados da pesquisa

A DEAM, o COMDICA, a Vara da Infância e da Juventude, Polícia Militar, o CREAS/Sentinela, Polícia Rodoviária, OAB – Porto Seguro, SOS Brasil, ABIH, Secretaria do Turismo, Secretaria da Educação e Instituto Tribos Jovens fazem parte da maioria que atua em todo o município. As outras instituições responderam trabalhar apenas em parte do município, como Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Caraíva, Trancoso e Arraial d’Ajuda, além de bairros de Porto Seguro, pois realizam ações relevantes nesses locais.

Outra informação solicitada foi a respeito da estrutura física das instituições. 100% possuem linha telefônica, 95% têm computador, com 84% utilizando a internet. Em relação à estrutura física, 95% estão instalados em locais específicos, onde executam seus trabalhos. Apenas 68% organizam seus bancos de dados, o que acaba dificultando o acesso a dados quantitativos de atendimento, casos, enfim, informações a respeito das ações colocadas em prática. Sobre meio de transporte disponível, 63% responderam possuir automóvel.

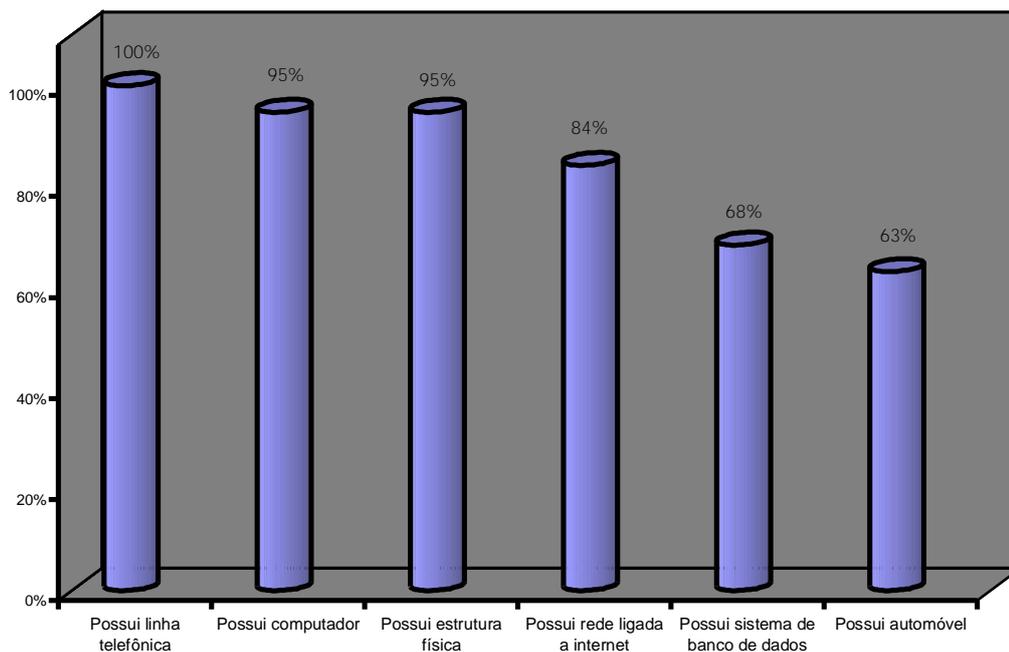


Gráfico 3 – Perfil da instituição – Equipamentos e meios de transporte
 Fonte: Dados da pesquisa

Para a polícia, apenas uma viatura não é suficiente para atender todo o município, e este item restringe a atuação deles no combate aos problemas, como assaltos, furtos, tráfico de drogas, exploração sexual, dentre outros assuntos. Outras instituições também se referem a esta falta de automóveis para a execução das ações, como a DEAM, MP, Conselho Tutelar, CREAS/Sentinela, OAB, ABIH, além das outras que participaram desta entrevista.

Sobre os serviços prestados, os resultados foram: 68% trabalham com defesa de direitos, enquanto 37% atuam na área da educação e 26% realizam suas ações diretamente no âmbito da assistência social. Estas três áreas são fundamentais para o combate ao problema da exploração sexual e turismo sexual, pois as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ou física precisam ter seus direitos revistos, mas também necessitam de profissionais da educação e assistência social para fortalecê-las.

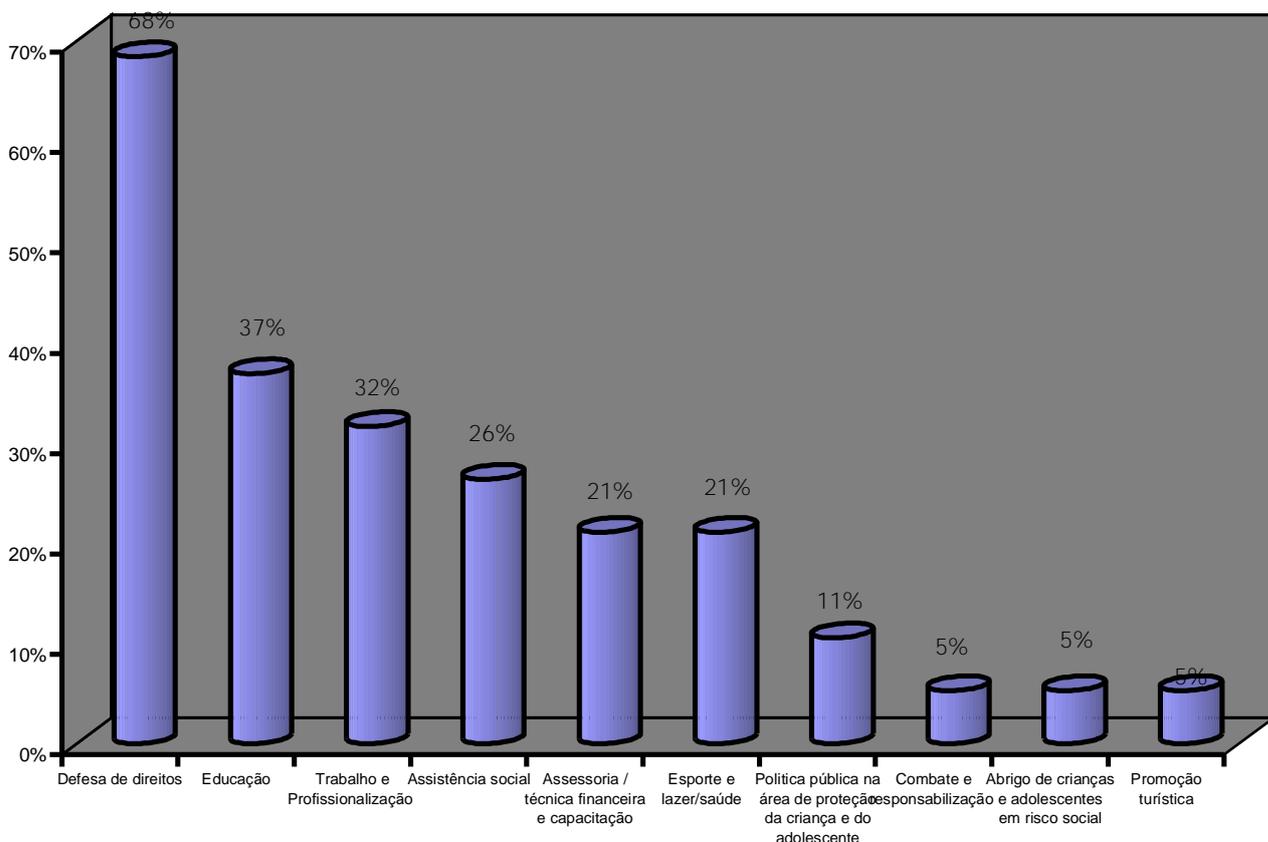


Gráfico 4 – Perfil da instituição – Serviços prestados
Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, a partir destes resultados, verifica-se que, no quesito defesa de direitos, Porto Seguro tem instituições atuantes nesta área, o que é relevante no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. As instituições que trabalham com a defesa dos direitos são: DEAM, COMDICA, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, CREAS/ Sentinela, Delegacia de Porto Seguro, OAB, ABIH e Instituto Tribos Jovens. Apenas a Vara da Infância e da Juventude não se enquadraram nas alternativas existentes no questionário, afirmando atuar no combate e responsabilização.

Outros que atuam na área de educação são o Conselho Tutelar, o CREAS/Sentinela, a Polícia Rodoviária Estadual, o SOS Brasil, o *Convention Bureau*, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Turismo. No item área de trabalho e profissionalização, destacam-se a Polícia Militar, o CREAS/Sentinela, a ABIH, o *Convention Bureau*, o Conselho Tutelar e a Secretaria de Turismo. Além disso, atuam

na prática das políticas públicas, na área de proteção à criança e adolescente, o COMDICA e o CREAS/Sentinela.

De acordo Faleiros (1997), para que ocorra o combate ao turismo sexual e à exploração sexual de crianças e adolescentes são necessárias a atuação da polícia e do judiciário, principalmente na instauração do devido processo, após a denúncia – além da comprovação e da responsabilização legal dos envolvidos, através de declaração formal, para que se possa realizar o julgamento. O trabalho destas instituições é importante para que ocorra uma valorização da cultura cívica da punição legal, ao invés de continuar existindo a cultura da impunidade, a partir da desmoralização dos denunciantes e dos depoimentos de crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual ou outro tipo de violência.

Leal (1999) esclarece que as redes que tentam combater a exploração sexual de crianças e adolescentes têm atuação na política, a partir da correlação de forças; na educação, com a busca da construção de conhecimento; na informação, através da organização de dados, experiências e denúncias; e nas parcerias, a partir da cooperação autônoma e respeitosa, para a reformulação e implantação de projetos e políticas públicas.

Em relação aos recursos financeiros destinados para o funcionamento da instituição, 47% são enviados por setores estaduais e municipais à Vara da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, 2ª Delegacia de Porto Seguro e ABIH. O CREAS/Sentinela se destaca por receber recursos de setores federais, estaduais, municipais, setor empresarial, apoio internacional e doações voluntárias. Os principais mantenedores das instituições entrevistadas são o estado e o município, como pode ser visto no gráfico; no entanto, algumas abrem exceções e recebem recursos de órgãos federais, ajuda internacional e doações voluntárias. São elas: *Convention Bureau*, CREAS/Sentinela e Tribos Jovens.

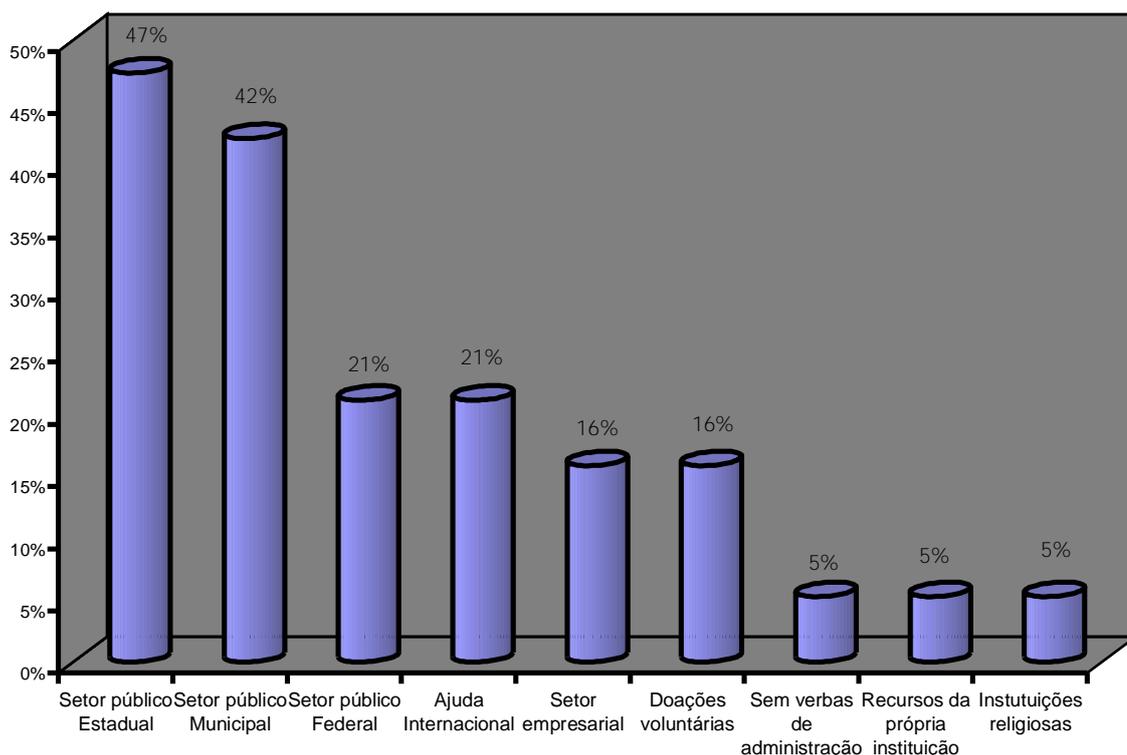


Gráfico 5 – Perfil da instituição - Mantenedores

Fonte: Dados da pesquisa

Durante a entrevista, também foi perguntado se as instituições tinham parcerias com outras que atuam com o problema estudado, e a maior parte, 68% respondeu ter contato com órgãos estaduais, sendo que 63% mantém diálogo com órgãos municipais e 53% com órgãos federais. Ou seja, DELTUR, DEAM, COMDICA, CREAS/Sentinela, 2ª Delegacia de Porto Seguro, Conselho Tutelar, Polícia Rodoviária Estadual, *Convention Bureau*, Tribos Jovens e Secretaria de Turismo possuem parcerias com os setores federais, estaduais e municipais. Apenas o Ministério Público informou ter parceria somente com setores municipais e estaduais, e a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com a Polícia Militar afirmaram ter contato com setores estaduais. O SOS Brasil tem parceria apenas com o setor público municipal. A exceção foi a Vara da Infância e da Juventude, que respondeu não ter parceria com nenhum dos órgãos citados nas alternativas existentes no questionário.

Isso mostra que existe parceria entre as instituições, mas mesmo assim elas atuam isoladamente, tendo como resultado disso o acúmulo de tarefas. A rede de enfrentamento existe, mas não está articulada.

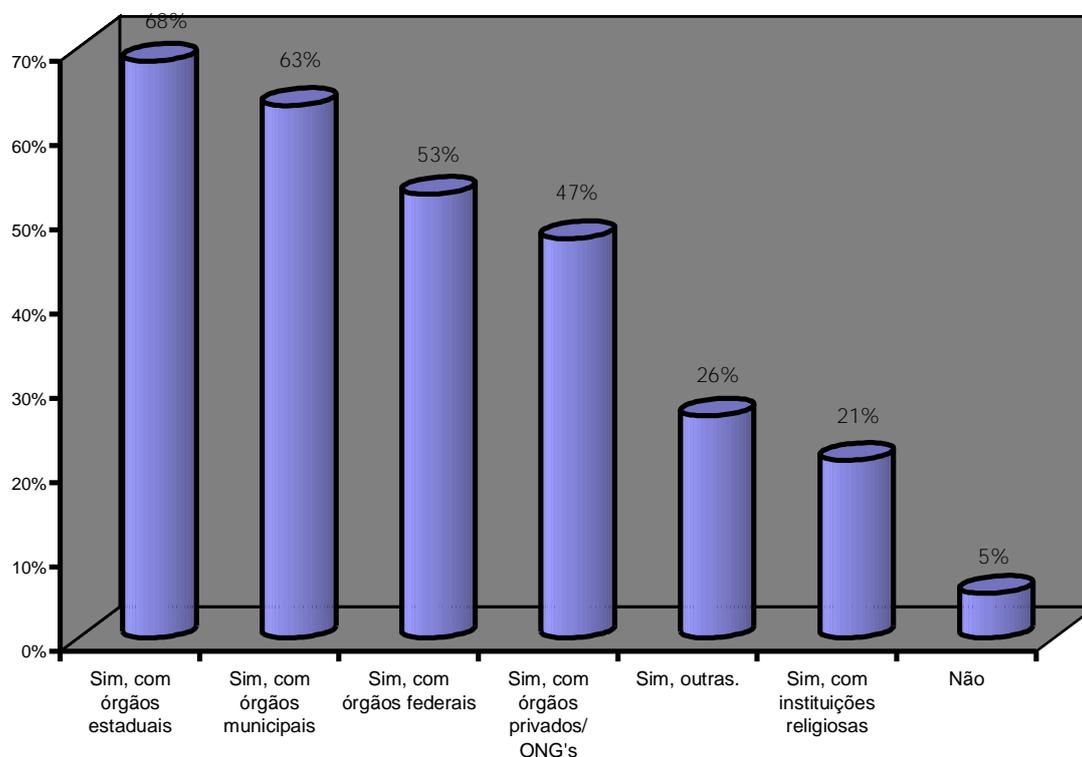


Gráfico 6 – Perfil da instituição – Parcerias institucionais
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com Miranda (2006), os casos de abuso sexual podem ser resolvidos a partir de parcerias entre instituições públicas e privadas, como o apoio do poder municipal, Ministério Público, Conselho Tutelar, da mídia, de associações, ONGs, escolas, igrejas, dentre outros. Nesta atuação, o importante é conscientizar e tentar coibir tal crime.

Em relação aos casos de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, a autora destaca que, além da atuação das instituições, é necessário que ocorram parcerias entre Ministérios do Desenvolvimento Social, do Turismo, da Justiça, do Esporte, da Integração Nacional e das Comunicações, tendo ainda a atuação das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, empresas nacionais como a Petrobrás, os Correios, as Universidades e a extensa rede de ONGs – o que acaba exigindo mais trabalho do poder público.

Do total de entrevistados, 47% têm parcerias com ONGs e órgãos privados, quais sejam: Conselho Tutelar, DELTUR, COMDICA, CREAS/Sentinela, 2ª

Delegacia de Polícia, ABIH, Convention Bureau, Tribo Jovem, Secretaria de Educação – este último também tem parceria com o setor público municipal. A partir disso, Quinteiro (2006) esclarece que o terceiro setor necessita de parcerias com organizações da sociedade civil, grupos comunitários, movimentos sociais, entidades que atuam na área da filantropia empresarial, ONGs, dentre outras.

Para MINAYO (2000), o poder público não pode deixar de lado a parceria com o terceiro setor, pois poderia ter consequências, como fechar instituições ou interromper a prestação de serviços sociais básicos. Além disso, a maior parte das iniciativas privadas sem fins lucrativos não teriam condições de viabilizar seus projetos e propostas, se não tivessem o apoio e a assistência financeira do Estado. Esta relação de dependência entre estas instituições faz com que o Estado amplie as parcerias com a rede privada, que trabalhem em conjunto ao submeter seus projetos aos critérios definidos pelo poder público.

Sobre o tempo que lida com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, 26% se enquadram entre 6 a 10 anos de serviços prestados nesta área e 16% estão há 5 anos, apenas, atuando com a questão. Nesses 26%, encontram-se o Comissariado de Menores, CREAS/Sentinela de Porto Seguro, Delegacia de Porto Seguro, Polícia Rodoviária Estadual e Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Vara da Infância e da Juventude não respondeu a esta questão.

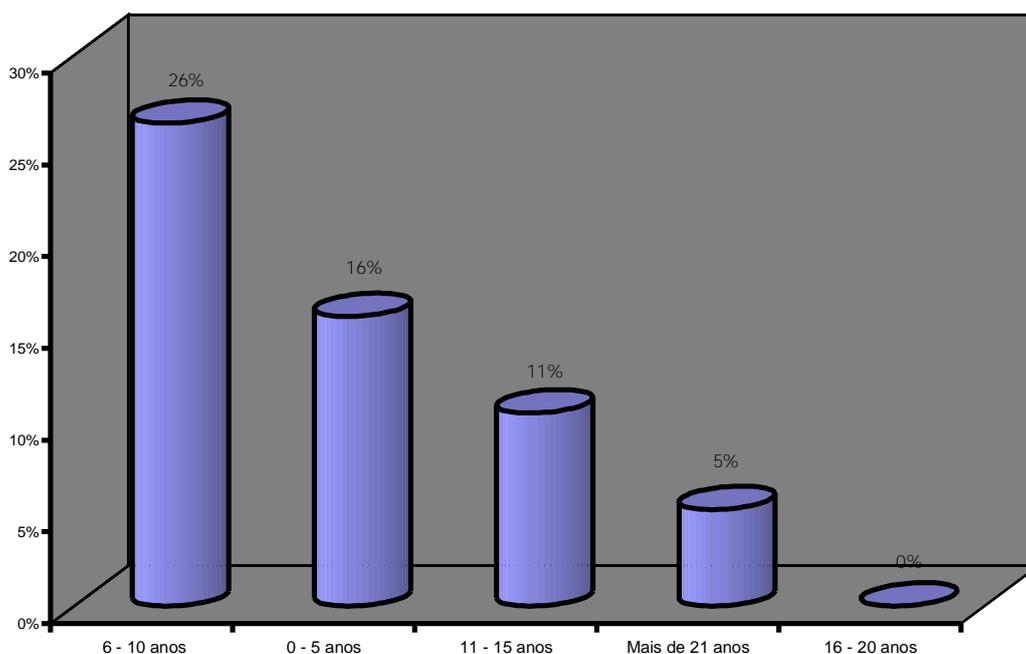


Gráfico 7 – Perfil do atendimento – Tempo de atuação na área da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo
Fonte: Dados da pesquisa

Estes dados revelam que, há pouco tempo, a maior parte das instituições atua com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes e turismo sexual. Por este motivo, nota-se que as instituições ainda buscam entender como ocorre o problema em Porto Seguro, pois têm dificuldades, por exemplo, em lidar com as vítimas, devido às complexidades do atendimento.

No que se refere aos números de atendimento mensal, o gráfico abaixo traz o total de atendimentos feitos durante todo o ano de 2007. As instituições que realizam este tipo de serviço, como CREAS/Sentinela, Conselho Tutelar, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Polícia Militar e Comissariado de Menores, lidam com problemas tais como: a violência sexual, o abuso sexual e a exploração sexual.

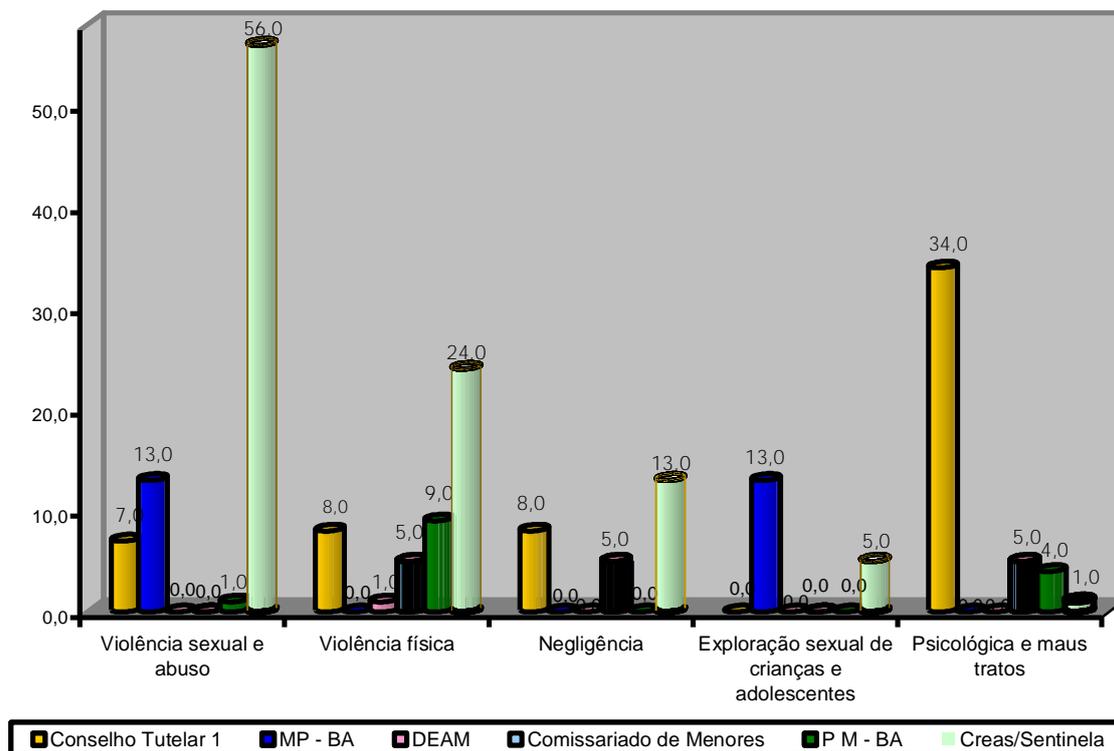


Gráfico 8 – Perfil de atendimento – Número de atendimentos em 2007

Fonte: Conselho Tutelar 1

De acordo com informações cedidas pelo Conselho Tutelar 1, das vítimas que chegaram à instituição em 2007, por mês, foram atendidos 34 casos de maus tratos, oito de negligência e sete de violência sexual ou abuso. A maior parte destas crianças está inserida nas classes sociais mais baixas, onde a família não possui estrutura para criar seus filhos; o resultado disso está demonstrado nos números de violência física, negligência, abuso sexual e exploração sexual apresentados.

Verifica-se que os números de violência física, negligência e abuso sexual são os mais relevantes, sendo o de exploração sexual muito reduzido. Esse resultado mostra a dificuldade de se obter esses dados, já que a rede de prostituição se utiliza, muitas vezes, dos equipamentos turísticos e é difícil pegá-los em flagrante.

As instituições entrevistadas responderam também ao questionamento sobre a relação do turismo sexual com o tráfico de drogas. O Ministério Público afirmou existir relação entre as duas práticas, principalmente porque a questão do entorpecente é um problema delicado. *“Na instituição existe... tem um número elevado de processos instaurados por conta do tráfico de entorpecentes, já foi*

verificado que há certo envolvimento com a exploração sexual e turismo sexual". A Polícia Rodoviária Estadual concorda com a fala do Ministério Público, assim como o CREAS/Sentinela que também visualiza a relação entre os dois problemas, pois

...normalmente a garota que está sendo explorada é viciada em craque, e isso acaba sendo uma forma de facilitar a comercialização da criança e da adolescente para fins sexuais. O pagamento dos serviços, na maioria dos casos, é realizado com a droga, o que acaba mantendo o vício da vítima.

O SOS Brasil também se refere à relação entre a exploração sexual e o tráfico de drogas. *"Nossas crianças estão viciadas em craque, e isso pode ser visto nas ruas de Porto Seguro".* O COMDICA relata que todas as crianças em situação de risco nas ruas de Porto Seguro estão envolvidas com o turismo sexual ou o tráfico de drogas. A 2ª Delegacia Circunscrição de Porto Seguro informa que o tráfico de drogas proporciona a facilitação de diversos outros crimes. Normalmente, o explorador vai buscar um combustível para estimular o turismo sexual e a exploração.

Em Porto Seguro, dos 70% dos crimes praticados na cidade, a principal motivação está no tráfico de drogas. Com isso, o uso do craque, cocaína, êxtase e LSD são apreendidos com frequência. Por este motivo, acredito que exista um vínculo entre exploração sexual e turismo sexual com o tráfico de drogas, porque são dois atrativos para o indivíduo que tem o perfil de consumir drogas, álcool e o sexo pago.

Para Weiner (2001, *apud* LIBÓRIO, 2004), a maioria dessas ações é realizada por adultos que utilizam violência, o abuso, a pornografia, a exposição intencional, e outros. O autor especifica que o abuso é uma atividade sexual ilegal e que envolve crianças e adolescentes menores de 18 anos. A violência física ocorre quando a vítima (crianças e adolescentes menores de 18 anos) é forçada a realizar o ato sexual.

Já a exploração sexual de crianças se refere a práticas nas quais uma pessoa adquire gratificação sexual, através do abuso ou da exploração da sexualidade de uma criança. No caso da exploração sexual comercial de uma criança, isto acontece tendo como principal objetivo questões financeiras e econômicas. Para Landini (2006), a violência sexual contra crianças e adolescentes abrange vários atos, como estupro,

atentando violento ao pudor, prostituição, pornografia e tráfico para fins sexuais. A partir disso, nota-se que a violência sexual, o abuso, a exploração sexual e a violência física estão interligadas com a questão do turismo sexual.

Esses problemas acabam incentivando as vítimas que, nesse caso, são crianças e adolescentes, a seguirem o caminho da marginalidade, se expondo à exploração sexual, ao tráfico de drogas, enfim, a tantas formas de obter algum dinheiro para conseguir se alimentar, vestir-se, enfim, ter o mínimo de condições para sobreviver.

Voltando à análise, a partir dos dados cedidos pelo Ministério Público, foram 13 os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no município, em 2007. Além disso, o mesmo número de casos continha violência sexual e abuso. Este número reduzido de casos de exploração sexual se dá devido à dificuldade de pegar o criminoso em flagrante, com isso, mesmo que ocorra a denúncia, se o fato não for comprovado com a prisão do criminoso, o fato não é considerado exploração e não é incluído no sistema.

Estas informações confirmam a posição de Faleiros (1997), cuja colocação é que o processo cumulativo de fragilização social condiciona a trajetória de grande número de crianças e adolescentes privados de comida, de casa, de proteção, de escola, com acentuação das relações intrafamiliares violentas, também facilitadas pelo alcoolismo e pela promiscuidade, pelo desemprego e pela frustração social que levam muitas delas a fazerem parte do mercado sexual, o que se trata de exploração sexual comercial.

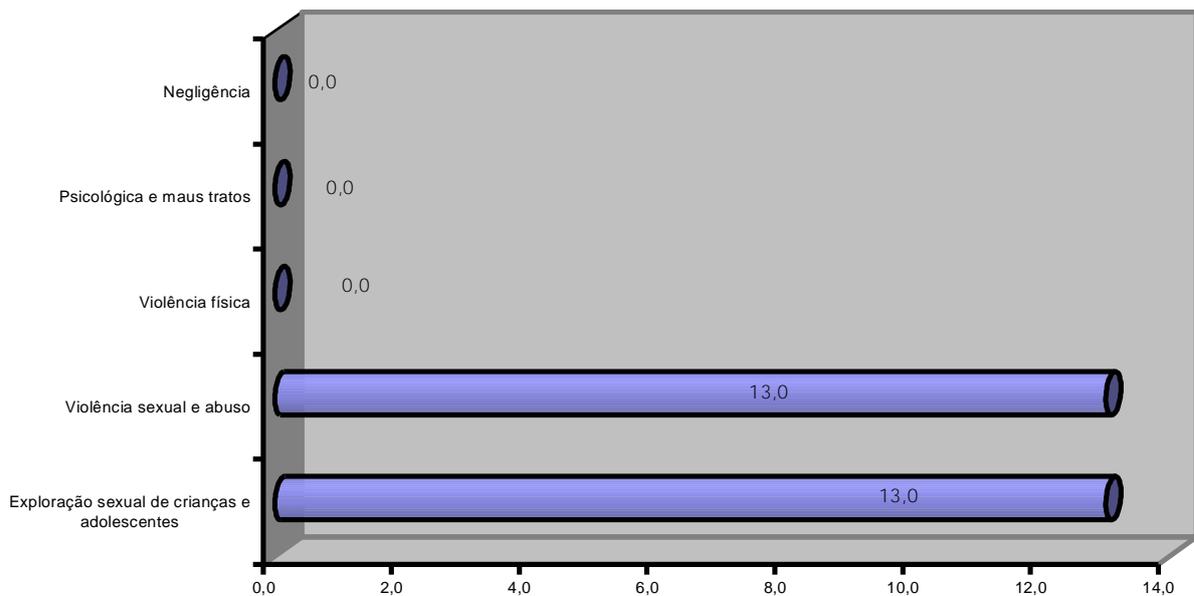


Gráfico 9 – Perfil do atendimento – Ministério Público
 Fonte: Ministério Público

No entanto, estes números indicam, segundo a representante da instituição em Porto Seguro, a dificuldade de se fazer o flagrante nos agressores, pois ficam dependentes apenas das informações advindas do Disque 100 e anônimas. Então, quando chega uma denúncia ao MP, os agentes são acionados para averiguação da veracidade dos fatos; porém, na maioria das vezes, não encontram pessoas no local ou não conseguem encontrar a vítima. Para que todo o processo seja realizado, quando se trata da exploração sexual, é preciso realizar o flagrante, o que é difícil de ocorrer em Porto Seguro.

A representante ainda informa que, devido ao baixo número de efetivo especializado atuando em conjunto com a instituição, estas investigações se tornam mais difíceis de serem concluídas, o que dificulta o andamento dos processos. Como a questão da exploração sexual é algo que acontece de forma velada no município, é necessária a atuação de agentes que tenham experiência nesse tipo de caso, para obter

mais informações, a partir das denúncias recebidas através do Disque 100, por exemplo.

O CREAS/Sentinela apresentou, em 2007, 56 casos de violência sexual e abuso, sendo 24 de violência física, 13 de negligência e cinco de exploração sexual de crianças e adolescentes. A coordenadora da instituição, em Porto Seguro, destaca que os números de casos de exploração sexual só não são maiores, devido à dificuldade de se constatar se realmente ocorreu o fato, já que para isso é necessário pegar o agressor em flagrante. Entretanto, com o baixo número de policiais e viaturas disponíveis, essa ação ainda está insuficiente.

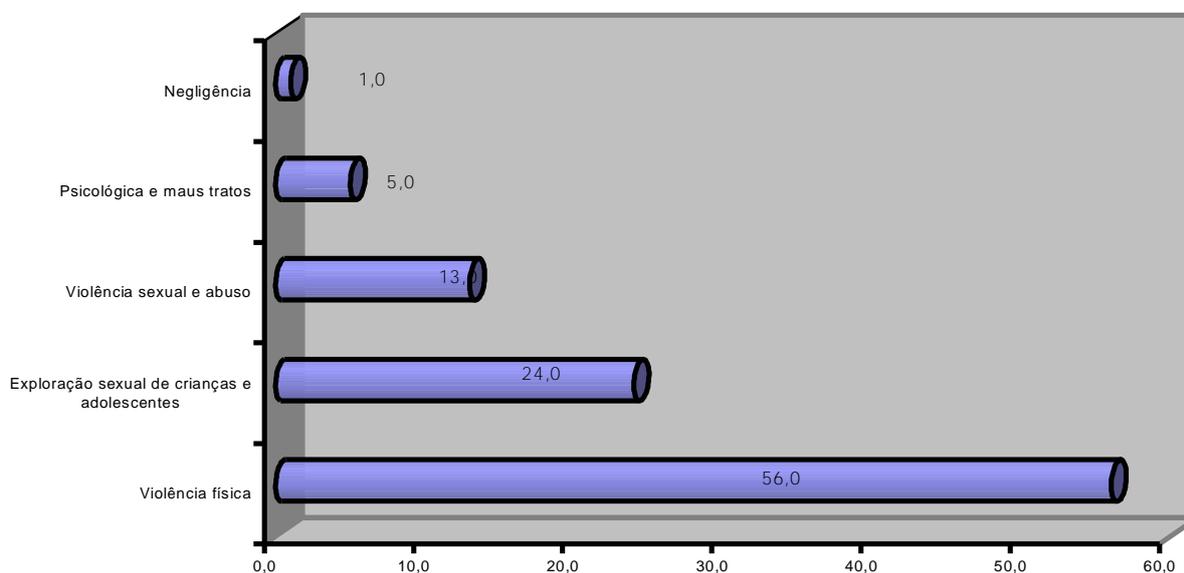


Gráfico 10 – Perfil de atendimento – CREAS/Sentinela
Fonte: CREAS/Sentinela

Por este motivo, chegam casos de crianças que disseram ter sido exploradas, mas não possuem fatos que comprovem o ato. Então, no momento da classificação, a vítima é incluída nos casos de violência sexual, já que o autor não foi encontrado. Através das atividades da instituição, familiares e vizinhos são ouvidos, mas, quando estas informações são passadas para a polícia, eles vão investigar e, na maioria das vezes, não encontram os suspeitos.

Além disso, o Conselho Tutelar 1 apresentou informações relevantes de atendimentos no ano de 2006, o que permitiu uma comparação com os dados

existentes de 2007. A partir desses dados, foi constatado que casos de maus tratos, violência sexual, violência física e exploração sexual de crianças e adolescentes ocorreram em maiores proporções, em 2006. Apenas os relacionados à negligência mostraram números significativos em 2007.

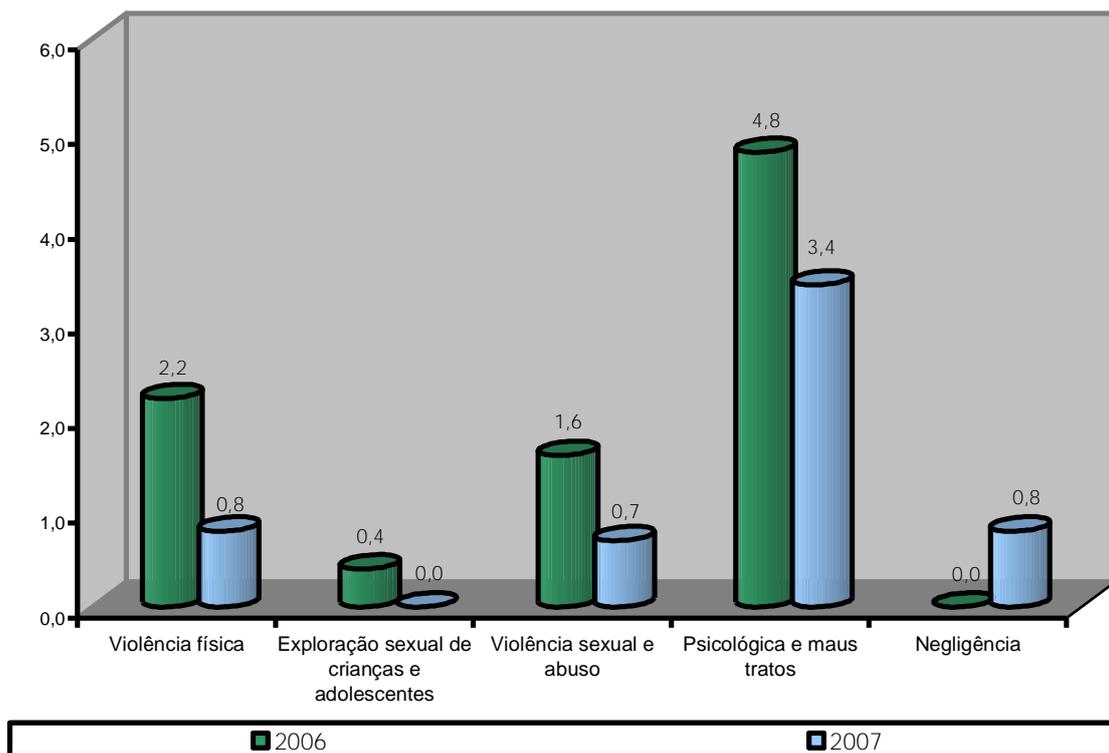


Gráfico 11 – Perfil do atendimento – Comparação dos atendimentos realizados mensalmente pelo Conselho Tutelar 1, durante os anos de 2006 e 2007

Fonte: Conselho Tutelar 1

É relevante inserir a posição dos entrevistados sobre a existência do turismo sexual em Porto Seguro. Para a DEAM, o problema existe, mas é visto de forma muito velada.

Na delegacia são atendidos casos de abuso sexual contra a criança, isso se deve inclusive à participação da sociedade, que passou a denunciar com mais frequência tanto através do Disque 100 como por denúncias que chegam ao Conselho Tutelar.

O Ministério Público relata que, a partir dos dados que são apresentados à instituição, é possível informar que em Porto Seguro o problema ocorre sim, sendo que o principal aspecto facilitador é que a cidade tem como características ser visitada por pessoas das mais variadas origens e de outras culturas, além de estar localizada no litoral, o que favorece a prática.

A Polícia Rodoviária Estadual diz que, no verão, muitas pessoas da própria comunidade ou de regiões circunvizinhas procuram ganhar dinheiro com o turismo, que é intenso em Porto Seguro nesta época; infelizmente, algumas seguem para a marginalidade. *“Nesse caso, as atividades mais comuns são turismo sexual e o tráfico de drogas. O turismo sexual pode ocorrer em Porto Seguro, por ser uma cidade de praia e possuir um estilo de vida mais alternativo”*. A ABIH concorda com a Polícia Rodoviária ao afirmar que existe o turismo sexual em Porto Seguro.

Além disso, o CREAS/Sentinela relata que, infelizmente, há um número insignificante de denúncias sobre o problema, mas todos sabem que, por Porto Seguro ser um pólo turístico, este problema pode ocorrer.

Já tivemos casos em que o agressor não efetuou o pagamento para a garota, e ela resolveu falar, então a polícia apareceu, por conta do escândalo. Outro caso que aconteceu no município e que está sendo investigado é a possibilidade de que determinadas pousadas e hotéis estavam recebendo crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual.

O SOS Brasil afirma que o problema existe desde a orla, quando meninas se apresentam em trajes que expõem o corpo e carros param, com o objetivo de abordá-las. Nas praias, estas meninas passam e se oferecem aos turistas. A 2ª Delegacia Circunscricional se posiciona informando que realmente o problema existe, mas que é de difícil constatação.

Para a OAB, a prática do turismo sexual pode ser observada, pois é comum ver estrangeiros com meninas de Porto Seguro, com idades que variam de 11 a 10 anos. *“Já soubemos que havia uma casa que trazia crianças virgens para que os agentes comercializassem”*. A Polícia Militar complementa o depoimento da OAB ao relatar que, nas barracas de praia, é possível encontrar adolescentes que expõem seus corpos com roupas sumárias, tendo como pano de fundo as músicas e danças sensuais

apresentadas. Outro local é a Praça da Pitangueira, onde a polícia por várias vezes já tentou combater a prostituição no local, principalmente a exploração sexual.

Tentamos retirar estas crianças e adolescentes das ruas e encaminhamos aos órgãos competentes, principalmente para a delegacia de polícia civil. No entanto, após alguns dias vemos as mesmas crianças e adolescentes de volta às ruas.

Além disso, alguns agentes de turismo ficam na entrada da cidade e, se o turista estiver interessado no turismo sexual, eles fornecem informações e encaminham para os locais específicos. Sobre a rede de prostituição, a Polícia Militar diz que não se pode dizer que existe, mas informa que o campo é propício.

No entanto, o COMDICA se posiciona de forma contrária, ao destacar que o turismo sexual não ocorre em Porto Seguro. Apenas acontecem casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, mas de forma velada. A Secretaria de Turismo também afirma que o problema não ocorre no município. Seguindo esta mesma linha, o *Convention Bureau* afirma que o turismo sexual não é um problema presente em Porto Seguro.

Em relação aos denunciadores, a maior parte das denúncias parte de vizinhos, o que demonstra a consciência da população sobre a importância desse ato. 22% são realizadas por outros – são as denúncias anônimas. Além disso, os pais, as mães, os parentes e o Disque 100 estão todos com 17%, o que significa que estão no mesmo nível, quando se trata da quantidade de denúncias realizadas.

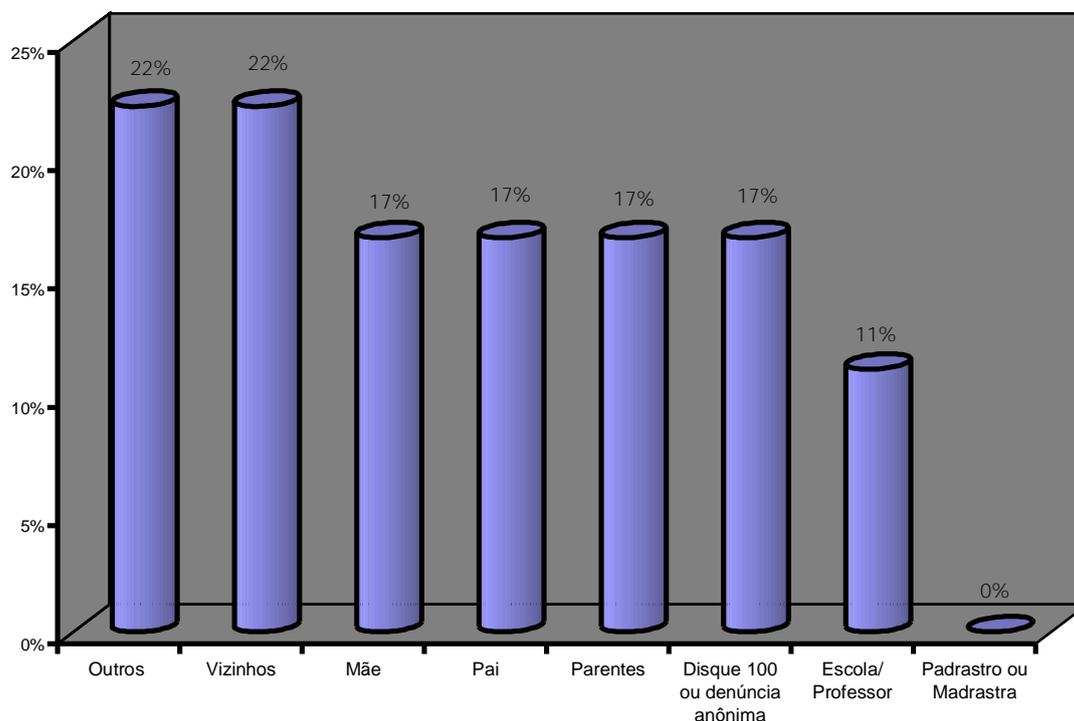


Gráfico 12 – Perfil do atendimento - Denunciantes
Fonte: Dados da pesquisa

Miranda (2006) informa que, entre os anos de 2003 a 2006, constatou-se o aumento do número de denúncias, em todos os Estados. Com isso, a proporção de número de denúncias de violência sexual infanto-juvenil por cada grupo de 100 mil habitantes em todos os Estados Brasileiros apresentou relevante crescimento. Na Bahia, os três municípios que apresentaram maior índice de denúncias são: Feira de Santana, Salvador e Porto Seguro. A partir do Disque 100, a sociedade em geral passou a denunciar o problema, ajudando as autoridades a investigar e tentar coibir estas práticas criminosas.

No entanto, mesmo com o Disque 100, existe o problema das denúncias anônimas que mobilizam a polícia, mas que na maioria dos casos os criminosos não são encontrados. Isso ocorre em muitos casos pelas denúncias serem falsas e também pela falta de viaturas voltadas para este fim, pois quando conseguem chegar ao local, já é tarde demais.

Sobre a composição dos profissionais que atua nas instituições pesquisadas, a maioria, 26%, possui de 6 a 10 funcionários atuando nas áreas de serviços prestados.

26% possuem de 1 a 5 profissionais trabalhando na instituição.

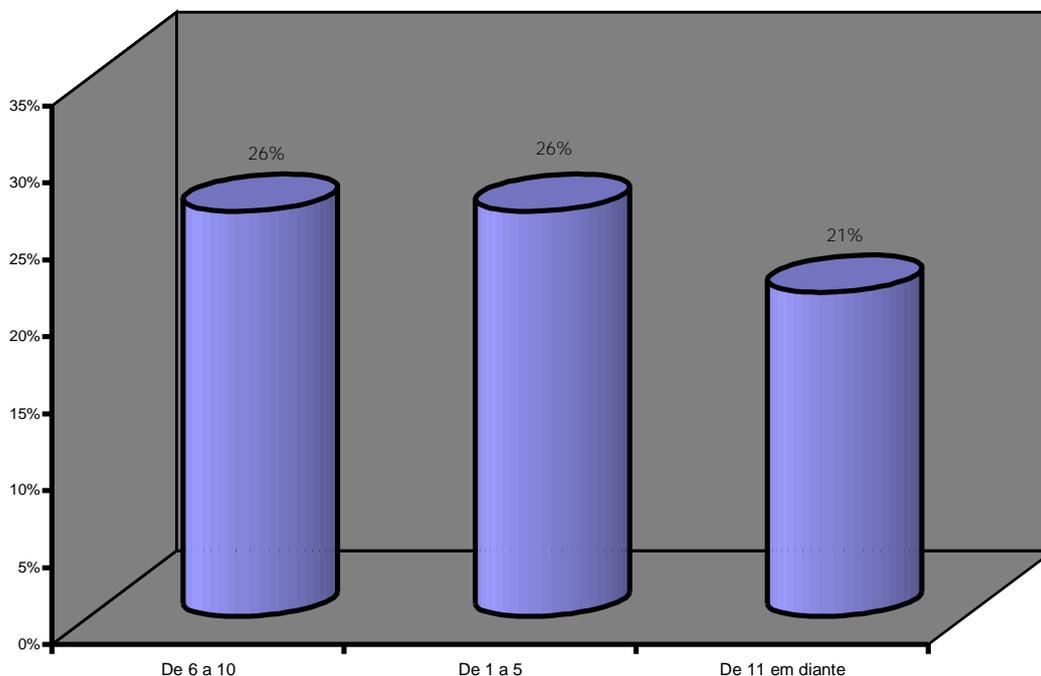


Gráfico 13 – Perfil do atendimento – Número de profissionais
Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o nível de escolaridade dos profissionais das instituições, os resultados mostram que a maior parte destes profissionais tem pós-graduação completa e nível superior completo. Esta informação é importante, pois demonstra que o problema está sendo combatido por pessoas com nível superior completo, principalmente por se tratar de temas complexos, onde o entendimento amplo é fundamental para verificar sua existência e coibir suas práticas. A maior parte é juiz, promotor, delegado, advogado, psicólogo, especialista em turismo, educador, assistente social, dentre outros profissionais.

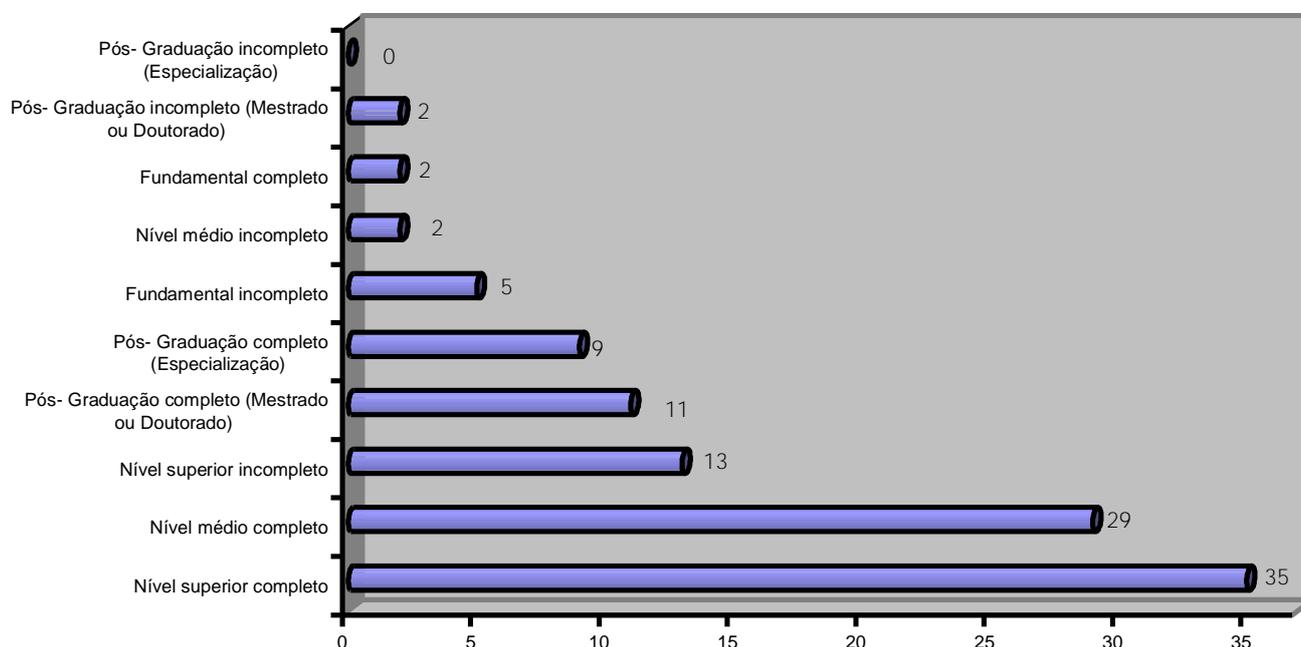


Gráfico 14 – Perfil do atendimento – Nível de escolaridade dos profissionais que atuam nas instituições entrevistadas
Fonte: Dados de pesquisa

As instituições que possuem o maior número de profissionais (35 funcionários) com nível superior completo são a DEAM, a DELTUR, a 2ª Del. Circunscricional, o COMDICA, a OAB, a ABIH e o *Convention Bureau*. As que possuem a maior parte dos funcionários, 29 pessoas, com nível médio completo são: 1ª Companhia da Polícia Rodoviária Estadual e *Convention Bureau*.

Em relação aos encaminhamentos realizados em casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo ou turismo sexual, foi construído um fluxograma para facilitar o entendimento do processo – a partir das informações das ações de cada instituição. O Disque 100 é fundamental no início dos encaminhamentos em Porto Seguro, nos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, pois a maior parte das denúncias é recebida através desta iniciativa. As denúncias referentes a Porto Seguro são encaminhadas para o Ministério Público da cidade e para o CREAS/Sentinela.

Na realidade, antes de chegar ao Ministério Público de Porto Seguro, as

denúncias são recebidas pelo Disque 100, que tem sede em Brasília. Lá, as informações são distribuídas por Estados. Com isso, as denúncias chegam ao Ministério Público do Estado da Bahia, que possui a Coordenadoria Centro de Apoio e Orientação as Promotorias de Justiça (CAOPJ). Este órgão é responsável por encaminhar, por protocolo, detalhes sobre o fato para a cidade onde o mesmo ocorreu.

Já o CREAS/Sentinela recebe a denúncia pelo Disque 100 ou anônimas. Quando a vítima chega à instituição, notifica o Conselho Tutelar. Em seguida, a vítima recebe o apoio de psicólogos e assistentes sociais do próprio CREAS, além de ser encaminhado para pediatras, setor DST e psicólogos da Secretaria de Saúde. Em seguida, é matriculada em uma escola para que tenha acesso à educação e também vai para o Centro de Referência à Assistência (Programa Geração de Renda), juntamente com a família. A advogada do CREAS fica com a parte jurídica do processo. Nesta etapa, o Conselho Tutelar também está presente. Quando há suspeita de exploração sexual, o caso é encaminhado para o Ministério Público, além disso, a Delegacia de Polícia Civil é notificada para que investigue o caso.

Ao receber a denúncia, o Conselho Tutelar aciona a Polícia Civil, a DEAM e o conselheiro tutelar. Se o fato for confirmado, a vítima é enviada para a DEAM, onde será expedida a guia para se fazer o exame de corpo delito; logo em seguida, a vítima segue para o CREAS/Sentinela, onde terá apoio psicológico. Em alguns casos, a criança ou o adolescente pode ser encaminhado para um abrigo.

Já a DEAM, ao ter conhecimento do caso, registra o boletim de ocorrência, solicita apoio psicológico do CRAS para que acompanhe as declarações da vítima, expede guia médico legal, instaura procedimento policial e ouve familiares. Além disso, intima e interroga o autor.

Quando tem acesso à denúncia, o COMDICA encaminha para o Conselho Tutelar para que o caso seja verificado. O Comissariado de Menores leva a vítima para a 2ª Delegacia Circunscricional, não deixando de acionar a Polícia Militar e o Conselho Tutelar. A 2ª Delegacia tenta resolver o caso internamente com apurações dos fatos.

A DELTUR, quando recebe uma denúncia, encaminha a vítima para realizar exames de corpo delito, quando está acompanhado por um responsável. A OAB – Porto Seguro pede abertura de processos, quando o fato chega ao órgão. A 1ª

Companhia de Polícia Rodoviária procede encaminhando o caso para a 2ª Delegacia Circunscricional. O mesmo procedimento é realizado pela Polícia Militar, que leva o agressor, quando é pego em flagrante, e a vítima para a 2ª Delegacia Circunscricional, não deixando de acionar o Conselho Tutelar.

As outras instituições entrevistadas disseram não fazer encaminhamentos nesse caso. São elas: Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, SOS Brasil, Instituto Tribos Jovens, Secretaria Municipal de Turismo, ABIH e *Convention Bureau*.

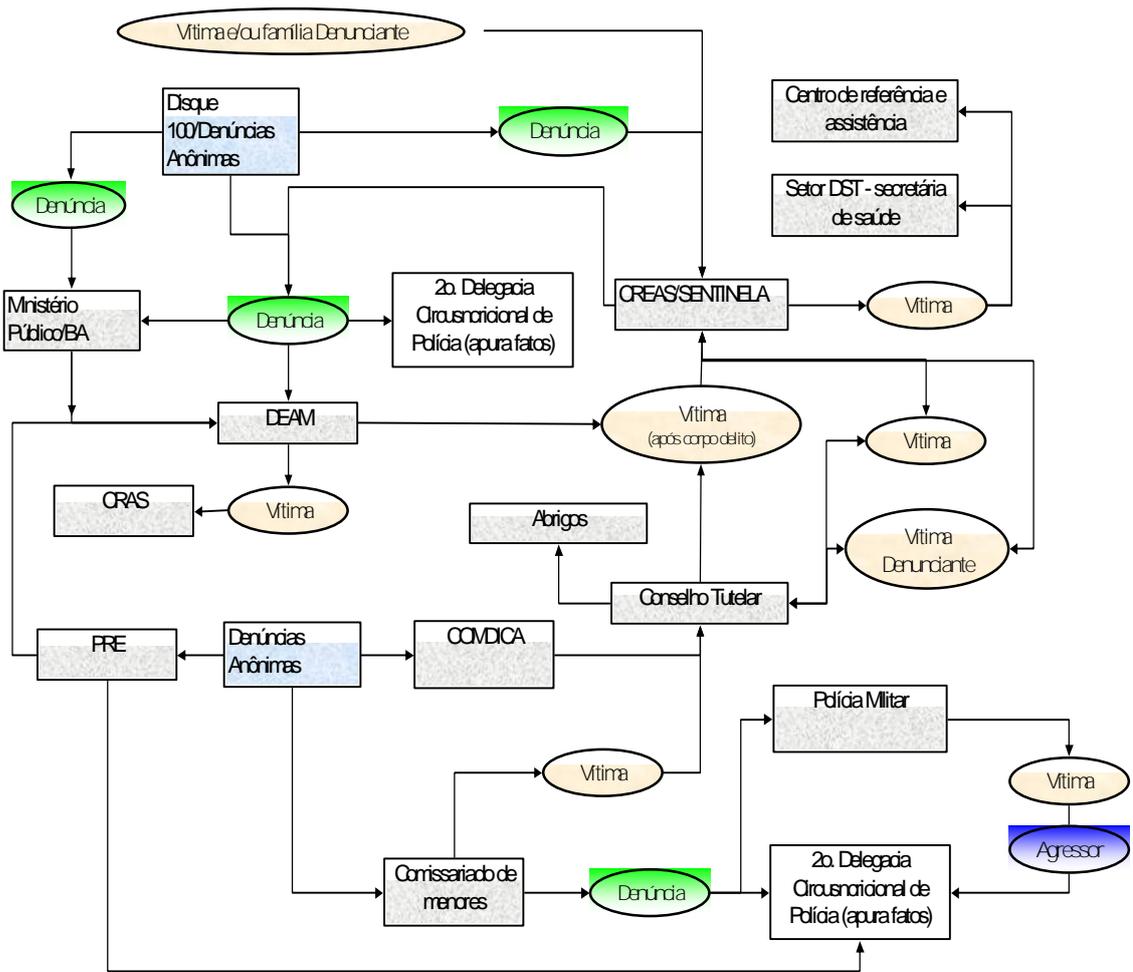


Gráfico 15 – Fluxograma – Encaminhamentos realizados em casos de Exploração sexual de crianças e Adolescentes

Fonte: Dados de pesquisa

As instituições informaram, ainda, as maiores dificuldades apresentadas. Para 44%, faltam recursos suficientes para a manutenção da instituição. 33% disseram que o problema está no número reduzido de profissionais capacitados ou concursados, além de mais efetivo, ou seja, policiais atuantes. Essas dificuldades precisam ser destacadas, porque sem a casa abrigo os órgãos ficam impossibilitados de abrigar a vítima temporariamente, enquanto investigam o caso. No caso dos recursos financeiros, é muito complicado trabalhar no combate contra a rede de prostituição sem equipamentos específicos, efetivo, viaturas, computadores, dentre outros.

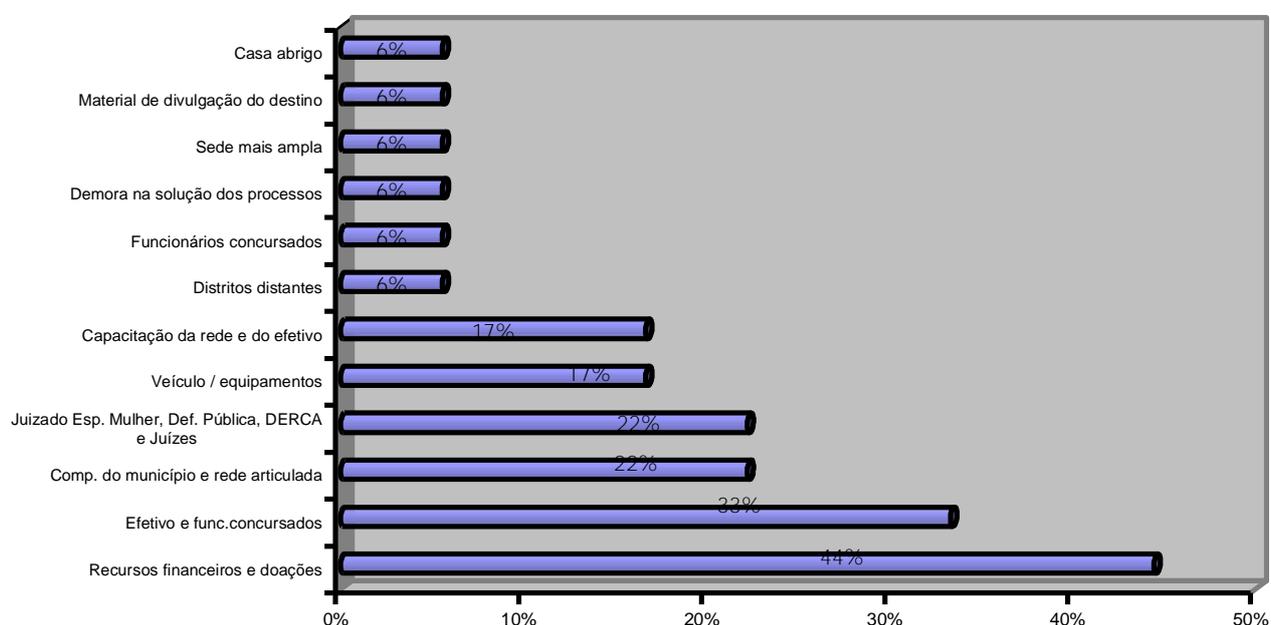


Gráfico 16 – Perfil de atendimento - Dificuldades das instituições
Fonte: Dados de pesquisa

A ausência de uma rede articulada foi a resposta de 22% das instituições entrevistadas, sendo que 22% também indicou que o município necessita da Delegacia Especializada no Atendimento a Crianças, Juizado Especial da Mulher, mais uma Defensoria Pública e presença de outros juízes. A maioria destacou a falta de recursos, ou seja, as seguintes instituições: SOS Brasil, OAB, Secretaria Municipal de Turismo, PM, COMDICA, 2ª Delegacia Circunscricional, Comissariado de Menores e 1ª Comp. PRE. No quesito mais funcionários concursados, a DELTUR, o CREAS/Sentinela, a DEAM, a PRF, a 2ª Del. Circunscricional e a 1ª Comp. PRE

concordaram que faltam mais policiais atuando nas ruas de Porto Seguro.

4.1 – ANÁLISE DE REDES

As ciências sociais se apropriam da noção de rede com a finalidade de deslocar sua análise dos indivíduos e atributos para “as relações que se estabelecem entre si” (MARTINS, 2006). As redes são utilizadas para compreender a forma como os indivíduos se relacionam e como isso interfere no comportamento individual de cada um. Para Fontes (2004, *apud* Martins, 2006), a noção de rede social tem como papel principal dar ênfase ao capital social que os indivíduos possuem para ter acesso aos seus recursos, isto é, as redes permitiriam aos atores sociais formar um estoque de capital social com a finalidade de mobilizar recursos.

Para verificar o funcionamento da rede de enfrentamento no município de Porto Seguro, foram feitas perguntas sobre a relação entre as instituições entrevistadas, baseadas na metodologia das redes sociais, e as citadas por elas, se elas se conhecem ou não, e se há ou não parceria entre elas. As informações foram coletadas através do questionário (Anexo 1) respondido pelos representantes das 19 instituições.

Nas respostas sobre qual a instituição em Porto Seguro tem maior representatividade no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, os 19 representantes das instituições de Porto Seguro citaram as seguintes instituições:

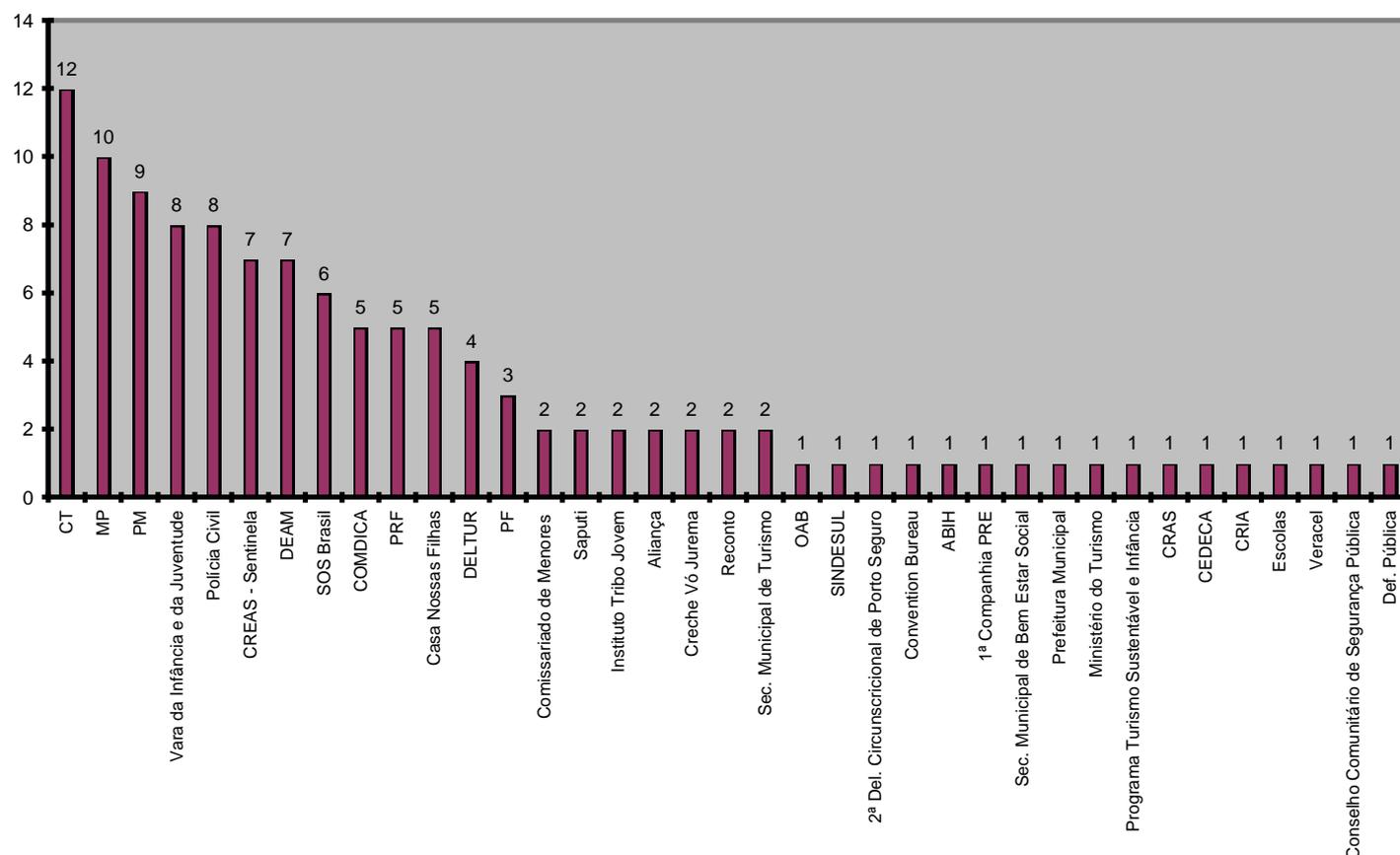


Gráfico 17 – Instituições mais citadas

Fonte: Dados de pesquisa

Verifica-se que a instituição mais citada foi o Conselho Tutelar, com 12 indicações. Em seguida, está o Ministério Público com 10 citações. A Polícia Civil e o Juizado da Infância e do Adolescente empataram com oito referências das instituições entrevistadas. Já a DEAM e o CREAS/Sentinela tiveram sete indicações. Com seis referências ficou o SOS Brasil.

Na tabela 01, as instituições se posicionaram sobre o conhecimento entre elas, ou seja, se elas se conhecem ou não. Na coluna 1, estão as 19 instituições entrevistadas e na primeira linha as citadas por elas como sendo atuantes no combate à exploração sexual e turismo sexual. Nesse sentido, o zero significa que não se conhecem, enquanto o número 1 indica que existe o conhecimento entre ambas.

Nota-se que o Ministério Público conhece os representantes do COMDICA, Conselho

Tutelar, Saputi, Polícia Militar, Polícia Civil, DEAM, Polícia Federal e Prefeitura Municipal. O COMDICA conhece o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o SOS Brasil, o CREAS/Sentinela, a Polícia Civil e a DEAM. Enquanto que o Conselho Tutelar informa que conhece o Ministério Público, Saputi, SOS Brasil, CREAS/Sentinela, Casas Nossas Filhas, Creche Vó Jurema e Reconto.

Em seguida, o processamento da matriz (Tabela 01), feito através de software e análise de redes produz o seguinte diagrama (Gráfico 17). Na figura, é possível visualizar as relações de conhecimento entre as instituições entrevistadas e as citadas como importantes na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Como são os mais citados, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Polícia Militar e o Juizado da Infância e do Adolescente estão envoltos em uma maior quantidade de setas e linhas, pois várias outras instituições as citaram e informaram se conhecerem.

Estes resultados mostram que a instituição que está à frente de toda a rede social que atua no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e o próprio turismo sexual, quando envolve o tráfico de mulheres ou o tráfico de drogas, é o Conselho Tutelar. Isso não afirma que as outras instituições não são atuantes, muito pelo contrário, cada uma tem sua representatividade nesta luta. Na realidade, o Conselho Tutelar atua de forma mais próxima à comunidade, por isso consegue resolver casos de exploração sexual ou abuso sexual, dentre outras questões relacionadas, que chegam ao seu conhecimento. Além do mais, o Conselho Tutelar possui mais ligação com a Polícia e todas as outras por estar, com frequência, lidando com estes casos.

	MP	COMDICA	CT	Comissariado de Menores	DELTUR	OAB	Saputi	PRF	SINDESUL	PM	2ª Del. Circunscriçional de Porto Seguro	Instituto Tribo Jovem	Convention Bureau	SOS Brasil	CREAS - Sentinela	Aliança	ABIH	1ª Companhia PRE	Casa Nossas Filhas	Vara da Infância e da Juventude	Sec. Municipal de Bem Estar Social	Polícia Civil	Creche Vó Jurema	DEAM	PF	Prefeitura Municipal	Reconto	Sec. Municipal de Turismo	Ministério do Turismo	Programa Turismo Sustentável e Infância	CRAS	CEDECA	CRIA	Escolas	Veracel	Conselho Comunitário de Segurança Pública	Def. Pública			
MP	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
COMDICA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CT	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissariado de Menores	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEAM	1	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DELTUR	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PM	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2ª Delegacia Circunscriçional de Porto Seguro	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sec. Municipal de Turismo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituto Tribo Jovem	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	
Sec. Municipal de Educação	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Convention Bureau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOS Brasil	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CREAS - Sentinela	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ABIH	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ª Companhia PRE	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Vara da Infância e da juventude	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OAB	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	

Tabela 02 – Perfil das redes - Conhecimento

Fonte: Dados de pesquisa, 2008

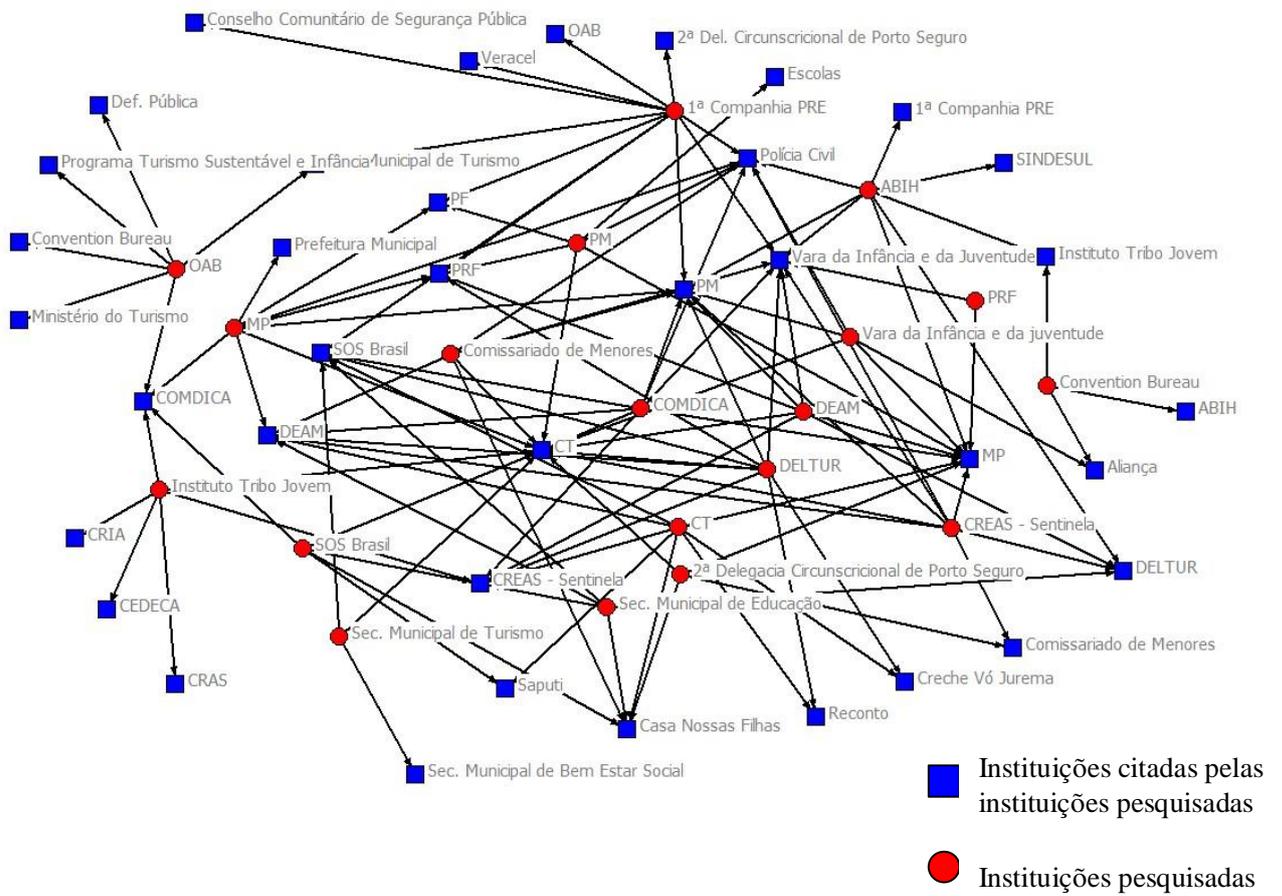


Gráfico 18 – Diagrama de redes da relação do conhecimento mútuo entre as instituições. –
 Fonte: Dados de pesquisa, 2008

Em relação à tabela 02, pode-se ver que as instituições entrevistadas responderam se tem ou não relações de parceria com as instituições citadas. A coluna são as instituições entrevistadas e na primeira linha estão as citadas. O zero significa que não existe parceria e o número 1, que há parceria entre elas.

Com isso, verifica-se que o Ministério Público tem relações de parceria com o COMDICA, Conselho Tutelar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, CREAS/Sentinela, Polícia Civil, DEAM, Polícia Federal e Prefeitura Municipal. Já a DEAM trabalha em conjunto com o Ministério Público, o Conselho Tutelar, a DELTUR, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, o CREAS/Sentinela e o Juizado da Infância.

A partir disso, o processamento da matriz (Tabela 02) através de software e análise de redes resulta no seguinte diagrama (Gráfico 19). Ele mostra que o Ministério Público, o CREAS/Sentinela, o Conselho Tutelar e a Polícia Militar são parceiros na rede, pois várias instituições entrevistadas fizeram referência a tais instituições como importantes parceiros na luta contra a exploração de crianças e adolescentes.

Em relação à rede de enfrentamento, as instituições entrevistadas se posicionaram sobre como ela atua em Porto Seguro. O MP, por exemplo, informa que a rede é articulada na cidade, pois várias instituições trabalham em parceria.

No entanto, o principal problema que é a atuação da prefeitura, que por conta de não entender seu papel de gestor municipal na política básica de atendimento que está presente no ECA, acaba não atuando com efetividade.

Já o CREAS/Sentinela afirma que esta rede ainda está sendo formada, pois o CREAS, por exemplo, está atuando em Porto Seguro há um ano e oito meses. *“Então, não é possível afirmar se esta rede está configurada, ou seja, preparada para o trabalho na luta contra a exploração sexual”*. A representante da instituição acrescenta que a rede precisa estar voltada para coibir a prática, mas para isso deve ser capacitada, principalmente visando trabalhar a família para que tenha consciência de que lugar da criança é na escola e em casa ao lado dos pais. *“Não conheço nenhuma criança que esteja na situação de exploração ou abuso que esteja feliz, saudável mentalmente e fisicamente”*.

Para o COMDICA, a rede está apenas se formando. A representante explica que

existe a rede e também o sistema. A rede liga todos os pontos, ou seja, instituições que trabalham com a questão. Entende-se que é muito mais eficaz o trabalho em rede do que o sistema. Já o sistema funciona de forma mais burocrática, pois cada um encaminha o problema para o outro, no sentido de buscar soluções, a partir da sua atuação específica. Este sistema é importante para que não haja desvio de funções de uma instituição para outra, pois todos devem conhecer o seu trabalho para coibir o problema.

A Polícia Militar assegura que a rede consegue amenizar o problema. No entanto, uma das principais deficiências da rede é a falta de mais policiais para que atuem na parte da investigação; além disso, os papéis de cada instituição precisam ser exercidos de acordo com suas responsabilidades, não passando para outra um serviço que seria de sua atribuição. A Polícia Rodoviária Estadual fala da importância da rede, pois o problema passa a ser discutido por instituições federais, estaduais e municipais, através da comunicação entre elas. Para isso, é necessário que exista um conselho com reuniões semanais, para troca e atualização de informações. Ele acrescenta ainda que uma rede de prostituição atua em Porto Seguro, principalmente na parte da orla da cidade, próximo à praça da Pitangueira. *“Não conseguimos saber ao certo quem faz parte desta rede, mas observamos que frequentemente há um número de crianças e adolescentes no local, envolvidas com a exploração sexual”*.

Para a ABIH, a rede é articulada em Porto Seguro e a sua importância é coibir a exploração de crianças e adolescentes a médio e longo prazo. O *Convention Bureau* reconhece a importância de existir uma rede que lute contra o problema, além disso, a Secretaria Municipal de Turismo acrescenta que é fundamental a presença da rede de solidariedade, pois, se todos estiverem envolvidos, o combate ocorre com mais efetividade e os melhores resultados são obtidos.

Contudo, para a Delegacia Circunscrição a rede não é articulada.

Há dois anos trabalhando em Porto Seguro, posso afirmar que a rede não atua de forma eficiente, se não fosse o compromisso pessoal de algumas pessoas envolvidas nesse processo, estaria em sérios apuros para encaminhar uma criança que esteja envolvida em uma situação de exploração sexual. É preciso avançar muito, em termos e rede de apoio, de políticas públicas, enfim em fazer valer o ECA.

Além disso, a OAB também acredita que a rede não é articulada, pois não conseguiram trazer a Delegacia Especializada em Crianças e Adolescentes (DERCA) para

Porto Seguro, não existem fiscais nas praias, além de não ter ainda polícias comunitárias que atuem na porta dos colégios, na passarela, nas praias e outros locais, onde o problema ocorre. Para a representante da instituição, existem diferenças entre a rede de enfrentamento que seria uma milícia comunitária de combate direto, e a de responsabilização que é formada pelos órgãos responsáveis pela parte da defesa, através de processos.

A SOS Brasil também concorda que não há articulação entre os atores da rede. *“Acho que as pessoas têm medo de assumir este tipo de responsabilidade, por isso se tornam omissos. Todos têm a obrigação de, ao ver acontecer este tipo de problema, lutar contra”*. Para a Secretaria Municipal de Educação, a rede serve para identificar os casos e encaminhar as vítimas aos órgãos competentes.

Enfim, as instituições colocaram suas posições a respeito de como seria possível coibir o problema da exploração sexual no turismo. Para o Ministério Público, é importante trabalhar com a prevenção e isso já é feito a partir da atuação do Conselho Tutelar e do Comissariado de Menores e da Polícia Rodoviária no combate ao transporte de crianças e adolescentes de maneira irregular (já que podem ser transportadas para fins de exploração). No entanto, resolver o problema é uma utopia, principalmente porque o problema é causado por questões relacionadas à educação, social, ausência de recursos, dentre outras. Sendo assim, é necessário um maior comprometimento de todas as instituições que estão em rede.

O CREAS acredita que as famílias dessas crianças e adolescentes precisam ter conhecimento sobre os problemas ocasionados pela exploração sexual no turismo, principalmente aquelas que residem em bairros mais carentes.

Com a chegada do CREAS em Porto Seguro, estamos trabalhando para que haja uma mudança de comportamento e as formas de olhar para as nossas crianças e adolescentes, a partir de palestras, seminários, dentre outros eventos.

Já a Delegacia Circunscricional de Porto Seguro enfatiza que somente a repressão policial não é suficiente. A exploração sexual é estimulada em virtude da desigualdade social, uma vez que o Estado não é eficiente para desenvolver programas de inclusão social e afirmação de cidadania, o que tem como consequência toda uma geração vulnerável a este tipo de exploração, reprovável e degradante.

Não é somente a questão do turismo sexual, é toda uma condição de degradação humana e desestruturação de família. O adolescente não tem educação, nem saúde, segurança, enfim, nenhuma perspectiva, então passa a fazer opções de sobrevivência, a partir do consumo e comercialização de drogas, enfim, se inserem em um contexto de falta de esperança.

Para a Polícia Militar, é necessária a participação de toda a sociedade, para que o combate não se restrinja apenas à atuação policial. Já o COMDICA acredita que é importante serem colocados em prática projetos de conscientização, para que toda a comunidade reconheça as consequências reais destas práticas. De sua parte, o SOS Brasil acrescentou que são necessárias políticas públicas, não deixando de lado a atuação dos empresários locais, pois tentar coibir o turismo sexual ajuda a manter a imagem do lugar onde investem. Enfim, para o Juizado da Infância e do Adolescente, a exploração sexual no turismo é um problema social que tem que ser resolvido em várias esferas. Ao Judiciário cabe o lado da repressão, ou seja, atua no crime já praticado. Por fim, as demais instituições não responderam a esta pergunta de forma específica, mas nas entrelinhas dos seus depoimentos reconhecem que é preciso trabalhar em rede para combater este problema.

	MP	CONDICA	Conselho Tutelar	Comissariado de Menores	DELTUR	Saputi	PRF	SINDESUL	PM	2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro	Instituto Tribo Jovem	Convention Bureau	SOS Brasil	CREAS - Sentinela	Aliança	ABIH	1ª Companhia PRE	Casa Nossas Filhas	Vara da Infância e da Juventude	Sec. Municipal de Bem Estar Social	Polícia Civil	Creche Vó Jurema	DEAM	PF	Prefeitura Municipal	Reconto	Sec. Municipal de Turismo	Ministério do Turismo	Programa Turismo Sustentável e Infância	CRAS	CEDECA	CR/A	Escolas		
MP	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0		
COMDICA	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Conselho Tutelar	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Comissariado de Menores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DEAM	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DELTUR	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PM	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2ª Delegacia Circunscricional de Porto Seguro	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sec. Municipal de Turismo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituto Tribo Jovem	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	
Sec. Municipal de Educação	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Convention Bureau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOS Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CREAS - Sentinela	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ABIH	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ª Companhia PRE	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara da Infância e da Juventude	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OAB	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	

Tabela 03 – Parcerias
Fonte: Dados de pesquisa, 2008

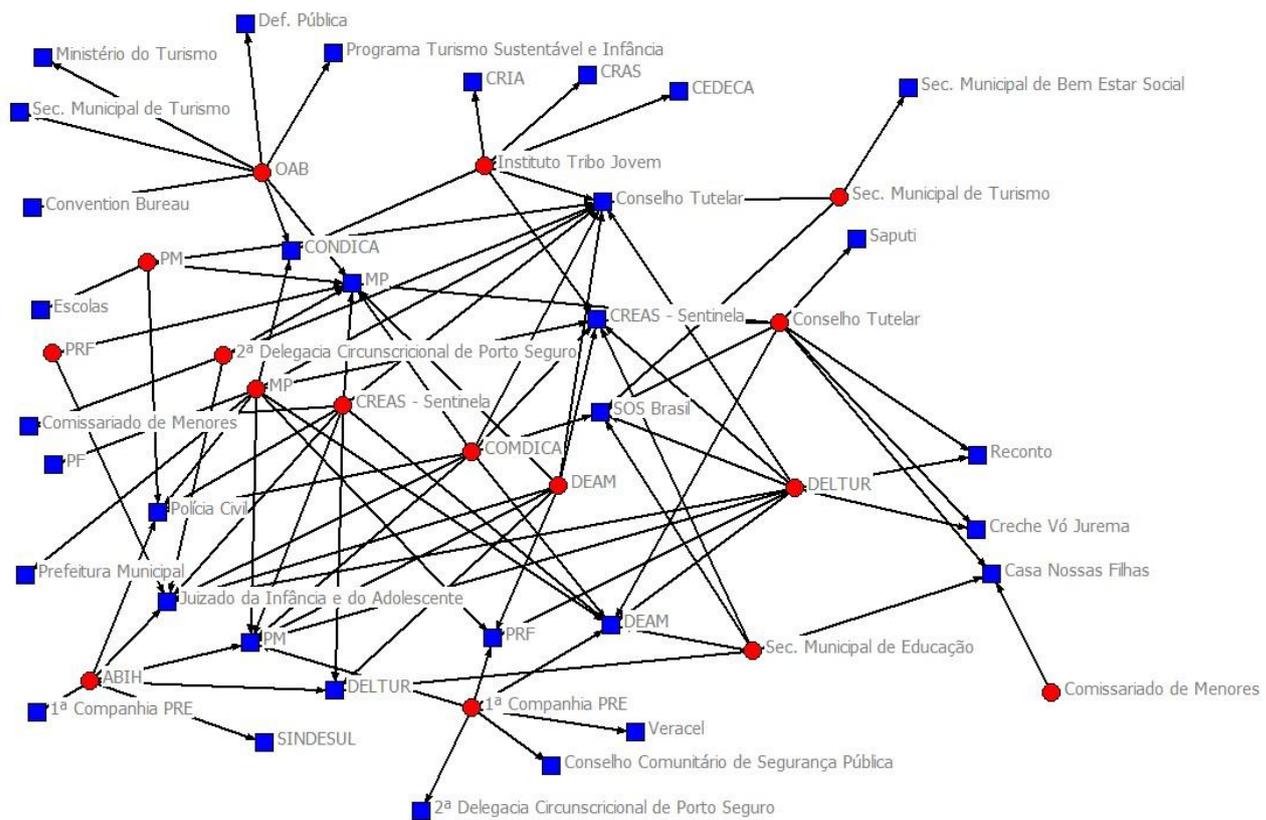


Gráfico 19 – Relações de parcerias entre as instituições.
 Fonte: Dados de pesquisa, 2008

Após toda esta análise, verifica-se que a rede existe sim, mas ainda se encontra em formação, não atuando da forma ideal, ainda. No entanto, para que isso ocorra é necessário mais compromisso, apoio do poder público estadual e municipal, além de melhores condições para que esta atuação seja mais qualificada. A maioria das instituições atua em todo o município de Porto Seguro, mas não possui infraestrutura adequada, pois trabalha sem carros, computadores, sem acesso à internet, com o quadro de profissionais reduzido, além de a maioria não possuir condições ideais de trabalho, no que se refere à estrutura física.

Outro aspecto de destaque nesta pesquisa foi que, mesmo recebendo recursos federais, estaduais e até do próprio município, percebe-se que os mesmos são insuficientes para suprir as necessidades mais básicas para a manutenção da instituição. Além disso, mesmo com as parcerias, elas não conseguem resolver problemas como adquirir mais computadores, pois outras prioridades são resolvidas com estes recursos como, por exemplo, oferecer alimentação ou abrigo a uma criança que sofreu violência doméstica, quando não se encontra espaço nas creches especializadas. Em relação ao tempo de atuação na luta contra a exploração sexual, a pesquisa apresentou que, há apenas 10 anos, o problema vem sendo trabalhado em Porto Seguro. Este resultado também pode explicar porque as instituições ainda estão tentando se articular para lidar com esta questão.

Verificando o número de atendimentos em Porto Seguro, observa-se que os casos de violência sexual, abuso e violência física são os mais representativos, sendo o de exploração sexual ainda insignificante. Esse resultado, na realidade, revela que para se ter comprovado um caso de exploração é preciso que a polícia consiga prender o criminoso em flagrante, e isso é muito difícil, já que quando se recebe uma denúncia, ao chegar ao local, o agente (explorador), na maioria dos casos, não é encontrado. Além disso, existe ainda falta de registros nas instituições sobre estes casos, por não possuírem banco de dados. Isto é, de todas as instituições entrevistadas, apenas o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o CREAS possuem essas informações organizadas.

Mais um problema enfrentado pelos representantes das instituições está relacionado às denúncias que, na maior parte são anônimas, ou seja, não se sabe se são verídicas. Com isso, perde-se tempo enviando a polícia ao local indicado pelo denunciante, quando todas as informações são falsas, e isso ocorre com frequência. Infelizmente, pessoas se utilizam desse

meio, não levando a sério o trabalho das instituições que estão envolvidas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e outras questões afins.

No fluxograma apresentado, é possível visualizar que as instituições trabalham em conjunto nos encaminhamentos feitos de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. A denúncia é feita por vizinhos ou outra pessoa a uma determinada instituição ou é realizada pelo Disque 100. Após esta etapa, o CREAS/Sentinela, a Delegacia Circunscrição, a DEAM e o Ministério Público analisam o caso e encaminham para outras instituições competentes.

A instituição mais citada como principal integrante da rede é o Conselho Tutelar, mas isso se deve a sua atuação mais próxima da comunidade e de todas as outras instituições que estão envolvidas no combate ao problema. No entanto, esse resultado não deixa de reconhecer a atuação das outras instituições nesse combate.

Verificando o quadro da análise de redes, é possível visualizar que a maioria das instituições se conhece e, mesmo não trabalhando em conjunto, sabe da importância e do trabalho realizado pelas outras. O gráfico 19 demonstra bem estes entrelaçamentos. Nota-se que o Conselho Tutelar está no centro, ou seja, ele está em contato com várias instituições que compõem este gráfico. Além dele, se encontram também em destaque o COMDICA, a DELTUR, a Polícia Militar, o Ministério Público, e outras.

Em relação às parcerias, no quadro 2, pode-se observar que existe parceria entre a maioria das instituições que trata da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. O gráfico apresenta melhor os resultados, indicando que o CREAS/Sentinela está ligado à Polícia Civil, a DELTUR, a Polícia Militar, enfim, a várias outras instituições.

5. REFLEXÕES FINAIS

A exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é produzida por uma série de fatores, tais como a pobreza, o desemprego, a falta de estrutura familiar, principalmente quando a vítima é violentada sexualmente ou sofre maus tratos dentro do próprio lar, não tem acesso à educação, à moradia, nem a uma alimentação de qualidade. Por este motivo, recorre ao dinheiro fácil, busca uma vida melhor ao se relacionar com um turista estrangeiro ou se envolve com o tráfico de drogas.

Em alguns destinos turísticos, este problema ocorre devido à falta de planejamento turístico de qualidade, mais oportunidade de emprego para a comunidade local, descaso do poder público no incentivo à capacitação e melhoria de vida destas pessoas, mesmo com a chegada dos grandes hotéis e *resorts*; enfim, percebe-se a ausência de políticas públicas capazes de inserir estas pessoas nas oportunidades proporcionadas pelo turismo. Mas a responsabilidade não é apenas do poder público; associações, instituições públicas e privadas, ONGs também precisam se articular com o objetivo de buscar novas alternativas, para que o destino não se torne alvo do turismo sexual nem do tráfico de drogas.

A partir disso, este estudo pretendeu investigar as instituições, associações, enfim, os principais integrantes da rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo que atuam em Porto Seguro, no sentido de verificar como se articulam e realizam suas atividades no combate a esta prática. Cada uma delas se posicionou sobre o que pensam a respeito do turismo sexual, se acreditam que ele está ocorrendo em Porto Seguro e quais as diferenças em relação à exploração sexual. E o resultado desta etapa foi a percepção de que elas têm conhecimento sobre os conceitos do turismo sexual, sabem que a problemática está presente na cidade e que existem, sim, diferenças entre o turismo sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Claro que elas tiveram posições divergentes sobre o problema, mas foi possível estabelecer comparações com o pensamento de autores especializados no tema. Desta sobreposição de pensamentos, é possível concluir que as instituições estão informadas e atualizadas sobre o tema estudado nesta dissertação.

Foi possível verificar, também, que a maioria das instituições atuantes na rede de

enfrentamento são estaduais – seus serviços abrangem todo o município de Porto Seguro, possuem estrutura física, além de equipamentos e trabalham na defesa de direitos humanos. Elas são mantidas pelo setor público estadual, possuem parcerias com órgãos públicos estaduais e ainda atuam na luta contra a exploração sexual, há mais de seis anos.

Tais instituições possuem amplo perfil de atendimento à criança e adolescente, lidando com casos de violência sexual a maus tratos; um fator positivo é que seus principais denunciadores são vizinhos e outras pessoas sem vínculo familiar com a vítima; possuem em seus quadros de 6 a 10 profissionais, sendo a maioria com nível superior completo. Sobre as maiores dificuldades, a maior parte das instituições reconheceu que falta de recursos financeiros e doações dificultam o trabalho.

Dessas instituições, a mais citada por ter atuação de destaque na rede de enfrentamento, em Porto Seguro, foi o Conselho Tutelar, principalmente por ser a principal representante na luta contra a exploração sexual no turismo, na cidade. A partir do fluxograma e dos gráficos fornecidos pela metodologia da Análise de Redes Sociais, foi possível observar que algumas instituições são bastante articuladas, enquanto outras atuam de forma solitária ou têm ligações com uma ou outra instituição apenas. A partir desta análise, conclui-se que a rede ainda precisa ser mais articulada em Porto Seguro.

Em relação a como coibir o problema, todas reconheceram que a atuação da rede de enfrentamento precisa ser mais efetiva e que apenas o combate realizado pela polícia não é suficiente. São necessárias mais políticas públicas, ações sociais, seminários, enfim, levar a população de Porto Seguro a ter mais consciência das questões que estão relacionadas com a exploração sexual de crianças e adolescente no turismo, uma vez que a atuação de todos é fundamental não só na denúncia do problema, mas na participação das ações promovidas pela rede.

As políticas públicas existentes no Brasil, que trabalham com esta questão, atuam de forma direta e indireta, em Porto Seguro. O CREAS/Sentinela, por exemplo, está começando a colocar em prática seu trabalho na cidade e já apresenta resultados; além disso, o Disque 100 também tem importância por receber as denúncias. Outra ação que é colocada em prática em Porto Seguro é o Programa Turismo Sustentável, do Ministério do Turismo, que todos os anos realiza seminários e distribui panfletos informativos para os integrantes da rede – com a finalidade de atualizá-los sobre os novos estudos e pesquisas que envolvem o turismo sexual e a

exploração sexual de crianças e adolescentes. Outra ação que ocorre na cidade é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR).

A atuação das Organizações Não-Governamentais ainda não é representativa no município, apenas a Tribos Jovens é citada como atuante. No entanto, de forma indireta o CEDECA, da Bahia, o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), e o CECRIA realizam estudos e pesquisas que acabam interferindo na forma como as instituições encaram a exploração sexual, o turismo sexual, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, dentre outros temas relacionados.

A partir disso, é possível afirmar que a participação da comunidade local na luta contra o turismo sexual é fundamental, porque mesmo que existam instituições e ONGs, se as próprias pessoas que vivem no destino não assumirem esta luta, o problema poderá continuar existindo. Quando um indivíduo sabe que a exploração sexual é crime no Brasil e que o turismo sexual é algo degradante para sua cidade ou estado, o fundamental é que busque ter mais conhecimento sobre o problema e interagir com estas instituições, ONGs, prefeitura, além de cobrar mais políticas públicas que visem conscientizar sobre as consequências da existência da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leila Bianchi . Os Sítios Urbanos como Atração Turística: o Caso de Porto Seguro. Caderno Virtual de Turismo, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/>>. Acessado em: 15 de agosto de 2008.

AGUSTÍN, Laura. Mujeres inmigrantes ocupadas en la industria del sexo. In. Colectivo IOÉ (ed.). Mujer, inmigración y trabajo. Madri: Imsero, 2001.

_____. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. Caderno Pagu: no.25, p.107-128. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/Ing_pt/pid_0104-8333/nrm_iso>. Acessado em: 15 de agosto de 2008.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (eds.) . Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. In: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ARAÚJO, Cíntia Moller. Ética e qualidade no turismo do Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETTO, Margarita. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 4. Ed. Campinas: Papirus, 2005.

BARBOSA. A Bela Adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. Psicologia Social, jan./abr. 2007, vol.19, no.1, p.69-76.

BARREIRAS, Caetano. Turismo sexual: o negócio está crescendo. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em: 14 de março de 2007.

BARRETTO, Margarita. Planejamento e organização em turismo. Campinas: Papirus, 1991.

BEM, Arim Soares do. A dialética do turismo sexual. Campinas: Papirus, 2005.

BENI, Mario Carlos. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.). Planejamento e gestão em turismo. São Paulo: Roca, 2003.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2004.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOITEUX, Bayard Do Coutto; WERNER, Maurício. Planejamento e organização do turismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

BOITEUX, Bayard; WERNER, Maurício. Promoção, entretenimento e planejamento turístico. São Paulo: Aleph, 2002.

BOZON, Michel. Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. Ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. 1ª ed. Salvador: Edufba, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dalari (Org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Rodrigo José Vieira. Turismo sexual: a transmutação do espaço e do sentimento do turismo. Disponível em: <<http://www.estudosturisticos.com.br>>. Acesso em 11 de out. 2004.

CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECA. Disponível em: <<http://www.ceca.ba.gov.br/>>. Acesso em 11 de agosto de 2008.

CECRIA. Fundamentos e política contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Relatório de estudo. MJ. CECRIA. Brasília, 2007.

CEDECA. Disponível em: <http://www.cedeca.org.br/inst_historia.php>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CET/UNB). Disponível em: <<http://www.cet.unb.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

CHAME. Disponível em: <<http://www.chame.org.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2008.

COLONOMOS, Ariel. Sociologie des réseaux transnationaux. Paris: L'Harmattan, 1995.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Do local ao global: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Turismo, desenvolvimento local e pobreza no município de Porto Seguro – BA. Revista Espaço Acadêmico. n 51. Agosto, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51fernandes_silva.htm>. Acessado em: 20 de julho de 2008.

_____. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. Campinas: Papirus, 1998.

_____. O turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Premius, 2003.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997

DEGENNE, A. & FORSÉ, M. Introducing Social Networks. London: Sage Publications, 1999.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) de 29-4-2003. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS FILHO, Antônio Jonas. Fulôs, Ritas, Gabrielas, Gringólogas e garotas de programa: falas, práticas, textos e imagens em torno de negras e mestiças, que apontam para a construção da identidade nacional, a partir da sensualidade atribuída à mulher brasileira. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998 (mimeo.).

DIMENSTEIN, G. Meninas da Noite: A Prostituição de Meninas Escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula (Coord.). Fundamentos e Políticas contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: CECRIA/MJ, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Brasília: CECRIA, Oficina de indicadores, 1998.

_____, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: MJ-SEDH-DCA/UNICEF, 2000.

FIGUEIREDO, Karina; BOCHI, Shirley B. B. Violência sexual: um fenômeno complexo. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2008.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br/busca.php>>. Acesso em 25 de junho 2008.

FRAGA, P. As ONGs no Espaço Público: Uma Trajetória de Mudança. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

_____, & MARTINS, R. Notas Sobre Exploração Sexual Infanto-juvenil e Políticas Públicas. In: Anais do I Seminário Interdisciplinar sobre Exploração Sexual Infanto-juvenil, Ilhéus. UESC, 2007.

FRANCO, B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Graig. Habermas and the public sphere. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1992

GHAI, Yash. Globalização, multiculturalismo e direito. In: SOUSA SANTOS, Boaventura (org.) Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, R. O corpo da rua e o corpo na rua: a prostituição feminina em questão. São Paulo: Unimarco, 1996.

GUIMARÃES, Maria José Bacelar. "Empresário procura mulher jovem, morena, bonita, liberal..." explorando os anúncios de estrangeiros. Salvador: EDUFBA, 2002.

HALL, Colin Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001

HALL, C M. Tourism and Politics: policy, power and place. Chichester (UK): John Wiley & Sons Ltda, 1994.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

JUNQUEIRA L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Revista Saúde e Sociedade, v.13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 1999.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. Cadernos Pagu, jul./dez. 2005, n 25, p.55-78.

LICKORISH, Leonard; Enkins, Earson L. Introdução ao turismo. Campus - bb, 2000.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEAL, M. F. P., LEAL M. L. P. e CÉSAR, M. A. Relatório de Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial. Brasília: CECRIA, 2002.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar; IKEDA, Ana Akemi. Turismo: teoria e pratica. São Paulo: Atlas, 2000.

LAGENEST, J.P Barruel de. Mulheres em leilão: Um estudo da prostituição no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

LANDINI, Tatiana Savoia. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. Cadernos Pagu, v. 26, p. 225-252, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30392.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2008.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: **Relatório Final – Brasil**. Brasília: CECRIA, 1999.

LEAL, M. L., & Leal, M. F. P. (Eds.). Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial (**PESTRAF: Relatório Nacional-Brasil**). Brasília: CECRIA, 2002.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; Sônia M. Gomes Sousa. (Org.). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil*. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2004. Acesso em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de julho de 2008.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicol. Reflex. Crit.*, Dez 2005, vol.18, no.3, p.413-420. ISSN 0102-7972. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 de agosto de 2008.

LIM, Lin Leann. *El sector del sexo: la contribución económica de una del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004.

LOPES, Concimar da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura e PIMENTA, Rosely Pereira Barbosa. *Bela Adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia*. *Psicologia Social*, v.19, n. 1 Porto Alegre, Jan./Abr. 2007

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de Marketing. Edição compacta*. São Paulo: Atlas S.A., 1996.

MARTINS, Paulo Henrique; Fontes, Breno (Org.). *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MELLO, Ruth E. S. *Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o Estado*. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, 2006.

MERCHÁN-HAMANN, Edgar; GUIMARÃES, Kátia. *Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania*. *Estudos feministas*, Florianópolis, 13 a 320, setembro-dezembro/2005.

MESQUITA FILHO, Odilon Pinto de. *Turismo em Porto Seguro: aspectos*. Itabuna/Ilhéus: Via Litterarum, 2006.

MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. 26 p. 2006. (Artigo premiado pelo Centro Edelstein de Estudos Sociais e Associação Brasileira de Ciência Política).

_____. Espaço Mundial e Ordem Política Contemporânea: Uma Agenda de pesquisa para um novo sentido da Internacionalização. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, p. 479-498, 2006.

MIRANDA, Maria Inês Ferreira de. Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes. Goiânia: AB, 2001.

MINAYO, M. C.; FRAGA, P. C. et all. Políticas Sociais Para Jovens no Rio de Janeiro: Cadastro e Análise de Casos. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 1999.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MIRANDA, Nilmario. Porque Direitos Humanos. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

MOLINA, E. Sergio. Turismo: metodologia e planejamento. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. Planejamento integral do turismo. São Paulo: EDUSC, 2001.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Elementos par um análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

NOGUEIRA FILHO, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Saraiva, 1996.

OPPERMAN, Martin. Sex tourism. Annals of tourism research. Nova Iorque, Elvesier Foundation, v. 26, n.2, 1999, p. 251-266.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Amorim de. Turismo sexual no Ceará. Associação Cearense do Ministério Público. Disponível em < <http://www.acmpce.org.br/docs/turismosexualnoceara.doc>>. Acesso em 28 fevereiro de 2006.

OURIQUES, Helton Ricardo. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

OPPERMAN, Martin. *Sex tourism*. Annals of tourism research. Nova Iorque, Elvesier Foundation, v. 26, n.2, 1999, p. 251-266.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes. Sociologia do Turismo. Campinas: Papirus, 1995.

PINTO, Odilon (Org.). Turismo em Porto Seguro-BA: aspectos. Itabuna/Ilhéus: Via Litteratum, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual. Cadernos Pagu, dez 2005, n 25, p.281-326.

_____. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. Revista brasileira de Ciência e Sociologia, jun. 2007, vol.22, no. 64, p.17-32.

Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR). Parâmetros Metodológicos do PAIR. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006.

PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA. Disponível em: <[http://www.unb.br/cet/turismo e infância](http://www.unb.br/cet/turismo_e_infancia). Acesso em: 05 de outubro de 2008.

QUINTEIRO, Eudósia Cunha. Um sensível olhar sobre o terceiro setor. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Espaços da prostituição feminina e turismo na cidade do Rio de Janeiro. In: CORIOLANO, Luiza Neide M. T. Turismo com Ética. Fortaleza: Funece, 1998. (pp. 139-147).

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. Turismo , modernidade , globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Turismo e desenvolvimento local. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

RUSCHMANN, Dóris v. Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2000.

SADENBERG, M. B, Cecília; DIAS FILHO, Antonio Jonas. O que é que a Bahia tem: O outro lado do turismo em Salvador. Salvador: CHAME, 1998.

SAFFIOTI, H.I.B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989, p. 49-95. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/ge23/ge23574int.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2008.

SÁNCHEZ, Jacqueline Taylor. Turismo sexual em el Caribe. Disponível em: www.mujschile.cl. 1999. Acesso em: 24 de março de 2003.

SANTOS, V.G. Cidadania e justiça: a política social na ordem social brasileira. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Políticas sociais para jovens no Rio de Janeiro: cadastro e análise de casos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

SANTOS, B. de S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão : análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEDES. Disponível em: <http://www.sedes.ba.gov.br/#>. Acesso em: 10 de julho de 2008.

SILVA, Ana Paula da e BLANCHETTE, Thaddeus. "Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Cadernos Pagu, dez/2005, n°.25, p.249-280.

_____, Ana Paula da, BLANCHETTE, Thaddeus, PINHO, Anna Marina Madureira de *et al.* Prostitutas, "traficadas" e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". Cadernos Pagu, jul/dez 2005, n 25, p.153-184.

SILVA, T. A.; AVILA, M. A. Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do Programa Sentinela em Ilhéus. In: IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo: Turismo e hospitalidade: configuração do campo científico, 2007, São Paulo. IV ANPTUR 2007 Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2007.

TARROW, S. "From Lumping to Splitting : Specifying Globalization and Resistance". In: SMITH, J. e JOHNSON, H. Globalization and Resistance: Transnational Dimensions of Social Movements, Lanham [MD], Rowman & Littlefield, 2002, pp. 229-250.

THERBORN, Göran.. Globalisations, Dimensions, Historical Waves, Regional Effects, Normative Governance. In: *International Sociology* 15(2): 151-179. 2000.

THERBORN, Göran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 122-169, jun/dez 2001. Disponível em <www.scielo.com.br>.

URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. 1ª ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.

VASCONCELOS, A. A prostituição de meninas e adolescentes no Recife. *Tempo e Presença*, 258: 22-23, 1991.

VALLS, Francesc-Josep. Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis. São Paulo: Ed. FGV, 2006.

VAZ, Marlene. As identidades dos caminhoneiros – Estudo sobre Exploração sexual comercial de meninas em rodovias do Estado da Bahia. Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza do Governo do Estado da Bahia e Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Bahia, 2007.

XIBERRAS, Martine. As Teorias da Exclusão – Para uma construção do Imaginário do Desvio, Col. Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Ed. Piaget, 1993.

WASSERMAN, S. e FAUST, K. *Social Network Analysis, Methods and Applications*, Cambridge: Cambridge University Press, UK, 1994.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Instituição: -----

Entrevistado: -----

Cargo: -----

Telefone: -----

E-mail: -----

I – A INSTITUIÇÃO

1 – A instituição se enquadra em:

() Federal

() Estadual

() Municipal

() Privada sem fins lucrativos

() Outra: -----

2 – Área onde realiza seus serviços?

() Município de Porto Seguro

() Apenas parte do município de Porto Seguro

() Bairros. Quais?-----

3 – Em relação à estrutura física e equipamentos, quais a instituição possui?

() Linha telefônica

() Computador

() Estrutura física/sede própria

() Rede ligada a internet

() Banco de dados

() Automóvel

4 – Quais as principais áreas de atuação da instituição?

- Defesa de direitos
- Promoção turística
- Assistência social
- Educação
- Trabalho e profissionalização
- Assessoria técnica e financeira
- Esporte e lazer/saúde
- Política pública na área de proteção da criança e do adolescente

5 – Os recursos para manter a instituição são provenientes de onde?

- Setor Público Federal
- Setor Público Estadual
- Setor Público Municipal
- Setor empresarial
- Doações
- Instituições religiosas
- Apoio internacional
- Sem verbas de administração
- Recursos da própria instituição

6 – Em relação às parcerias, a instituição mantém contato com:

- Órgãos Federais
- Órgãos Estaduais
- Órgãos Municipais
- Empresas privadas/ONGs
- Instituições religiosas
- Outras
- Não

7 – Quanto tempo a instituição trabalha com crianças e adolescentes?

- 0 – 5 anos
- 6 – 10 anos
- 11 – 15 anos
- 16 – 20 anos
- Mais de 21 anos

II - ATENDIMENTO

8 – A instituição possui números de atendimento mensal relacionado à:

- Exploração sexual de crianças e adolescentes
- Violência física

- Violência sexual/Abuso sexual
- Maus tratos/Psicológico
- Negligência

9 – Quem normalmente denuncia?

- Pai
- Mãe
- Padrasto/madastra
- Parentes
- Vizinhos
- Escola/professor
- Disque 100 ou denúncia anônima
- Outros

10 – Quantos profissionais trabalham na instituição?

- 1 - 5
- 6 – 10
- Mais de 11

11 – Qual o nível de escolaridade?

- Pós-graduação completa (Especialização)
- Pós-graduação completa (Mestrado e doutorado)
- Pós-graduação incompleta (Especialização)
- Pós-graduação incompleta (Mestrado e doutorado)
- Nível superior completo
- Nível superior incompleto
- Nível Médio completo
- Nível Médio incompleto
- Fundamental completo
- Fundamental incompleto

12 – Como ocorre o encaminhamento da vítima ou do agressor em casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo?

13 – Quais as maiores dificuldades da instituição?

III - REDES

Cite outras nove instituições que lidam com a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo ou turismo sexual.

1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	

A instituição citada tem conhecimento da instituição que a sua representa?

- a) sim
b) não

1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	
8)	
9)	

Qual a relação de parceria da sua instituição com cada uma das demais instituições citadas?

- a) sim
b) não

1)	
2)	
3)	
4)	
5)	
6)	
7)	

8)	
9)	

IV - ENTREVISTA

1 – O que é o turismo sexual?

2 - O que é exploração sexual de crianças e adolescentes?

3 – O turismo sexual ou a exploração sexual no turismo ocorre em Porto Seguro?

4 – O turismo sexual ou a exploração sexual no turismo tem relação com o tráfico de drogas?

5 – A rede é articulada?

6 – O que deve ser feito para tentar coibir este problema?